



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA



LAURA MARIELA RODRÍGUEZ CALVO

MIGRACIÓN FORZOSA, LA CONSTRUCCIÓN DE UNA MEMORIA A PARTIR
DEL TRAUMA EN REFUGIADOS Y SOLICITANTES DE REFUGIO
COLOMBIANOS EN COSTA RICA
2000 – 2010

Belém-Pará

2018

LAURA MARIELA RODRIGUEZ CALVO

**MIGRACIÓN FORZOSA, LA CONSTRUCCIÓN DE UNA MEMORIA A PARTIR
DEL TRAUMA EN REFUGIADOS Y SOLICITANTES DE REFUGIO
COLOMBIANOS EN COSTA RICA**

2000 – 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa

Belém-Pará

2018

LAURA MARIELA RODRIGUEZ CALVO

**MIGRACIÓN FORZOSA, LA CONSTRUCCIÓN DE UNA MEMORIA A PARTIR
DEL TRAUMA EN REFUGIADOS Y SOLICITANTES DE REFUGIO
COLOMBIANOS EN COSTA RICA,
2000 – 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador Prof. Dr. Mauricio Dias Costa

Dissertação defendida em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o. Mauricio Dias Costa - Orientador - PPGHIST/UFPA

Prof^a _____ - PPGHIST/UFPA

Prof^a _____ - PPGHIST/UFPA

Belém-Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo
módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696m

Rodríguez Calvo, Laura Mariela Migración Forzosa : La construcción de una
memoria a partir del trauma en refugiados y solicitantes de refugio colombianos
en Costa Rica / Laura Mariela Rodríguez Calvo, . — 2018.
129 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Maurício Dias da Costa Dissertação (Mestrado) -
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Migración. 2. Refugiados. 3. Memoria de Trauma. 4. Costa Rica. 5. Colombia.
I. Título.

CDD 980.033

Aos meus pais, os anjos da minha vida, os que me lecionaram a voar, sempre me apoiando e ensinando a não ter limite nenhum é que o único limite é aquele que a gente põe na cabeça. Sem os senhores, e nunca poderia nem me imaginar tendo esta oportunidade, este texto não é nem vai ser suficiente para eu agradecer tudo o que fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Jesus! Nem sei se vá dar para eu agradecer em duas folhinhas só.

A força infinita do universo, esse Deus que mora no mais profundo do meu coração e na tangibilidade do meu cotidiano.

As meus pais, sempre me apoiando ainda que na minha cabeça as coisas mais loucas encontram lugar, os senhores sempre caminham do meu lado, o tempo todo.

A meus irmãos, sempre me apoiando, me enviando dinheirinho e aguardando por mim sempre com amor no seu coração, quando a saudade batia, eram vocês e meus pais o que me dava força para sair adiante.

O Marvin Guzmán, quem sempre teve confiança em mim desde que eu iniciei a faculdade, quem é um exemplo do que a força de vontade pode contra tudo, e quem quer, ainda que falte inspiração e que a vida complique o caminho, pode fazer de tudo. Minha admiração total sempre vai caminhar contigo.

As meus amigos “*os sozinhos*” Carmen Panchito e Roberchi, que ficaram sempre ao meu lado, ainda quando a situação não prestava para viver tranquila. A companhia de vocês foi sempre o consolo para meu coração, obrigada por fazer daquele chão vazio a casinha mais aconchegante em que eu morei até agora.

A Mariângela, meu anjo que Deus trouxe diretamente da Venezuela até meu *corazoncito*. Obrigada por sempre me apoiar e me permitir ficar com você, no seu quarto e na sua vida. Obrigada minha formiguinha preferida.

Os meus outros amigos estrangeiros, obrigada por compartilhar sua cultura comigo, ainda que eu seja chata às vezes, vocês fizeram da minha experiência uma coisa muito maravilhosa.

A minha família toda, ainda que seja uma família cheia de gente que só quer ficar o meu lado porque a vida junto é mais linda. Obrigada meus amigos que viram família e a família que fica. Ainda não estive presente no natal, aniversários nem outras situações complexas que acontecem quando a gente cresce. Obrigada pelas suas orações, ligações, mensagens e sua presença no meu *corazoncito*.

Muito especialmente aos migrantes e refugiados que moram na Costa Rica, essas valentes pessoas que me inspiram o tempo todo, que me ensinaram que ninguém é ilegal. Que o tempo

antropófago não pode me ganhar quando a vontade de luta é maior do que o medo. Obrigada vocês, por me lembrar de todos os dias que todos somos cidadãos do mundo.

Ao Programa de Pós-graduação de História da UFPA, que me recebeu com os braços abertos e que me deu a oportunidade de conhecer a *Cidade das Mangueiras*, que vai ter sempre um lugar bem grandão num canto do meu coração. Eu nem vou ter uma vida para agradecer a oportunidade.

Ao professor Mauricio, nossa! Eu não sei nem como agradecer o senhor por seu apoio e paciência. Por sempre ter sido compreensivo demais, o orientador mais bacana que eu tive na minha experiência acadêmica! Obrigada professor Mauricio, realmente me senti abençoada de ter sido sua orientanda.

A professora Iracilda, que virou quase “mamãe galinha” para mim e nos acolheu a todos nós com o coração, os braços e as portas do escritório sempre abertos.

E finalmente mais não menos importante, por suposto a Belém do Pará, o pitiú do veropa, o carimbó, a nossa senhora de Nazaré, a maniçoba, o açai (que eu nem consegui curtir, mas eu sei quão importante é para o paraense rrsrs). Essa cidade maravilhosa que eu nunca vou conseguir esquecer e que sempre me fiz sentir bem-vinda.

Égua do calor!

LISTA DE TABELAS

Tabla 1 Procesos de Paz con las autodefensas	27
Tabla 2: Datos generales de los sujetos de pesquisa	34
Tabla 3: Estatus migratorio de sujetos de pesquisa (actual y de entrada)	35
Tabla 4: Solicitud de reunificación familiar de sujetos de pesquisa.....	36
Tabla 5: Proceso de paz con las Autodefensas 2002-2006.....	118
Tabla 6: Distribución de sujeto de pesquisa	120

SUMARIO

LISTA DE TABELAS	7
RESUMO	10
ABSTRACT	11
IINTRODUCCION	9
Capítulo I: “Dejaron a mi cuñado picadito en una bolsa en la puerta de la casa”	23
1.1 Los refugiados en Costa Rica.....	29
1.2. “Vivíamos tranquilos en una casita en la parte alejada del interior de Antioquia”	33
1.3. “En el momento que sonó el timbre, mi hermana y yo nos orinamos en los pantalones”	44
Capítulo II: “Yo tengo un título en finanzas, y aquí estoy, ayudando a viejitos a dar del cuerpo”	63
2.1. “Recién llegamos y a mi esposo y a mí nos asaltaron y nos robaron la cartera con casi toda la plata que andábamos”	65
2.2. “A Andrecito en la escuela le dieron los uniformes y los cuadernos”	75
Capítulo III: “A muchos se nos pega el pura vida”	90
3.1. “Yo solo tengo ganas de vivir por mi hijo”	92
3.2. “A muchos se nos pega el pura vida”	98
3.3. “Nada de lo que necesito está en Colombia, pero nada de lo que quiero está tampoco aquí”	105
CONCLUSIONES.....	111
ANEXOS Y APÉNDICES	116
APÉNDICE 1 ENTREVISTA INVESTIGACIÓN:	116
ANEXO 1: PROCESO DE PAZ CON LAS AUTODEFENSAS	118
APÉNDICE 3: DISTRIBUCIÓN DE SUJETO DE PESQUISA.....	120

APÉNDICE 3: DATOS DE INGRESO AL PAÍS DE SUJETOS DE PESQUISA 121

REFERENCIAS 122

RESUMO

En la convulsa coyuntura de inicios de siglo XXI, las oleadas migratorias se tornan parte de la realidad mundial como un fenómeno presente a escala planetaria en diversas culturas y contextos. Costa Rica siendo partícipe de convenios internacionales con la ONU y el ACNUR, se convierte durante la primera década del siglo XXI en el segundo país latinoamericano con mayor índice de recepción de población refugiada y solicitante de refugio. Para la década de 2000 – 2010 los migrantes de nacionalidad colombiana se convierten en el grupo más numeroso de refugiados en Costa Rica seguido por migrantes nicaragüenses y salvadoreños. La guerra civil que ha atravesado Colombia desde finales de siglo XX hasta la actualidad, lo colocan como uno de los países con mayor cantidad de desplazados internos y migrantes trasfronterizos en la región latinoamericana. Los movimientos migratorios desde la perspectiva de la memoria de los desplazados y los estudios del trauma desde su experiencia, plantean una línea de análisis a la que este estudio se aproxima, desde la cual el acercamiento a la memoria individual y la formación de memorias colectivas a partir de eventos traumáticos, convergen para elaborar un planteamiento estratégico de estudio que tome las memorias de los desplazados y la condición migratoria de refugio como estudio de la realidad cultural, social, política y económica costarricense en respuesta a la coyuntura actual. Por lo tanto, desde las teorías del trauma y el estudio de la historia de la memoria se analiza cómo se configura la dicotomía de memoria y trauma en las personas migrantes que solicitan condición de refugiados y solicitantes de refugio en territorio costarricense entre el año 2000 y 2010.

Palabras clave: migración – refugiados – memoria – trauma – Costa Rica – Colombia

ABSTRACT

Na convulsa conjuntura de inícios de século XXI, as ondas migratorias tornam-se parte da realidade mundial como um fenômeno presente a escala planetária em diversas culturas e contextos. Costa Rica sendo partícipe de convênios internacionais com a ONU e o ACNUR, converte-se durante a primeira década do século XXI no segundo país latinoamericano com maior índice de recepção de população refugiada e solicitante de refúgio. Para a década de 2000 – 2010 os migrantes de nacionalidade colombiana convertem-se no grupo mais numeroso de refugiados em Costa Rica seguido por migrantes nicaraguenses e salvadorenhos. A guerra civil que tem atravessado Colômbia desde finais de século XX até a atualidade, colocam-no como um dos países com maior quantidade de deslocados internos e migrantes trasfronterizos na região latinoamericana. Os movimentos migratorios desde a perspectiva da memória dos deslocados e os estudos do trauma desde sua experiência, propõem uma linha de análise à que este estudo se avizinha, desde a qual a aproximação à memória individual e a formação de memórias coletivas a partir de eventos traumáticos, convergem para elaborar uma proposta estratégica de estudo que tome as memórias dos deslocados e a condição migratoria de refúgio como estudo da realidade cultural, social, política e econômica costarricense em resposta à conjuntura atual. Portanto desde as teorias do trauma e o estudo da história da memória analisa-se como se configura a dicotomia de memória e trauma nas pessoas migrantes que solicitam condição de refugiados e solicitantes de refúgio em território costarricense entre o ano 2000 e 2010

Palavras chave: migracao – refugiados – memória – trauma – Costa Rica - Colômbia.

INTRODUCCION

Los conflictos políticos y armados que se han desarrollado en las últimas décadas en el escenario colombiano, han dejado un rastro histórico que trasciende fronteras en materia de cooperación internacional y movimientos demográficos. Se considera menester el análisis del acontecer de las memorias colectivas de las personas que, en el marco de este conflicto, se ven forzadas a realizar migraciones transfronterizas con el fin de establecer su realidad en otro país.

Existe un interés particular en analizar los acontecimientos históricos al respecto de la guerra en Colombia desde la perspectiva de los estudios de trauma pues el análisis teórico de los estudios de la memoria, permiten ampliar la perspectiva de investigación, de modo que se puede no solamente analizar la coyuntura desde la aproximación teórica, sino más bien, y como se verá presente en este proyecto, se consigue historizar la teoría. Este análisis presenta un esfuerzo interdisciplinario entre la disciplina histórica, el psicoanálisis y la antropología política y cultural. Por lo tanto es importante rescatar la relevancia que la memoria tiene en el quehacer científico social, de modo que la historia y la memoria se conviertan en instrumentos para la reconstrucción y reconstitución de sociedades devastadas por la violencia estatal y paraestatal (Ortega 2011)¹, en este caso específico, el conflicto colombiano y sus repercusiones en las oleadas de migración forzosa hacia otros países, específicamente en caso costarricense.

Según los datos aportados por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados ACNUR, Costa Rica se coloca como el segundo país en América Latina en recibir mayor flujo de población migrante y el primero en mantenerla en su territorio en condición de refugiados y solicitantes de refugio puesto que desde marzo de 1978, Costa Rica es un Estado parte de la Convención de 1951 sobre el Estatuto de los Refugiados y solicitantes de refugio y su Protocolo de 1967². Se entiende como refugiado aquella persona que cruza las fronteras físicas de su país de origen y/o residencia con el fin de establecerse en condición de protección internacional, dado que su libertad, su vida y su seguridad corren riesgo ya sea por temas políticos, sociales, culturales, religiosos o de otra índole de conflicto que represente un

¹ Concepto acuñado por Francisco Ortega en referencia a la cooperación que existe entre el estado y las fuerzas paramilitares

² ACNUR, Boletín Informativo, “Personas refugiadas hoy en Costa Rica: sus voces, retos y oportunidades”. ACNUR, ACAI Costa Rica, 2011

peligro para el individuo y, en el caso de la ley de reunificación familiar, para sus familiares también³. Este tema se analizará posteriormente en el primer capítulo.

La presente investigación por lo tanto, centra sus esfuerzos en analizar los procesos de formación de memorias de trauma en coyunturas bélicas a través del estudio de testimonios de personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio en territorio costarricense durante el contexto de la guerra civil en su país, con el fin de identificar elementos que determinan la formación de esa dicotomía de memoria y trauma y sus repercusiones en los modos de vida de un colectivo en condición de migración forzosa. Se pretende además identificar un perfil de las personas llegadas a Costa Rica en proceso de migración forzada en el período en estudio con el fin de identificar causalidad de patrones migratorios, así como identificar los procesos mediante los cuales las poblaciones colombianas establecidas en Costa Rica, en contexto de migración forzosa, reinician modos de vida en el nuevo país de residencia.

Por otra parte, respecto a la reconfiguración de los modos de vida, se considera menester identificar elementos que determinan a Costa Rica como destino migratorio para personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio y finalmente analizar el impacto que la migración forzada tiene en términos de asentamiento, reinicio de modos de vida, traumas posteriores a estos procesos y auto percepción bajo el concepto de otredad.

Se elige el período de 2000 – 2010 respondiendo a la realidad histórica de las oleadas migratorias de colombianos a Costa Rica. Según los informes del ACNUR para el año 2015, el grueso de entradas de migrantes colombianos solicitantes de condición migratoria de refugiados oscila entre la primera década del siglo XXI. Por lo tanto, la elección del período de estudio responde primeramente a la realidad histórica planteada, de modo que se consiga realizar un análisis exhaustivo que permita entrever las interacciones sociales y culturales, así como la conformación de una memoria histórica ligada al trauma, visto desde sujetos de investigación con realidades y percepciones históricas distintas.

³ El gobierno costarricense al igual que muchos gobiernos participes del comisionado de refugiados, establecen la extensión de condición de refugiado a familiares mayores de 65 años, personas menores de edad, conyugues y parejas en unión libre. Una vez entradas en territorio nacional, estas personas obtienen la condición de refugiado por extensión de modo que su estatus migratorio en el territorio es también de refugiado, con los mismos derechos y deberes de aquellos solicitantes en primer grado. Estatuto de los Refugiados y solicitantes de refugio 1967

Además de esto la selección del período de estudio se relaciona con el tiempo de mandato del presidente Álvaro Uribe Vélez en Colombia, que triunfa en las elecciones presidenciales gracias a su propuesta de buscar opciones para combatir la guerrilla, así como su lema “*mano firme, corazón grande*”. Asimismo, es durante su gobierno que se adopta la Ley de Justicia y Paz, entendida popularmente como la legalización del paramilitarismo durante la cual se emplean mecanismos de legitimación del estado ante las acciones paramilitares para que estas gocen de ciertos beneficios a cambio de la erradicación de las facciones de izquierda y el fenómeno de la guerrilla. Por lo tanto, el período elegido corresponde a la realidad migratoria experimentada por Costa Rica en respuesta al conflicto colombiano y los años de impulso al fomento del terrorismo de estado y la parapoltica.

La realidad histórica a la que responde ese boom migratorio del período elegido para el estudio, responde al período posterior al *Plan Colombia*. El objetivo central del plan Colombia gira en torno a la elaboración de un *Plan Marshall* entre el gobierno de los Estados Unidos durante el mandato de Bill Clinton y el gobierno colombiano bajo el mandato de Andrés Pastrana Arango. Básicamente la estrategia política y militar que propone el plan se centra en un combate directo contra el narcotráfico, el desarme de los grupos y cárteles de drogas, así como la erradicación del cultivo de la coca. Este plan sin embargo muda hacia una lucha integral contra la guerrilla en un esfuerzo militar con tintes de guerra fría en un enfrentamiento ideológico contra la guerrilla izquierdista⁴.

Este período donde, además de intensificar el conflicto interno preexistente ente las facciones de izquierda, el narcotráfico y las facciones derechistas apoyadas por el gobierno⁵, crece exponencialmente el armamento de las fuerzas militares de derecha con el apoyo de los Estados Unidos. Se intensifica por su parte la respuesta no solo de las fuerzas guerrilleras sino también las facciones paramilitares que trabajan mano a mano y de forma solapada, con el

⁴ Amnistía Internacional hace un llamado al gobierno colombiano mostrando su desaprobación ante el Plan Colombia afirmando que este no propone un desarme de todas las fuerzas represivas que existen en el territorio colombiano y que la propuesta de militarizar y armar con mayor intensidad el estado para combatir el narco, no contempla las violaciones a derechos humanos que existen en el país en los cuales están inmersos las fuerzas paramilitares que no están incluidas como ese objetivo a erradicar del Plan Colombia. Es decir, Amnistía Internacional coloca en perspectiva que respecto al tema de derechos humanos, ni el gobierno colombiano ni el de los Estados Unidos enfatiza en las violaciones hacia estos que se producen en el día a día de los cuales son responsables tanto el narcotráfico y la guerrilla, como las facciones de derecha representadas en el terreno de guerra a través de los paramilitares. Para más información visitar el sitio web donde aparece el comunicado oficial. http://web.archive.org/web/20150506215550/https://www.es.amnesty.org/com/2000/com_27jun00.shtm

⁵ Para más información véase el apartado primero del Capítulo 1

gobierno colombiano en aras de erradicar de manera sistemática el otro flanco del conflicto, es decir las facciones de izquierda. Sin embargo, como se verá más adelante, este enfrentamiento aparentemente ideológico se transforma en una oportunidad para operar al margen de la ley defendiendo intereses económicos más allá del enfrentamiento ideológico con la izquierda.

Por su parte, al tratarse de una investigación sobre oleadas migratorias y contar por su parte con el apoyo de las entidades ACAI (Agencia de Consultores y Asesores Internacionales) y ACNUR de Costa Rica, la delimitación espacial se mantiene dentro de las fronteras de territorio costarricense, sin embargo, no se procede a una especificidad espacial debido a que no es menester para este análisis elaborar un mapeo cultural – demográfico sino más bien enfatizar en el proceso de llegada y establecimiento en el territorio costarricense indistintamente de la región en la que los grupos e individuos decidan asentarse en aras de reconstruir una memoria individual y colectiva posterior a un proceso de trauma.

La investigación versa en torno a la siguiente pregunta generadora: En un proceso de migración forzosa en la coyuntura de la guerra civil de Colombia, ¿Cómo se configura la dicotomía de memoria y trauma en las personas migrantes que solicitan condición de refugiados y solicitantes de refugio en territorio costarricense entre el año 2000 y 2010?

Relacionado a lo anterior, el objetivo central de este estudio consiste en analizar los procesos de formación de memorias de trauma en coyunturas bélicas a través del estudio de testimonios de personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio en territorio costarricense durante el contexto de la guerra civil en su país, con el fin de identificar elementos que determinan la formación de esa dicotomía de memoria y trauma y sus repercusiones en los modos de vida de un colectivo en condición de migración forzosa.

Dicho objetivo se pretende alcanzar a través de tres objetivos específicos. El primero, se concentra en identificar un perfil de las personas llegadas a Costa Rica en proceso de migración forzada en el período en estudio con el fin de identificar causalidad de patrones migratorios, así como los detonantes de trauma que llevan a estas personas a migrar hacia otras latitudes. El segundo, por su parte, se encarga de identificar los procesos mediante los cuales las poblaciones colombianas establecidas en Costa Rica en contexto de migración forzada reinician modos de vida en el nuevo país de residencia a través del estudio de los traumas transitorios presentes en el proceso inicial de cambio de residencia y solicitud de refugio. Finalmente, el tercero se enfatiza en analizar elementos que determinan a Costa Rica

como destino migratorio para personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio, así como los traumas posteriores al establecimiento, la añoranza al pasado y el concepto de autopercepción de otredad presente en los testimonios aquí presentados.

Una de las hipótesis sobre las que se basa este estudio plantea que en medio del conflicto armado que se vive en Colombia, existen grupos poblacionales que se ven afectados por el quehacer de las facciones paramilitares que operan al margen de la ley, pero amparados por las facciones militares gubernamentales y son del conocimiento general de la población. Estos conflictos con paramilitares, el narcotráfico y el papel de la guerrilla componen la razón central para decidir emprender un proceso de migración forzosa a otro país. De esta manera, no existe propiamente un perfil de migrante colombiano que llega a Costa Rica, sino que más bien estas personas se ven envueltas en un punto de quiebre donde se ven cara a cara con estas acciones represivas. Se pone en peligro su vida, su integridad moral y el bienestar del entorno familiar. Por estas razones principalmente se decide emprender la migración, es decir, los conflictos con facciones paramilitares la participación de la guerrilla y en menor medida el papel del narcotráfico son los principales protagonistas del conflicto y la migración forzada y desplazamiento como consecuencia de este. La razón principal de la migración forzosa, son conflictos directamente con los paramilitares y guerrilla, amenazas de muerte personales o a familiares y pérdida de territorios, negocios y bienes inmuebles y materiales de toda índole.

Por otra parte, se esboza una segunda hipótesis que plantea que, a través de un proceso de migración forzosa, necesariamente se crean barreras de memoria a través de las cuales se entreteje una red de recuerdos que divagan entre la realidad vivida en el pasado, la actualidad en el proceso de migración y el futuro como visión de esperanza. Existe en la experiencia personal del refugiado un proceso de establecimiento que está estrechamente ligado al trauma, ya sea por las condiciones del viaje o los primeros meses de llegada al país, por lo tanto, la configuración de una memoria colectiva está relacionada con las experiencias traumáticas del pasado en Colombia, así como los traumas transitorios ocurridos a lo largo de la experiencia de asentamiento. A través de la migración y la solicitud de asilo y refugio en un país nuevo, las personas se ven envueltas en un proceso de reconfiguración social, cultural, política y económica, así como una reinserción familiar en los casos pertinentes. Es en estos aspectos que se conforma la estructura principal de las memorias de trauma de las víctimas de migración forzosa. Es decir, el proceso migratorio se compone de una añoranza al pasado nostálgico, un enfrentamiento traumático al presente en función a la necesidad de reiniciar un modo de vida a partir de una cultura adoptada y una visualización del futuro que envuelve el

entorno personal, familiar, social y laboral. Las personas víctimas de migración forzosa se ven entonces inmersos en un proceso de reconfiguración de la realidad, articulada con la añoranza del pasado y que juntos conforman un lapso de memoria del trauma a través del cual se configura la imagen del futuro, prometedor y alentador, que se niega sin embargo a soltar el pasado. Es decir, la añoranza del futuro mejor, se balancea entre la nostalgia de las cosas positivas del pasado y la realidad conflictiva de la que se escapa.

La tercera hipótesis plantea que las razones por las cuales las personas en condición de migración forzosa eligen Costa Rica como su destino migratorio, se debaten principalmente entre la idealizada estabilidad política costarricense, y los aspectos de seguridad social en términos de salud y educación. Sin embargo es en medio de este proceso de adopción de la condición de refugiado, está mediado por una reestructuración de la memoria histórica, de modo que los procesos traumáticos por los cuales se atraviesan en el momento de emprender una migración forzada, llevan a sus participantes a reincorporarse en la sociedad y cultura del país que les recepta, conformando una nueva identidad cultural híbrida, marcada por el pasado histórico de su memoria colectiva, los elementos del proceso de creación de sitios de trauma y la reconfiguración de la realidad actual vivida en el proceso de renovación de la experiencia de vida, vista desde su punto y el de su entorno. En esta configuración de la realidad convergen elementos diversos que consiguen formar redes de apoyo mediante las cuales se alivia la carga emocional que media la experiencia del refugiado. Asimismo, aparecen añoranzas del pasado que están marcados por los silencios y las memorias selectivas de la experiencia personal de cada individuo.

Las redes de trabajo de la ONU en sus entidades de ACNUR y ACAI de mano con la participación del gobierno costarricense a través de otras organizaciones no gubernamentales ONG⁶, representan el brazo principal de ayuda y apoyo para las personas en condición migratoria de refugiados y solicitantes de refugio. Estas redes de trabajo y apoyo se entretajan a través de las mismas personas que participan del quehacer nacional como migrantes en condición de refugiados y solicitantes de refugio. A pesar que la participación del ACNUR y el ACAI son meramente voluntarias y responden a los convenios firmados en materia de cooperación internacional con los comisionados de la ONU, existen pequeños vacíos legales y burocráticos mediante los cuales se escapan elementos de cooperación así como la percepción que los sujetos tienen hacia el trato posterior que reciben por mantenerse en condición de

⁶ Algunas de estas ONGs son la Organización Internacional de Migraciones, la Comisión Jesuita de apoyo al refugiado, la Red de Jóvenes sin fronteras...

refugiados y solicitantes de refugio y no como inmigrantes ilegales. Es decir, para las personas refugiadas el ACNUR, en toda su red de trabajo, representa una base de apoyo económico y social sin embargo, a la larga, termina siendo un peso sobre los hombros en tanto que migrantes de otras nacionalidades que entran al país en condición irregular y mantienen ese estatus, no atraviesan dicho proceso posterior a la obtención de la condición migratoria, proceso en el que se pone en entredicho su estancia en el país. Además del ACNUR, existen otras entidades dependientes de programas sociales tales como el Trabajo Voluntario de la Universidad de Costa Rica, así como centros de atención psicológica dependientes también de esta institución de educación superior.

Para poder realizar un estudio de este calibre, se recurren a varias teorías de análisis historiográfico. Mayoritariamente se trata del estudio de historia de la memoria tomando como base las aproximaciones de Pierre Nora (1998) a la dicotomía de historia y memoria y los aportes de Peter Burke (2000), así como Maurice Halbwachs (2004), quien se encarga de analizar el papel de la colectividad en la construcción de la memoria así como la supremacía de la configuración histórica en la re construcción de una memoria colectiva que permea la percepción popular del acontecer histórico. Por su parte se toman de referencia los estudios de Paul Ricoeur (2004) sobre la memoria y el olvido. Ricoeur realiza un análisis de la selección que existe ente la memoria y el olvido por lo tanto resulta menester para esta investigación el aporte de Ricoeur para estudiar desde esta perspectiva la reconfiguración de memoria que existe posterior al acontecimiento traumático de la migración forzada

Para ambos autores existe la premisa de que una coyuntura histórica es en definitiva un factor determinante en la configuración de la memoria. Inicialmente se plantea que cada individuo ejerce de manera individual un pensamiento enfocado en una idea de un recuerdo y memoria. Sin embargo, este pensamiento está siempre limitado a los recursos externos que esta memoria reciba, para entonces Halbwachs plantea la reconfiguración de la memoria y el olvido en relación a la gran memoria que el colectivo al que el individuo pertenece, decida definir esa realidad. Por lo tanto, ligado respectivamente al tema tratado en este análisis, la premisa de Halbwachs provee una perspectiva de estudio que enfatiza en la capacidad que las memorias colectivas tienen para modificar un acontecimiento histórico y una coyuntura. En este caso el conflicto bélico colombiano, en función a la realidad que debe vivirse a partir de ese acontecimiento, es decir, visualizando a la población refugiada como un todo, se analiza desde esta teoría de la formación de memoria colectiva, como se re-configura la apreciación

de la realidad que este colectivo tiene, así como la verosimilitud de su testimonio con el acontecimiento a la luz de otras fuentes historiográficas para el análisis.

Por otra parte, aparecen los estudios de Eric Hobsbawm (2002) que, ligados a la formación de una memoria colectiva, configuran tradiciones e imaginarios determinados por el acontecer histórico y su de-formación con el pasar del tiempo. Al respecto de esto, cabe rescatar que la invención de tradiciones (que para este caso de análisis se toma una reinención de la identidad nacional del refugiado como una tradición post traumática) posterior a un conflicto bélico y a un contexto de migración forzosa, necesariamente se liga a un proceso de reconstrucción de una memoria de trauma. Se analiza este hecho no solo desde la propuesta de Hobsbawm quien establece un precedente para analizar la invención de las tradiciones en respuesta a intereses de juegos de poder entre otros aspectos, sino que además se propone estudiar la dicotomía de memoria – historia haciendo hincapié en el aspecto del trauma y como esta oleada migratoria forzada genera la reconfiguración de una invención de tradición en un contexto transfronterizo así como la reelaboración de una memoria colectiva en respuesta al trauma no solo de la migración sino del proceso de refugio y establecimiento en el nuevo territorio.

Ligado a lo anterior, existe entonces un elemento de significancia, los sitios del trauma. El principal precursor en este énfasis es Dominick LaCapra (2005), con sus obras iniciales de estudios del trauma en conflictos de post guerra. LaCapra plantea como se configura una memoria del trauma posterior a un conflicto coyuntural en relación a un evento traumático, catalogando como *trauma* aquellos sucesos inesperados y acontecidos durante un período prolongado, que a su vez desencadena otros sucesos de la misma índole y que generan en un colectivo una reacción sensorial y de memoria que modifica su realidad y la de su entorno. LaCapra (2008) presenta también análisis en tema de reconstrucción de la memoria y formación de identidades por lo que se decide enmarcar el presente análisis dentro de la historia de los sitios de trauma, haciendo énfasis en la configuración que existe de una memoria colectiva en los grupos de refugiados y solicitantes de refugio colombianos que solicitan asilo en Costa Rica durante el período elegido para el análisis.

Aunado a lo anterior se decide enmarcar el estudio dentro de las teorías de historia del tiempo presente, tomando como base teórica los aportes de Jacques Le Goff (1991), Pierre Nora y Eric Hobsbawm, los dos últimos descritos anteriormente. La memoria histórica, la noción de experiencia vivida, la existencia de convulsiones políticas y conflictos civiles,

resulta decisivo para delimitar la historia del tiempo presente. Además la memoria colectiva en conjunto con el desarrollo de una memoria histórica, facilita el diálogo entre los campos de la historiografía en el tiempo presente y en este aspecto Le Goff afirma que

La memoria ha constituido un hito importante en la lucha por el poder conducida por las fuerzas sociales. Apoderarse de la memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de las clases, de los grupos, de los individuos que han dominado y dominan las sociedades históricas (LEGOFF, 194, 1955)

Por lo que debe entonces comprender que su aporte desde la escuela de lo Annales deja en claro que la construcción de una memoria colectiva no puede existir sin un conflicto previo que genere además la formación o de-formación de una memoria histórica ligada a la coyuntura de vida de los protagonistas de dicha coyuntura.

Marco metodológico

Para realizar una investigación de esta categoría, no solo ubicado como estudio de la memoria histórica sino también de una construcción de memoria colectiva en contextos de sitios de trauma, resulta necesario recurrir a la fuente oral como primaria para la recolección de los datos y elaboración del posterior análisis. Para la recolección de los testimonios se cuenta con 13 individuos que voluntariamente se ofrecieron a participar en el estudio a partir de una convocatoria realizada por el ACAI en marzo del 2017, en colaboración con la investigadora de este tema y la oficina de ética de la Universidad de Costa Rica.

La recolección de los sujetos de investigación corresponde a una muestra estratificada, no probabilística, por lo que se procede al abordaje individual de cada testimonio y su debido procesamiento mecanográfico. Por otra parte, se considera necesario utilizar la prosopografía como metodología de análisis para establecer perfiles comunes a través de los grupos etarios con el fin de dilucidar el papel que estos contextos tienen en la historia de vida que cada individuo y su respectivo colectivo en materia de edad, género y lugar de procedencia. Esto se llevó a cabo según disponibilidad de individuos de pesquisa.

Al respecto del tratamiento de las fuentes primarias, se realizaron entrevistas a las personas participantes en las cuales se incluyen preguntas de datos personales para configurar los perfiles de llegada y entrada al país. El siguiente objetivo de las preguntas de la entrevista, la cual se califica como una entrevista semi estructurada, consiste en escuchar la experiencia vivida por los sujetos de investigación mientras aún se encontraban en Colombia con el fin de

encontrar añoranzas al pasado en los relatos de las 13 personas. No es interés de esta investigación elaborar un perfil traumático ni psicológico de las víctimas de las oleadas migratorias sino más bien establecer eslabones comunes en la cadena de memoria colectiva e histórica que se forma en torno a un evento traumático como lo es no solo el conflicto en sí, sino también la experiencia de la migración forzada.

La segunda parte de la entrevista se centrará en escuchar la experiencia de la migración y el asentamiento en el nuevo país, desde el momento en el que deciden dejar Colombia, bajo cuales condiciones se toma la decisión y como es el proceso de llegada al nuevo país. En este momento se tomarán los datos recolectados con el fin de triangular con las propuestas teóricas de LaCapra que plantea la reconfiguración de la memoria posterior al trauma tanto por parte de la víctima, como del colectivo al que pertenece y su entorno, para elaborar perfiles de configuración de memorias del trauma a través de las entrevistas individuales.

Finalmente se plantea una parte en la que el sujeto comente sus aspiraciones futuras y su experiencia en el nuevo país, esto con el fin de esbozar la modificación de la memoria colectiva de un grupo específico así como la injerencia que la memoria histórica tiene en la configuración de las tradiciones y la añoranza del pasado en el tiempo y el espacio. Nuevamente cabe aclarar que no es el fin máximo de este estudio elaborar perfiles psicológicos de los individuos, sino encontrar configuraciones de memorias colectivas en función a elementos comunes de eventos traumáticos y la reelaboración de tradiciones sincréticas. Asimismo se cuenta con bibliografía de apoyo para conocer el alcance que el análisis del conflicto tiene en otras latitudes y otras disciplinas científicas que puedan aportar datos concretos y que cooperen a corroborar la verosimilitud de los datos con los análisis previos realizados por científicos sociales y periodistas al respecto del mismo tema.

Al respecto de esto se plantea trabajo de campo en reuniones casuales entre personas colombianas así como convocatorias realizadas por las entidades de apoyo a esta investigación con el fin de tener un acercamiento de trabajo de campo directamente con personas refugiadas y solicitantes de refugio. El Apéndice 1 presenta el modelo de entrevista empleado en la elaboración de este proyecto. Se cuenta también con trabajo de campo relacionado al quehacer de las personas refugiadas, asistencia a reuniones convocadas con este fin en el ACAI y dirigidas directamente a colombianos, así como reuniones de personas de esta nacionalidad con fines meramente lúdicos.

Para la elaboración y distribución de capítulos, se decide nombrar cada uno de ellos con un extracto de un testimonio recolectado en el mes de enero del 2016 a una mujer, identidad protegida, la cual decide por iniciativa propia comentar su experiencia de migración forzada desde el departamento de Antioquia a Costa Rica en el año 2002. Asimismo la división capitular responde además a los objetivos planteados al principio de este proyecto, con el fin de ordenar el desarrollo de la investigación en orden cronológico de acontecimientos, de modo que los tres capítulos corresponden respectivamente a un antes de la salida del país, la experiencia durante la salida y asentamiento en Costa Rica y finalmente la configuración social y cultural de las personas asentadas así como aspiraciones futuras en función de su realidad histórica post trauma.

Capítulo I: “Dejaron a mi cuñado picadito en una bolsa en la puerta de la casa”. Este primer capítulo se centra en identificar un perfil de las personas llegadas a Costa Rica en proceso de migración forzada en el período en estudio con el fin de reconocer causalidad de patrones migratorios, así como las experiencias de vida de los sujetos para establecer además los primeros rasgos de los patrones de creación de memoria histórica del pasado común. Para eso se toma la primera parte de cada una de las entrevistas realizadas a los sujetos de pesquisa y además se triangula con los datos facilitados por la bibliografía adicional, con el fin de establecer redes de verosimilitud entre los datos aportados por los sujetos y aquellos analizados por la historiografía y otras ciencias sociales. Asimismo el capítulo cuenta con una primera parte dedicada brevemente a una recapitulación de datos del conflicto colombiano durante la época en estudio y antecedentes, así como un detalle introductorio sobre el proceso de solicitud de refugio en Costa Rica, datos actuales demográficos de la población refugiada y solicitante de refugio además de una descripción de derechos y deberes de la población refugiada en términos civiles y jurídicos. Posteriormente en el capítulo 3 se analizará la coyuntura histórica que coloca a Costa Rica como país receptor de refugiados para el período en estudio y posteriores.

Este capítulo se divide a su vez en otros tres dos puntos. El primero de ellos se enfoca en las experiencias previas a la decisión de emigrar de Colombia. Para esto se toma en cuenta la realidad del individuo en cuanto a vida familiar, profesional, laboral, social y cultural así como su relación política y apreciaciones de la realidad vivida en ese momento. El segundo punto describe la experiencia del momento culminante que lleva a las personas a migrar, ya sea aquellas que salen bajo amenaza o bajo su propia decisión. Vale aclarar que este capítulo se centra en el uso de los datos recolectados en las primeras partes de los

testimonios, y puesto que pretende elaborar un perfil de las personas llegadas al país en esta coyuntura, las identidades de los sujetos se mantendrán en total anonimato según el código de ética del ACAI Costa Rica. Como se mencionó anteriormente, este capítulo está enfatizado en las experiencias de los participantes del estudio por lo que los análisis teóricos se realizarán mano a mano con la exposición de los testimonios sin embargo tendrán su fuerte en el capítulo segundo y tercero de este estudio.

I1. *Contexto Colombiano.* Esta primera parte del capítulo describe una recapitulación cronológica de los acontecimientos históricos en Colombia relacionados directamente con el conflicto y la guerra civil. Se realiza esta recapitulación con el fin de ubicar al lector temporalmente en la coyuntura bélica colombiana con el fin de facilitar la comprensión de los temas aquí presentados; sin embargo dicha recapitulación no corresponde al cuerpo esencial de esta investigación por lo que los datos presentados no tienen como objetivo presentar un análisis político, social, ni económico del conflicto.

I2. *Refugiados en Costa Rica:* Para poder comprender la realidad del colectivo de refugiados colombianos en Costa Rica, es necesario puntualizar en aspectos que determinan la condición de refugiado en Costa Rica. Para esto se toma como referencia los datos descriptivos y panfletos informativos proporcionados por el ACNUR y la Dirección General de Migración y Extranjería (DGME) para comprender que es una persona refugiada así como sus derechos en materia legal, jurídica y migratoria. Este apartado se dedica a definir la condición de refugiado así como el aparato jurídico de deberes y derechos de esta población en territorio costarricense y otros aspectos de protección internacional.

I3. *“Vivíamos tranquilos en una casita en la parte alejada del interior de Antioquia”.* Este tercer punto se enfoca en las experiencias previas a la decisión de emigrar de Colombia. Para esto se toma en cuenta la realidad del individuo en cuanto a vida familiar, profesional, laboral, social y cultural así como su relación política y apreciaciones de la realidad vivida en ese momento.

I4. *“En el momento que sonó el timbre, mi hermana y yo nos orinamos en los pantalones”.* Este cuarto punto describe la experiencia del momento culminante que lleva a las personas a migrar, ya sea aquellas que salen bajo amenaza o bajo su propia decisión. Vale aclarar que este capítulo se centra en el uso de los datos recolectados en las primeras partes de los testimonios, y puesto que pretende elaborar un perfil de las personas llegadas al país en esta coyuntura, las identidades de los sujetos se mantendrán en total anonimato.

Capítulo II: “*Yo tengo un título en finanzas, y aquí estoy, ayudando a viejitos a dar del cuerpo*”. Este segundo capítulo se centra en identificar los procesos mediante los cuales las poblaciones colombianas establecidas en Costa Rica en contexto de migración forzosa, reinician modos de vida en el nuevo país de residencia. Tiene como fuente principal, la segunda parte de la entrevista individual a cada una de las personas participantes y enfatiza su estudio en el establecimiento de estas personas en el país y analiza el asentamiento de casos en particular en el nuevo modo de vida estableciéndose además en algunos de los procesos, un trauma transitorio que no cesa con la salida del país o los acontecimientos pasados entendidos como detonantes.

II.1. “*Recién llegamos y a mi esposo y a mí nos asaltaron y nos robaron la cartera con casi toda la plata que andábamos*”. Esta primera parte del capítulo se centra en escuchar la situación vivida por los sujetos en el momento que llegan al país. Se analiza cronológicamente el proceso de llegada al país, enfatizando en los elementos que marcan este acontecimiento como traumático en tanto choque cultural, económico, social, político y emocional.

II.2. “*A Andrecito en la escuela le dieron los uniformes y los cuadernos*”. Esta segunda parte está centrada en establecer esos elementos de memoria que se forman en contextos de trauma como lo es comenzar la cotidianidad en una realidad establecida a la fuerza, así como el desarrollo de relaciones cotidianas y de patrones de sociabilidad entre población refugiada y costarricense. Para esto, se toma como base los testimonios de los sujetos, divididos en grupos etarios de modo que se establezcan elementos comunes en la construcción de la memoria de los diferentes grupos para así establecer patrones comunes en formación de memoria de acuerdo a la realidad de cada individuo y su colectivo etario, separado entre niños, adolescentes, adultos jóvenes y adultos mayores.

Capítulo III: “A muchos se nos pega el pura vida”

El objetivo central de este capítulo versa en torno a tres elementos enfocados en la experiencia después del establecimiento y los elementos que convergen en dicha experiencia. Con el fin de dar continuidad al apartado anterior se exponen casos de situaciones traumáticas que ocurren posterior a la llegada de estas personas a Costa Rica. Asimismo se plantea el análisis de la formación de memorias colectivas y la añoranza de regresar como elemento determinante en el cotidiano de las personas refugiadas en Costa Rica. Dentro de este segmento se relatan elementos que determinan a Costa Rica como destino migratorio para

personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio, de la mano con el análisis de la autopercepción y la figura del otro en el contexto.

III.1. “*Yo solo tengo ganas de vivir por mi hijo*”. Este apartado se centra en analizar situaciones traumáticas vividas por las persona refugiadas que suman peso emocional a una experiencia emocionalmente complicada *per se*. Analiza la convergencia de elementos complejos más allá de adaptación al medio y se centra en experiencias puntuales sucedidas en algunos casos como muestra de la vulnerabilidad emocional a la que muchas de estas personas están expuestas.

III.2. “*A muchos se nos pega el pura vida*” el apartado número dos se esfuerza por estudiar la formación de colectivos y comunidades con un pasado común y como estos conforman identidades y memorias colectivas entorno a las cuales se tejen redes de apoyo, de solidaridad y de ludo entretención entre personas con características comunes, ya sea la nacionalidad de origen o el status migratorio.

III.3. “*Nada de lo que necesito está en Colombia, pero nada de lo que quiero está tampoco aquí*”. Finalmente el tercer punto se encarga de mostrar casos verosímiles para ilustrar la configuración de añoranza de pasado que existe entre las personas víctimas de desplazamiento y migración forzada.

Capítulo I: “Dejaron a mi cuñado picadito en una bolsa en la puerta de la casa”

Este primer capítulo se centra en identificar un perfil de las personas llegadas a Costa Rica en proceso de migración forzada en el período en estudio, con el fin de reconocer causalidad de patrones migratorios así como las experiencias de vida de los sujetos para establecer además los primeros rasgos de los patrones de creación de memoria histórica del pasado común. Para eso se toma la primera parte de cada una de las entrevistas realizadas a los sujetos de pesquisa y además se triangula con los datos facilitados por la bibliografía adicional, con el fin de establecer redes de verosimilitud entre los datos aportados por los sujetos y aquellos analizados por la historiografía y otras ciencias sociales. Asimismo el capítulo cuenta con una primera parte dedicada brevemente a una recapitulación de datos del conflicto colombiano durante la época en estudio y antecedentes, así como un detalle introductorio sobre el proceso de solicitud de refugio en Costa Rica, datos actuales demográficos de la población refugiada y solicitante de refugio además de una descripción de derechos y deberes de la población refugiada en términos civiles y jurídicos.

Este capítulo se divide a su vez en otros dos puntos. El primero de ellos se enfoca en las experiencias previas a la decisión de emigrar de Colombia. Para esto se toma en cuenta la realidad del individuo en cuanto a vida familiar, profesional, laboral, social y cultural así como su relación política y apreciaciones de la realidad vivida en ese momento. El segundo punto describe la experiencia del momento culminante que lleva a las personas a migrar, ya sea aquellas que salen bajo amenaza o bajo su propia decisión. Vale aclarar que este capítulo se centra en el uso de los datos recolectados en las primeras partes de los testimonios, y puesto que pretende elaborar un perfil de las personas llegadas al país en esta coyuntura, las identidades de los sujetos se mantendrán en total anonimato. Como se mencionó anteriormente, este capítulo está enfatizado en las experiencias de los participantes del estudio por lo que los análisis teóricos se realizarán mano a mano con la exposición de los testimonios, sin embargo tendrán su fuerte en el capítulo segundo y tercero de este estudio.

Contexto colombiano

Como es común en las recapitulaciones cronológicas al respecto de las guerras civiles, acercarse directamente a la raíz del conflicto corresponde a una tarea colosal que representaría todo un análisis en sí mismo. Sin embargo el conflicto colombiano, para efectos del estudio aquí presentado, tiene como puntos clave la mezcla con el narcotráfico y los

enfrentamientos en tema de política que manifiesta la extrema izquierda como punto a combatir de parte del estado y los organismos internacionales, y la extrema derecha representada por las facciones paramilitares y las autodefensas.

Durante la década de los años 80, el conflicto central colombiano tenía un aspecto en común: el *narco*. Con el desarrollo del comercio del narcotráfico se encrucece la lucha de poder entre las facciones políticas de izquierda y derecha que también compiten en un contexto de post guerra fría que desarrolla lo que posteriormente serán las facciones dominantes en las décadas siguientes durante el conflicto. Es con esta base que se desarrollan facciones izquierdistas guerrilleras que, con el pasar de los años, fueron mudando sus intereses en función al creciente negocio del narco que les servía a su vez para financiar el armamento necesario para su guerra contra el estado.

Una de estas facciones, las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), a principios de los 80, deciden tener como objetivo la toma del poder y pasan a llamarse FARC-EP (Ejército del Pueblo), con el fin de solventar sus objetivos a través de una estrategia política con miras a ser legitimada por medio del poder popular. Es durante esta misma década que se propone el cese de conflicto entre guerrilla y estado. El partido Unión Patriótica (UP) fue un elemento clave en el primer y no exitoso intento de cese del conflicto en los 80, donde grupos de extrema derecha asesinaron a los partidarios de la UP en un intento por detener las operaciones de la facción izquierdista. Sin embargo a raíz del ataque, se refuerza el recelo de los guerrilleros por dejar las armas y a su vez se intensifica con creces la participación de un grupo que hasta el momento se mantenía solapado, las autodefensas.

No obstante, para comprender la coyuntura del conflicto colombiano se debe necesariamente hablar del paramilitarismo y su desarrollo posterior a la década de 1980. Esto por el roce que existe entre paramilitarismo y facción de izquierda, dado que los primeros responden directamente a los intereses de las facciones derechistas que, a pesar de lo ser reconocido públicamente, solventan los gastos de estos grupos en lo que se conoce como parapolítica⁷.

No debe pensarse que el paramilitarismo nace en ésta década, puesto que el empleo de fuerzas de poder legitimadas indirectamente por el estado no son cosa nueva. Se tiene

⁷ Se entiende por parapolítica la participación política que existe en el quehacer paramilitar, de modo que se encuentran políticos, personas y partidos en el poder que se encargan no solo de financiar sino de armar y entrenar grupos paramilitares en esta lucha contra la izquierda.

noción del uso de estas fuerzas desde épocas previas incluso a la guerra fría. Sin embargo el paramilitarismo como estrategia contrainsurgente en Colombia ha correspondido a una ideología de terrorismo de Estado con sus naturales variaciones dependiendo de las circunstancias de cada momento (Velásquez, 20017). Para la década de los 80 durante la administración de Belisario Betancur Cuartas, las facciones opositoras a las organizaciones subversivas (militares, narcos y políticos de derecha) crearon y financiaron grupos paramilitares como estrategia contrainsurgente y en respuesta a las propuestas que Betancur Cuartas realizó en función de la búsqueda de la paz del conflicto y la entrega de armas de los grupos de izquierda.⁸

A partir de la década de 1980, las fuerzas paramilitares han evolucionado desde una estrategia del narcotráfico contra el secuestro, hacia un proyecto con fines políticos, militares y sociales que funciona, solapadamente, con el financiamiento del estado, las fuerzas militares y el mismo narcotráfico. En los últimos años, son estas facciones de ultraderecha y de terrorismo de estado a quienes los testimonios en gran mayoría les atribuyen las causas de la migración forzosa, desplazamientos internos, el mayor grado de muertes, torturas, desapariciones, asesinatos en masa y reclutamiento de civiles en función a la guerra civil. Según lo indica Velásquez (2017) la relación que existe entre las fuerzas militares y el paramilitarismo va más allá de un financiamiento o entrenamiento militar, en tanto que estos (los militares) delegaban:

el trabajo sucio” de eliminar a trabajadores, campesinos, maestros, políticos y líderes sindicales de izquierda, por ser, supuestamente, guerrilleros de civil que habían infiltrado las organizaciones sindicales, políticas, la iglesia, los gremios y las mismas instituciones estatales.

La población civil se ve afectada no solamente en términos de violencia de estado, sino que también aparecen las llamadas *vacunas*⁹, los secuestros y el reclutamiento forzado de civiles.

⁸Entre los grupos creados y financiados se encuentran: Muerte a Secuestradores (MAS), el Escuadrón de la Muerte, Muerte a Abigeos (MAOS), Castigo a Firmantes o Intermediarios Estafadores (CAFIES), el Embrión, Alfa 83, Prolimpieza del Valle del Magdalena, Tiznados, Movimiento Anticomunista Colombiano, los Grillos, el Escuadrón Machete, Falange, Muerte a Invasores, Colaboradores y Patrocinadores (MAICOPA), los Comandos Verdes, Terminador, Menudos, Justiciero Implacable, Mano Negra y Plan Fantasma, los Grises, Rambo, Toticol, los Criollos y Black Flag; entre los más conocidos

⁹Dentro de las comunidades y población en general, algunas regiones geográficas son divididas estratégicamente en territorios de control de ciertos grupos, paramilitares o guerrilleros, y estos grupos cobran una “tasa de

Grajales (2011) explique que el cese del conflicto ha sido un tema de atención en los recientes gobiernos de turno a partir de la década de los 90. Sin embargo estos se ven ralentizados por el conflicto de intereses que existe entre las mismas cúpulas de poder que plantean el cese de la violencia. Durante la administración de Virgilio Barco se decretaron leyes que castigaban la promoción, el financiamiento o la adhesión a grupos de autodefensa por lo que el desarrollo de estos inició de forma solapada. Sin embargo por parte de la sociedad civil existían simpatizantes con la causa anti-guerrilla, que fue inicialmente la premisa bajo la cual se rigió la creación y promoción de las autodefensas y a pesar de que existía legislación en contra de la creación de estos grupos en miras del creciente desarrollo de las últimas décadas, muchos de ellos hicieron pública su creación y existencia atañendo su derecho a la “autodefensa” por lo que *la violencia que se desencadenó en estos años contra movimientos políticos de oposición, organizaciones de derechos humanos y grupos sociales demostró que los paramilitares se habían vuelto actores mayores del conflicto armado* (Grajales 2011). Por su parte durante la administración de Barco se logró el cese de conflicto con los grupos guerrilleros del Movimiento 19 de abril (M-19) y el Ejército Popular de Liberación (EPL). Las FARC y el ELN por su parte continuaron en guerra contra el estado. Por un lado, durante la década de los 90 con la administración Betancur Cuartas, el cese del conflicto estaba orientado a que las guerrillas entregaran las armas, sin embargo para los simpatizantes de derecha, las medidas planteadas por Betancur eran demasiado benévolas con los guerrilleros por lo que se niegan a las cláusulas y en su lugar impulsan el crecimiento de las facciones paramilitares.

Hay que dejar en claro que los grupos paramilitares son asimismo financiados por el narcotráfico y, como se expuso anteriormente, por algunos grupos de poder y figuras políticas empero al no ser contempladas legalmente ni tener el reconocimiento de poder como aparato represivo, carecen de legislación en su contra. Sin embargo para los años 2002-2003 el presidente Álvaro Uribe Vélez propone iniciar un proceso de desmovilización en la que se entablan negociaciones con facciones paramilitares, mayoritariamente las AUC (Autodefensas Unidas de Colombia) para solicitar que entreguen las armas. De este modo inicia el proceso de negociación que consigue desmovilizar 36.294 personas¹⁰ pertenecientes a agrupaciones de

protección” conocida como *vacuna*. Esta misma cumple la función de evitar que dicho establecimiento sea atacado por el grupo de control de la región en la que se encuentra.

¹⁰ COLOMBIA, 2006. (Leve essa referência para o texto)

las autodefensas como se ve en la tabla 1¹¹ y se comienza un ciclo de investigaciones para reparación de víctimas del conflicto.

Tabla 1 Procesos de Paz con las autodefensas

Año	Cantidad de desmovilizados	Armas entregadas	Unidades de munición	Explosivos	Material de Comunicación	Otros bienes
2003	1041	546	45993	14	0	0
2004	2648	2110	420645	1788	399	186
2005	15769	6638	908883	3721	665	51
2006	16836	8092	1260909	6809	708	340
Total	36294	17386	2636430	12332	1772	577

Fuente: Elaboración propia. Presidencia de La República. Oficina Alto Comisionado Para La Paz. **Proceso de Paz con las autodefensas: Informe Ejecutivo**. Bogotá, 2006.

Paralelo a este proceso de desmovilización se emite la Ley de Justicia y Paz. Dicha ley propone una pena punitiva de prisión por un período de 5 a 8 años con el objetivo de que cada miembro de las filas de las autodefensas consiga integrarse nuevamente a la vida de la sociedad civil. Otros de los acuerdos contemplan el compromiso de no reincidir en la delincuencia, así como la confesión de los crímenes perpetrados durante su tiempo en las filas de las AUC y el sometimiento a las mesas de escrutinio en las que se rendirían cuentas de los crímenes, localización de las fosas comunes y rendición de cuentas de los individuos desaparecidos por las AUC. Asimismo inicia un proceso investigativo para la reparación de víctimas del conflicto por lo que los miembros de los grupos desarmados debe dar cuenta de los crímenes que ha cometido de forma individual o grupal para que las personas afectadas por la violencia y violación a los derechos humanos, puedan acceder a una reparación. Entre otras cosas se procura que se rinda cuenta de las fosas comunes para hacer devolución de los restos funerarios a los familiares de las víctimas del conflicto.

¹¹ Para mayor información de los desmovilizados, ver Anexo 2

La Ley de Justicia y Paz en su búsqueda de la garantía del derecho a la verdad, la justicia y la reparación para las víctimas, crea la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación, el Fondo para la Reparación de Víctimas y las Comisiones Regionales para la Restitución de Bienes. Sin embargo respecto a las medidas punitivas impuestas por el estado a los miembros de las AUC, los analistas señalan que *el gobierno habló de una negociación de paz con un actor que debía –en virtud de su carácter político– obtener un tratamiento especial de la justicia* (Grajales 2011). Atañendo que la solicitud de negociaciones está establecida con un actor que aunque no cumple con un papel político en términos de reconocimiento, se sabe que comparte intereses con las facciones de derecha y por esta razón, aunque no se les reconoce propiamente con una carga política identificada, existe un trato especial por parte de la justicia en la que se les ofrece una pena por crímenes de *lesa humanidad* que ciertamente no corresponde a las acciones perpetradas por los miembros de estos grupos.

Posterior al desarme, para el año 2008 se ordena la sorpresiva extradición de 14 jefes de las AUC que se habían sometido a la ley de Justicia y Paz por faltas cometidas a dicha ley así como continuar delinquiendo desde la cárcel. En términos de política internacional, la presión estadounidense provocó dicha extradición ilustrando la *dificultad de las autoridades colombianas de controlar a los jefes paramilitares en cárceles nacionales de donde éstos podían hacer declaraciones sobre sus secretos más escabrosos y controlar a distancia una parte de sus hombres y negocios*. (Grajales 2011). Al respecto del tema existen opiniones encontradas. Por un lado los movimientos de oposición, es decir, las guerrillas y los grupos de izquierda que representaron el objetivo inicial de la promoción de las autodefensas, interpretan la creación de una *guerra sucia*, la cual sería motivada por altos mandos militares como parte de un plan de exterminación. Por otro lado las facciones del gobierno no simpatizantes con la parapolítica, acusa la existencia de *fuerzas oscuras* en las que participarían agentes del Estado, pero de manera personal e independiente.

Como último punto es importante mencionar que el conflicto colombiano, en términos discursivos y oficiales, es una lucha librada entre la producción y comercio de drogas en contraposición de la población representada por el estado. En este aspecto el Plan Colombia de 1999 se colocó como una estrategia para combatir el narcotráfico, que poco a poco fue mudando hasta colocar en su agenda una lucha contra el terrorismo, entendiendo como terroristas las facciones izquierdistas representadas por las FARC. Sin embargo este modelo plantea un fortalecimiento del aparato militar en función al narcotráfico y la guerrilla,

pero el aspecto paramilitar, que opera a vista del estado no es reconocido como problema por lo tanto no se plantean soluciones en función a este tema, lo que provoca que aún en discusiones actuales como los Acuerdos de Paz, se continúe ignorando el tema del paramilitarismo. Es decir, en este conflicto están contemplados tres grandes grupos: el estado como representante del pueblo, el narcotráfico como problema a mayor escala, así como la guerrilla dedicada solapadamente al narcotráfico pero con un discurso político de izquierda. Estos últimos dos elementos se colocan como el problema a combatir por parte del estado en defensa de los derechos de la sociedad civil y la paz en territorio colombiano. Sin embargo hay un elemento que no se contempla, que no se discute y se oculta tras la cortina de humo de estado contra guerrilla, el paramilitarismo. Este continúa creciendo, financiado tanto por el narcotráfico como por el estado y creando entonces un conflicto aún más peligroso, porque de este nadie habla y los acuerdos de paz internacionales le pasan por el lado.

1.1 Los refugiados en Costa Rica

El 29 de Agosto de 1922 se aprueba mediante la Ley No. 6079 la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados de 1951 y su protocolo de 1967. En 1980 se establecen los procedimientos para determinar la condición de refugiado y posteriormente en 1983 se designa la responsabilidad de los asuntos legales de la condición de refugiado a la Dirección General de Migración y Extranjería DGME.¹² Al respecto de esto se crea el Departamento de Migración para Refugiados DMR, que si bien provee y legaliza los documentos necesarios para la obtención y mantenimiento de estatus de refugiado, no ejerce la protección integral de esta población, son las ONG's y diferentes departamentos del ACNUR y la ONU los que posteriormente se encargarán de dar seguimiento a estas personas en tanto moradores del nuevo país. A estas entidades se les conoce como programas de asistencia a solicitantes de condición de refugio y a refugiados. El principal programa de asistencia está canalizado por el ACNUR a través del ACAI. Esta ONG tiene como objetivo brindar apoyo psicológico, de trabajo social y hasta el 2015, apoyo jurídico a las personas refugiadas y solicitantes de refugio. Sin embargo existe también un alto grado de población migrante que no solicita la condición de refugiado, porque les da miedo darse a conocer, le temen a ser deportados, a las amenazas de los grupos armados o sencillamente no conocen los procedimientos

¹² Decreto Ejecutivo No. 14845-G.

Durante la primera década del siglo 21, Costa Rica ha enfrentado una creciente oleada migratoria en su mayoría compuesta por colombianos que huyen de su país de procedencia por causa del conflicto interno que se vive en la región. Según los datos del Departamento de Migración para Refugiados DMR, para el año 1999 se reciben 85 solicitudes de refugio por parte de colombianos y en contraposición para el año 2000 esa cifra crece a 1.415 solicitudes. Según lo indica la Dirección General de Migración y Extranjería de Costa Rica, la inmigración de refugiados colombianos se duplicó entre el 2000 y el 2010 teniendo su mayor auge para mediados del 2002 cuando se establece el requisito de visa consular para personas de nacionalidad colombiana que quisieran ingresar al país.

Para el gobierno costarricense se entiende por persona refugiada

Toda persona que debido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raza, religión, nacionalidad, género, pertenencia a determinado grupo social u opiniones políticas, se encuentra fuera del país de su nacionalidad y no pueda o, por causa de dichos temores no quiera acogerse a la protección de tal país.(Art. 106 de la Ley General de Migración y Extranjería No. 8764 (LGME)).

Para enero del 2001 la cantidad de refugiados colombianos en Costa Rica representaba el 10% y para setiembre del 2003 esa cifra aumenta de modo que los refugiados solamente de nacionalidad colombiana constituyeron el 60% del total de peticiones de refugio de ese año.

Cada persona ingresada al país en condición de refugiada inicia un proceso de integración legal que comienza a partir de la solicitud de la condición de refugiado como primer momento. Posterior a esto, se inicia con la documentación que lo ampara así como la libertad de movimiento dentro y fuera del país y la posibilidad de reunificación familiar si así se desea. Debe mencionarse que esa libertad de tránsito fuera del territorio nacional no contempla viajes al país de origen sin que medien las autoridades competentes so pena de perder la condición de refugiado. Es decir, si una persona refugiada desea viajar de regreso a su país de origen por cualquier circunstancia, debe solicitar la autorización ante la Dirección General de Migración y Extranjería.

Para llevar a cabo ese primer paso de integración se procede a solicitar el reconocimiento de la condición de refugiado que según el artículo 7 del Decreto 14845-G dicho proceso no debe durar más de un mes en resolverse. Dentro de este plazo de solicitud y

hasta su resolución en el tiempo estimado, la persona solicitante no podrá ser devuelta al país donde su vida, su integridad y su libertad corran peligro. Una vez que la resolución se define y en caso de ser positiva, se elabora el carné de refugiado con validez de dos años y junto con este se habilita al portador con permiso de trabajo. Asimismo después de dos años de residir en el país de forma continua en condición de refugiado y habiendo cumplido una serie de requisitos adicionales, se puede solicitar un cambio de su calidad migratoria de residente temporal a residente permanente. Sin embargo muchas personas prefieren mantener la condición de refugiado siendo que esta le brinda los mismos derechos básicos que un ciudadano costarricense sin necesidad del trámite burocrático que implica.

En caso de que la solicitud sea denegada por cualesquiera las razones, el solicitante bajo una extensión del período legal que lo ampara con protección internacional, puede emitir un recurso de revocatoria. En caso de ser negado se emite un recurso extraordinario de revisión y en caso de ser nuevamente negado se conmina al solicitante a buscar otra condición migratoria para aplicar o salir del país por sus propios medios. Si por el contrario la solicitud fue aprobada pero el carné se encuentra vencido o la petición fue negada y el solicitante no sale del país, este puede ser deportado a su país de origen dado que la cláusula de protección internacional ya no le ampara (ACNUR 2004). Debe aclararse que la cláusula de no devolución puede ser revocada en caso de cometer un delito particularmente grave que procede a la cancelación del estatus de refugiado y deportación al país de origen según el artículo 33.2 de la convención.¹³

Al respecto del tema de derechos para las personas refugiadas, existen principios fundamentales que informan sobre los derechos. El primero de ellos es el principio de la no discriminación por ningún motivo, religión, país de origen, raza o grupo étnico de procedencia o adhesión. El segundo es el principio de la no devolución mediante el cual se sostiene que la persona refugiada y solicitante de refugio no puede ser devuelta a su país de origen, y finalmente el principio de la unidad familiar que se encuentra recogido en la Declaración Universal de Derechos Humanos. Paralelamente con estos principios de derecho que atañen a todos los refugiados de los estados miembros de la Convención, aparecen específicamente los derechos que el Estado costarricense otorga a las personas refugiadas en su territorio¹⁴.

¹³ ACNUR, 2004. (Levar essa referencia para o texto)

¹⁴ Decreto Ejecutivo No. 14845-G.

El primero de ellos es el derecho a la documentación. Dentro de esta documentación se encuentran el carné de identidad de refugiado a la vez de habilitarlo con permiso de trabajo. Junto con este documento se adquiere también el derecho a tener un documento de viaje en caso de ser requerido y este mismo le concede el derecho de ser reconocido en los estados parte de la convención. De mano con el derecho a la documentación aparece el derecho a la reunificación familiar. Se sabe que muchas de las personas que huyen de sus países de origen por causa de la persecución que sufren indistintamente de la que sea, generalmente viajan solos en un intento por salvaguardar su vida y mejorar la calidad de vida de los familiares que quedan en el país. Por esto dentro de la Convención de 1951 se contempla en derecho a reunificación familiar que según disposiciones del gobierno costarricense, aplica para padres mayores de 65 años, parejas en unión libre, conyugues e hijos menores de edad.

Otro de los derechos es el derecho a la libertad de movimiento o circulación, que manifiesta la capacidad del refugiado para escoger libremente su lugar de residencia dentro del territorio del estado receptor y viajar libremente por este. Como ya se explicó anteriormente, este derecho atañe también a la expedición de un documento de viaje en caso de no contar con uno a la hora de salir del país de origen, aunado a esto se refuerza el principio de la no devolución por lo que aún en el extranjero, en caso de deportación la persona no puede ser retornada a su país de origen.

Otros aspectos como el derecho al trabajo, a la educación, a la salud y a la vivienda, son extendidos a las personas refugiadas en las mismas condiciones que un ciudadano costarricense, es decir, una persona refugiada con su respectiva identificación tiene derecho al acceso a trabajo que tiene cualquier otro ciudadano. En temas de educación, toda persona refugiada al igual que los costarricenses tienen derecho a la educación gratuita y obligatoria hasta el bachillerato en educación media. Sin embargo el acceso a la educación superior estatal, los refugiados se rigen bajo las normas que las universidades establecen para los estudiantes extranjeros, tales como cantidad de cupos, acceso a becas y pago de matrículas. Por su parte, la convalidación de los títulos expedidos en el extranjero está supeditada a escrutinio del Consejo Nacional de Rectores CONARE, que determina tarifas para convalidación más altas para estudiantes extranjeros. En caso de las personas refugiadas, se contemplan dentro de este grupo.

Respecto al derecho a la salud y vivienda, los refugiados al igual que los costarricenses tienen derecho a participar del régimen contributivo del seguro social.

Asimismo los menores de 14 años tienen derecho a la salud gratuita y las embarazadas al control prenatal y de parto en cualquier parte del territorio nacional indistintamente de su condición de asegurada. En Costa Rica, todo lo relacionado con la actividad económica de los refugiados que también incluye los procedimientos para obtener crédito para la vivienda y otros créditos, está regulado por el derecho civil.

1.2. “Vivíamos tranquilos en una casita en la parte alejada del interior de Antioquia”

LaCapra (2008) analiza el trauma como un lapso de ruptura que interrumpe la continuidad con el pasado y que afecta la víctima y todo a su alrededor generando demora en el reconocimiento de la significación de la serie traumática de acontecimientos en la historia reciente. El trauma entonces, para efectos del análisis aquí presentado, se relaciona con el período de guerra civil en Colombia y la decisión definitiva de salir del país y solicitar una condición migratoria de protección internacional. Para este estudio llamamos a esta situación como traumática a la luz de la afirmación de LaCapra en tanto que su continuidad con el pasado en Colombia se ve interrumpido por la situación límite que los lleva a salir de su país, provocando entonces una afectación en el individuo y su entorno.

Dora Schwarzstein (2001) analiza que los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos del pasado sino que el descubrimiento de las fuentes orales plantea preguntas sobre la formación y parcialidad de las fuentes, sobre el papel del observador, sobre la contextualización social e histórica, lo que destruye la pretensión de objetividad inherente a todas las fuentes históricas y coloca la cuestión de la subjetividad (de las fuentes y del historiador) en el centro de la historiografía. Por lo tanto para poder realizar este análisis se llevaron a cabo 13 entrevistas a personas refugiadas dentro del territorio costarricense, la mayoría de ellas se consiguieron gracias al apoyo del ACAI. Sin embargo al ser un tema de trauma y de sensibilidad emocional, muchas personas por diferentes motivos prefieren mantener un perfil bajo en algunos casos no comentando su situación por temor a revivir el trauma o en otros aspectos por desconfianza de perder el estatus migratorio de refugiado por lo que la convocatoria de participación del proceso de investigación se realizó

de forma abierta y a las oficinas del ACAI acudieron 7 personas en calidad de voluntarios para comentar su experiencia.

De los 13 participantes se obtienen 9 testimonios de mujeres y 4 de hombres. La edad de los participantes oscila entre los 21 y los 54 años de edad, siendo la edad promedio de 40.91 años. Respecto al estado civil, dos personas se casan estando en Costa Rica y otra se divorcia, por lo demás tres ingresan en unión libre, uno casado y seis estando solteros. El nivel de escolaridad está dividido entre personas con secundaria completa y universitaria completa. Uno de ellos llega al país con una maestría en arte filosofía y literatura y otro de los sujetos abandona Colombia sin haber concluido sus estudios universitarios. La tabla 2 muestra estos elementos de forma detallada y el anexo 3 y 4 ilustran dos tablas completas con los datos recolectados de cada participante en tanto que datos personales, estado civil, situación del conyugue, medio de entrada al país, situación migratoria actual y de entrada así como el nivel de escolaridad¹⁵.

Tabla 2: Datos generales de los sujetos de pesquisa

Nombre	Edad	Procedencia	Estado civil	Nivel de escolaridad
Carmen	39	Medellín	Unión libre	Secundaria completa
Daniela	52	Medellín	Soltera	Secundaria completa
Débora	N.I.	Medellín	Casada	Universitaria incompleta
Diego	45	Medellín	Casado	Maestría completa
Ericka	32	Medellín	Casada	Secundaria completa
Ignacio	34	Medellín	Unión libre	Universitaria completa
Irma	54	Bogotá	Soltera	Universitaria completa
Jorge	21	Medellín	Soltero	Secundaria completa
Lala	N.I.	Valle del Cauca	Unión libre	Universitaria completa
Lina	45	Bogotá	Soltera	Secundaria completa
Pamela	45	Antioquia	Soltera	Universitaria completa
Rodrigo	34	Antioquia	Soltero	Secundaria completa
Tina	49	Bogotá	Divorciada	Secundaria completa

¹⁵ Todos los nombres de los participantes han sido cambiados para mantener el anonimato de sus testimonios.

Fuente: elaboración propia. Base de datos “Entrevistas a sujetos de pesquisa” 2017.
Laura Rodríguez Calvo.

Respecto al estatus migratorio la tabla 3 contempla los sujetos en el momento en que ingresan al país en condición de turistas o inmigrantes. Sin embargo 6 de ellos ingresaron previa solicitud de refugio por lo que cinco ingresan al país como inmigrantes y realizan la solicitud de refugio una vez en territorio nacional, asimismo dos personas ingresan en calidad de turista uno de ellos con visa y el otro ingresa antes del año 2002, período en el que se exigía visa para entrar al territorio costarricense a todo turista de nacionalidad colombiana. Del total de los 13 sujetos entrevistados, dos de ellos cambiaron su estatus a residente permanente y uno de ellos se encuentra en proceso de naturalización, que se obtiene después de 10 años de residir en el país junto con otros requisitos y la realización de una examen de naturalización costarricense.

Tabla 3: Estatus migratorio de sujetos de pesquisa (actual y de entrada)

Nombre	Estatus de entrada	Año de entrada	Forma de entrada	Estatus actual
Carmen	Refugiada	2014	Avión	Refugiada
Daniela	Inmigrante	2011	Frontera	Refugiada
Débora	Refugiada	2010	Frontera	Refugiada
Diego	Turista	2005	Avión	Residente
Ericka	Refugiada	2007	Avión	Residente
Ignacio	Refugiado	2008	Avión	Refugiado
Irma	Refugiada	2002	Avión	Refugiada
Jorge	Inmigrante	2013	Frontera	Refugiado
Lala	Refugiada	2004	Avión	Refugiada
Lina	Inmigrante	2003	Avión	En proceso
Pamela	Turista	2005	Avión	Refugiada
Rodrigo	Inmigrante	2001	Frontera	Refugiado
Tina	Inmigrante	2002	Avión	Refugiada

Fuente: elaboración propia. Base de datos “Entrevistas a sujetos de pesquisa” 2017.
Laura Rodríguez Calvo.

De estos trece sujetos, nueve ingresan al país con algún otro familiar o acompañante de los cuales cinco de ellos han solicitado reunificación para sí mismos o para algún familiar que se encontrara aún en Colombia al momento de ingreso. La tabla 4 muestra los datos detallados de estas solicitudes para cada uno de los sujetos. Respecto a las causas de solicitud de refugio en términos generales, una persona solicita el refugio por conflictos con narcotráfico en su país, cuatro más lo solicitan por conflictos relacionados con guerrillas mientras que siete personas salen del país y solicitan refugio por enfrentamientos con grupos paramilitares y una de las personas no indica la razón de salida de Colombia. Todo esto se amplía con detalle en el anexo 4 y en los apartados siguientes.

Tabla 4: Solicitud de reunificación familiar de sujetos de pesquisa

Nombre	Ingresar con familiares	con Cantidad	Razón de solicitud de refugio	Solicitud de Reunificación
Carmen	Si	1	Paramilitares	No
Daniela	No	0	Paramilitares	Si
Débora	Si	2	Narcotráfico	Si
Diego	No	0	Paramilitares	No
Ericka	Si	3	Paramilitares	No
Ignacio	Si	2	Guerrilla	No
Irma	Si	1	Paramilitares	Si
Jorge	No	0	Guerrilla	No
Lala	Si	1	Guerrilla	No
Lina	No	0	Guerrilla	Si
Pamela	Si	2	Paramilitares	No
Rodrigo	Si	2	Paramilitares	No
Tina	Si	2	No indica	Si

Fuente: elaboración propia. Base de datos “Entrevistas a sujetos de pesquisa” 2017.

Laura Rodríguez Calvo.

La experiencia entendida como aquello que le ha ocurrido a un individuo, una comunidad o la humanidad en conjunto así como los acontecimientos que han sucedido ya sea durante un período determinado o en general, ayuda a plantear la cuestión de la relación ente aquellos que han experimentado directamente una serie de acontecimientos y los que están vinculados con ellos a través de la memoria de una herencia compartida (LaCapra 2006). En este aspecto nos referimos a las personas refugiadas como experimentadores del trauma que también, en tanto que individuos, vinculan una colectividad con la que mantienen sentido de pertenencia y aquellas personas con quienes establecen contacto: familiares, lugares de trabajo y redes de apoyo. En este aspecto se hace énfasis a la evocación de memoria de un pasado traumático teñido de añoranza. Sin embargo existe una diferencia entre acontecimiento y experiencia traumática. LaCapra (2006) menciona que el acontecimiento en el trauma histórico suele ser puntual y temporalmente localizable mientras que la experiencia tiene un aspecto evasivo porque se relaciona con un pasado que no ha muerto, que invade el presente y puede bloquear o anular las posibilidades del futuro.

Por lo tanto, en el presente estudio se toma en cuenta el acontecimiento traumático de los sujetos como punto de partida para el análisis de la experiencia en el trauma histórico. Asimismo más adelante se retomará la premisa del trauma como aspecto definitorio en el desarrollo de relaciones interpersonales y formaciones de colectivos. Esta primera parte hace énfasis en el pasado y el momento de ruptura de su continuidad bajo el concepto de detonante del trauma, que se define como el momento que marca abruptamente la ruptura con el pasado y coloca al individuo como víctima de la circunstancia y el contexto. Sin embargo hay que aclarar que algunos de los testimonios comunican más de un acontecimiento traumático experimentado por los individuos. Algunos de ellos atraviesan situaciones traumáticas estando en territorio costarricense y no saliendo de Colombia. Este punto se analizará con mayor amplitud en capítulos siguientes.

Para identificar esos elementos de memoria y experiencia se procede a exponer los testimonios de las personas entrevistadas y el modo de cómo relatan su pasado en Colombia. Esta aproximación se realiza desde la primera pregunta de la entrevista donde se le indica al testigo que comente su nombre y quien era él o ella en Colombia. De esta manera el individuo

se coloca en una posición de narrador de su propia historia en primera persona. En otros puntos de este capítulo se analizará el momento el detonante del trauma. Sin embargo, esta primera aproximación tiene como objetivo situar al historiador como testigo de modo que sea este quien transmita lo que sucede en el contexto colombiano a través de la experiencia de estas personas en un ejercicio de análisis de coyuntura historiográfica a través de la teoría (LaCapra 2006). Debe dejarse claro que al tratarse de testimonios acerca de una experiencia traumática, muchas de las personas escatiman en detalles a la hora de comentar sobre su pasado por lo que no todos los sujetos comentan con ahínco su pasado en Colombia antes de que la situación los obligara a ser expulsados de su tierra.

Algunos como Diego se sienten en comodidad de comentar su pasado, su formación profesional y su vida personal. *allá en Colombia yo vivía en Medellín, usted sabe que yo soy paisa y pues Medellín es una ciudad muy bonita pero además yo vivía bien, cuando era así pues un muchacho vivía bien, me crió mi mama cuando mi papá irresponsablemente decidió morirse [risas]*¹⁶. La forma de cómo Diego habla de su pasado permite identificar una nostalgia que sin embargo no representa una añoranza o deseo de regresar, en parte por lo que él mismo relata más adelante afirmando que *yo parece la verdad estoy muy bien aquí. Yo he viajado a Colombia a que los niños conozcan la tumba de su abuela y he ido un par de veces pero mi vida está acá, Costa Rica es mi casa*¹⁷.

Además de Diego solamente dos personas más hacen referencia a su infancia, Ericka quien comenta sobre su niñez y las experiencias con su hermana. En el caso de Ericka el detonante del trauma ocurre cuando la hermana es secuestrada por paramilitares para ser objeto de trata de blancas por lo que los recuerdos que manifiesta están estrechamente ligados a este acontecimiento, es decir, su ruptura con el pasado evoca una memoria nostálgica enraizada a la relación familiar con su hermana. Ericka comenta:

que le puedo decir de mi, bueno mi infancia fue bien bacana, porque mi hermana y yo nos criamos juntas, como estamos de edades tan parecidas éramos como gemelitas y nosotros éramos una familia de esas que llaman un poco digamos acomodadas, no vivíamos mal, pero tampoco nos sobraba la plata cierto? Me acuerdo que nosotras, bueno como yo era más grande pues me tocaba, nosotras íbamos a la escuela y yo la defendía entonces siempre

¹⁶ Entrevista realizada a Diego, 13-02-2017

¹⁷ Entrevista realizada a Diego, 13-02-2017

estábamos juntas. Después nos tocó fue irnos a vivir un poco más para afuera y no tan citadino y ahí es donde todo ya se nos pone color de hormiga. Yo allá pues no fui a la universidad ni nada pero tuve una infancia bien bonita, usted sabe, los niños que ni se percatan de lo feo que está la cosa¹⁸

Al igual que Ericka, Rodrigo rescata cosas de su infancia. Inicia diciendo *es que yo tenía una hermana, era más grande que yo por tres años y éramos ella mi hermanito más pequeño mis papás y yo, con mi hermana nos amábamos, ella era siempre todo conmigo¹⁹* sin embargo se detiene después de tres frases indicando que existe en ella una necesidad de olvido que se ve interrumpida por el testimonio que presenta para este estudio. El escenario inmediato en el que se encuentra Érica, la coloca en una posición de narradora donde la presencia de un escucha, mujer joven costarricense le abre paso a una actividad de relatar lo sucedido en tanto la persona que la escucha no tiene interés alguno en su estado migratorio, su situación laboral o su estado económico, lo que abre paso a un entorno de confianza donde quien relata se convierte en el dueño de la palabra.

esa es una cosa que yo la verdad he decido olvidar, porque es que yo cada vez que me acuerdo de mi hermana y esos paracos hijos de puta, con el respeto suyo pero es que eso es lo que son, cuando se llevaron a mi hermana mi vida ya dejó de tener sentido entonces eso es algo de lo que no me gusta hablar [hace una pausa] fue algo muy horrible muy macabro lo que nos hicieron²⁰

En el caso de Diego se puede ver una aceptación de pasado que no se asemeja a la experiencia de Rodrigo y de Ericka. Ambos tienen en común el sufrimiento de un familiar cercano y ese detonante de trauma convierte todo pasado en una experiencia traumática *per se*, de modo que ninguno de los dos en ningún momento plantean deseos de regresar a Colombia e incluso dejan de lado el relato de sí mismos y de su experiencia de vida pre- detonante como un olvido selectivo (Ricoeur 2006). Este mismo mecanismo del olvido selectivo es perceptible en el testimonio de Pamela que solo indica al principio *Vivíamos tranquilos en una casita en la parte alejada del interior de Antioquia²¹* y durante el relato no rescata ningún otro aspecto de su pasado antes del detonante del trauma.

¹⁸ Entrevista realizada a Ericka, 12-02-2017

¹⁹ Entrevista realizada a Rodrigo, 01-04-2017

²⁰ Entrevista realizada a Rodrigo, 01-04-2017

²¹ Entrevista realizada a Pamela 15-01-2015

Por otra parte están quienes hablan de su pasado como una añoranza nostálgica con deseos de retorno. Entre esos está Débora quien constantemente rescata que a pesar de que su padre se dedica a *trabajar con bandas delincuenciales*²² el estatus de vida que ella mantenía era muy diferente a su actualidad en Costa Rica. Menciona también su infancia, ligada a la relación con su hermana y su familia política. Débora inicia su relato afirmando: *en Colombia en realidad nosotros estábamos bien, muy bien económicamente nosotros nunca pasamos ninguna necesidad económica*. Se refiere a esto como primer aspecto y continúa su relato constantemente haciendo énfasis en el pasado, en la situación económica y la relación con su familia política. El caso de Débora es un ejemplo de lo que Paul Ricoeur (2006) rescata como olvido selectivo dado que ella, en calidad de interlocutora, es quien decide qué aspectos de su pasado traer a colación y es la única de los trece sujetos de pesquisa que comenta sobre su pasado de una forma nostálgica y positiva a pesar de que la relación de su papá con el narcotráfico haya sido lo que la sacó a ella y a su familia de Colombia. Débora hace hincapié en el pasado y la relación con su familia política de la siguiente manera:

*Nosotros somos casados y él allá estaba trabajando en una empresa que se llama Renault, el era jefe de taller a él le iba muy bien en realidad, yo estaba en la universidad él estaba trabajando también estaba estudiando y todo bien, nosotros estábamos pagando un apartamento en Colombia [...] yo llevo con mi esposo 15 años, y la familia de él nos conoce desde que yo tenía que, unos 9 o 10 años, entonces ellos fueron como mi familia en realidad, como ellos si tenían mamá y papá entonces las tareas, mi suegro era decano de una universidad, de la Universidad de Antioquia entonces las tareas y todo eso a mi hermana y a mi ellos nos ayudaban a nosotras, ellos se convirtieron en la familia de mi hermana y yo*²³.

Continúa su relato rescatando el aspecto económico *a pesar de que nosotros podemos tener trabajo y eso, nosotros teníamos otro estilo de vida diferente, usted se debe imaginar mi papa era una persona que manejaba muchas cosas y nosotros vivíamos muy bien pero cuando eso se salió de control fue horrible*²⁴. En el caso de Débora el trauma en relación a la experiencia interrumpida es congruente con el pasado dejado atrás. La experiencia interrumpida la impulsa a añorar un pasado que fue mejor, a diferencia de los otros doce

²² Entrevista realizada a Débora 28-03-2017

²³ Entrevista realizada a Débora 28-03-2017

²⁴ Entrevista realizada a Débora 28-03-2017

sujetos que ninguno de ellos desea el pasado afirmando que en ningún momento éste fue mejor. Es una situación inversa de olvido selectivo de modo que los otros sujetos deciden olvidar los momentos no traumáticos previos al detonante y optan por enfocarse en una realidad que deja atrás esta experiencia, mientras que Débora decide por el contrario selectivamente olvidar el detonante y enfocarse en la añoranza al pasado como motivación para la realidad que vive en el nuevo país de residencia.

Además de estos sujetos que comentan sobre el pasado que dejan en Colombia respecto a temas de estabilidad emocional y económica así como quienes deciden olvidar ese pasado, aparecen aquellos que tienen una carrera profesional que debe quedarse detenido para comenzar de nuevo en otro país. El caso de Jorge llama la atención porque hace alusión a su pasado militar. Es el único de los sujetos que recuerda esto como un hecho importante de su experiencia de vida. Rescata su papel en el ejército y como tenía la intención de continuar una carrera militar posterior al servicio obligatorio de dos años que deben prestar los jóvenes mayores de edad sin embargo no le fue posible por enfrentamientos ocurridos a raíz de dicho trabajo. Comenta Jorge:

Yo era estudiante y a la vez estaba prestando mi servicio militar. [...] yo era un estudiante tranquilo bien, estudiaba y ya mi vida, hasta que ya comencé a surgir en el ejército por la disciplina el buen comportamiento y porque rapidito comencé a crecer, asimismo le van dan a uno tareas, por ejemplo va ir de encubierto, va estar 15 días con tal narco. Son operaciones realmente militares donde le ponen a uno un chip para tener las coordenadas donde usted está²⁵.

En el caso de Jorge no hay posibilidad en Costa Rica de continuar el ejercicio de su formación en las fuerzas armadas puesto que Costa Rica no tiene ejército ni presta servicio militar de ningún tipo. Este caso, como muchos otros lleva a las personas a ejercer oficios y empleos no calificados teniendo una formación profesional que por distintos motivos no pueden ejercer en el país de residencia. Tal es el caso de Lala, quien comenta que tanto ella como su esposo tienen títulos universitarios que no pueden ejercer en Costa Rica y comenta lo siguiente

yo estudie lo que fue estudio ambiental en Colombia, mi papa tiene fincas, tenía una finca muy productiva y yo soy su hija y me mando estudiar,

²⁵ Entrevista realizada a Jorge, 21-03-2017.

hasta ahí todo era una vida normal muy feliz todos muy contentos [...] lastimosamente es algo muy duro porque uno viene, no de vivir como ricos porque no, mi familia no es millonaria o sea es un papá que trabajó en una buena empresa, consiguió sus cosas e hizo un futuro para sus hijos, es un tipo de papá trabajador, pulseador como dicen aquí, normal y uno es el hijo que pues estudia algo para ayudarle a su papá porque mi idea era como hacer invernaderos y hacer cosas en esa finca para salir adelante o sea crecer como familia, esa era como mi proyección. Uno en Colombia desde niño se proyecta porque la vida es muy dura, fue algo muy duro muy triste, cosas que de verdad no me gusta hablar muy a fondo porque pasé cosas muy feas [...] ya yo vivía con él, con mi esposo, el es enfermero y trabajaba en un clínica en Roldanillo y en la caja del seguro social.²⁶

Lala manifiesta como su pasado profesional fue lo que la llevó a la situación detonante pues a raíz de su trabajo de campo para su tesis, es retenida por fuerzas guerrilleras por lo que junto con su pareja fueron víctimas de desplazamiento interno dado que él también fue retenido por la fuerza a raíz de su formación profesional. Comenta que ahora llegados a Costa Rica ninguno de los dos tiene los medios económicos para convalidar su título profesional por lo que desde que llegaron al país ejercen trabajos no calificados, teniendo una formación profesional adquirida en Colombia. En el caso de Lala existe la añoranza al pasado ligada en primera instancia a su familia dejada en Colombia además de la posibilidad de ejercer su profesión al igual que su esposo, lo que significaría una mejora en su condición económica, sin embargo Lala como la mayoría de sujetos aquí entrevistados prefieren dejar atrás ese pasado y reconstruir un presente a partir de esa experiencia límite.

No obstante no todos los sujetos que poseen título universitario cuentan con la misma situación de Lala. El caso de Diego llama la atención dado que es el único que posee un posgrado profesional en arte filosofía y literatura y actualmente lo ejerce como funcionario de una instrucción de educación superior en Costa Rica. Este caso como el de Irma e Ignacio son particulares porque los tres consiguen la convalidación de su título y mantienen el ejercicio de su profesión en el país de residencia.

En el caso de Irma, ella relata cosas sobre su pasado de una forma rápida y hace énfasis en su vida profesional, es decir, todo el pasado que rescata desde su memoria parece

²⁶ Entrevista realizada a Lala, 21-03-2017.

estar limitado a su trayectoria laboral. El caso de Ignacio es el mismo, pues hacen hincapié en el tema del trabajo, sin embargo Ignacio ilustra como es este tema lo que lo lleva a la situación límite del detonante de trauma. Irma inicia su relato de la siguiente manera:

yo me quedé en Cúcuta con mi mamá y mi papá, en Cúcuta no teníamos sino la familia de mi cuñado, toda la familia de mi mamá estaba en Bogotá y la familia de mi papá en Cuba y en Miami. Yo llegué allá de 12 años y estudié para ser maestra de preescolar, ya estando en el colegio Calasanz estudié para psicóloga, el colegio me contrata para psicóloga y yo parecía un árbol del colegio porque ya llevaba 25 años trabajando ahí. Ya siendo psicóloga aparte de eso trabajaba también con Ecopetrol que es una empresa de petróleo yo era adscrita allá y me mandaban pacientes, y tenía un negocio de comida rápida porque mi papá puso un negocio, es decir ellos siempre fueron comerciantes primero ropa y cuando se vino la crisis se puso un restaurante de sándwiches cubanos y el siendo cubano pues era maravilloso que además tiene toda la pinta de cubano, el sombrerito y tal, y cocinaba muy rico entonces maravilloso, ese negocio duró 25 años también, y cuando mi papá murió continuamos con ese negocio que económicamente nos iba muy bien²⁷

Ignacio también inicia su relato directamente con el tema de la formación profesional y además comenta como es a través de esta que se ve envuelto en la situación límite que lo lleva al detonante de trauma. Ignacio hace un rescate del pasado limitado a esa formación profesional por lo que cualquier otro aspecto de recuerdo queda solapado por este. En ningún momento hace recapitulación de recuerdos sobre su familia, su infancia, su estudio ni el lugar de procedencia. Comienza su narración afirmando que:

yo soy productor audiovisual, yo estudié producción audiovisual y trabajaba con una fundación que llevaba arte a las escuelas de las zonas periféricas y trabajábamos con comunidades conflictivas en las periferias de Medellín. Y ya pues fue por eso que a mí me pasó lo que me pasó que me tuve que venir, por eso mismo, por el trabajo que yo tenía que hicimos una exposición fotográfica que se llamaba rostros de la guerra y diay, a la guerrilla no le gustó que alguien se manifestara en contra del reclutamiento de niños²⁸

²⁷ Entrevista realizada a Irma, 27-03-2017

²⁸ Entrevista realizada a Ignacio, 12-02-2017

En este tema de experiencia ligada a la ruptura con el pasado se puede constatar como existe una selección de memoria y olvido por parte de las personas que viven las situaciones límite. De esta manera se puede confirmar lo que afirma LaCapra en tanto que la experiencia tiene un aspecto evasivo, porque se relaciona con un pasado que no ha muerto, que invade el presente y puede bloquear o anular las posibilidades del futuro. Esto se refuerza con el caso de Ericka y Rodrigo con su decisión de olvido selectivo así como el caso de Débora, quien la memoria del pasado permea su presente de tal manera que se bloquea su posibilidad en el futuro de rehacer la idea de una vida diferenciada de aquella que tenía en Colombia. Por otra parte Carmen, Tina y Lina no comentan detalles sobre su pasado, Tina inicia su relato directamente con su proceso de solicitud de refugio y no hace referencia alguna al pasado en Colombia. Carmen y Lina abordan directamente el momento del detonante del trauma sin embargo se mantiene escasas en detalles de su vida antes de viajar a Costa Rica. El caso de Ignacio, Diego e Irma se colocan con posibilidades distintas empero su rescate del pasado está ligado a aquello que les hizo felices a pesar que en el caso de Ignacio lo colocara en la situación límite del detonante de trauma.

1.3. “En el momento que sonó el timbre, mi hermana y yo nos orinamos en los pantalones”

Durante la experiencia límite el detonante del trauma se configura como el punto máximo del suceso, en este aspecto hay que recordar la reconfiguración del acontecimiento histórico en contraposición de la experiencia traumática (LaCapra 2006). Por lo tanto, aquí se hace referencia propiamente a lo sucedido durante el proceso de experiencia traumática desde una perspectiva puntual y temporalmente definida. Es decir, se parte del acontecimiento para analizar la experiencia traumática de cada individuo en tanto que miembro de un colectivo, en este caso, de los refugiados colombianos. Tanto las posibilidades de actuar como la reconfiguración de la realidad son puntos clave para comprender el comportamiento y permitir la acción en respuesta al trauma. La víctima al verse a sí misma en esa posición de desempoderamiento y vulnerabilidad puede presentar desorientación, confusión, fijación del pasado y experiencias fuera de contexto que la llevan a ordenar las ideas, la memoria y el olvido según la conveniencia de la superación de su trauma en un ejercicio de estímulo respuesta, en este caso, una entrevista (LaCapra 2006).

Para comprender mejor esta premisa, se presentan a continuación extractos de doce de un total de trece testimonios donde cada una de las personas comenta su experiencia límite

que conlleva al detonante de trauma. Se puede observar la heterogeneidad en los testimonios de modo que hay quienes detallan los acontecimientos con precisión y quienes prefieren escatimar en detalles para evitar revivir el trauma. En el apartado anterior se realiza un análisis macro tomando en cuenta la reconfiguración del tiempo histórico en la reconstrucción de memoria de los refugiados como colectivo. En este apartado se hace énfasis en el refugiado en tanto que individuo y víctima.

A continuación se presentan los testimonios agrupados en tres categorías. La primera y más grande conformada por los testimonios de los individuos cuyo pasado traumático está ligado a conflictos con paramilitares. El segundo grupo se determina por aquellos quienes tuvieron conflictos con las guerrillas y finalmente se encuentra el testimonio de Débora, quien presenta una situación límite relacionada con el narcotráfico. El caso particular de Tina no se toma en cuenta en este apartado dado que ella inicia su testimonio directamente en el momento de llegada a Costa Rica, explicando otras situaciones traumáticas ocurridas posteriores a su llegada al país. Debe quedar en claro que algunas de las experiencias de estas personas presentan acontecimientos traumáticos sucedidos posterior a la llegada a Costa Rica por lo que la experiencia traumática aquí analizada no puede limitarse solamente a lo acontecido en Colombia. Es decir, como este estudio se propone analizar una experiencia traumática a partir de uno o varios acontecimientos límite, se toman en cuenta a lo largo de los capítulos todas aquellas situaciones que por medio de los testimonios cada individuo considere pertinente compartir para su posterior análisis.

El primer testimonio de este grupo es el de Carmen. En esta narración ella comenta la situación traumática vivida junto a su pareja en Colombia y como ella encuentra en este acontecimiento su propia situación límite y su detonante de trauma en ella como individuo. Carmen relata lo sucedido a su pareja y como esto los impulsa a salir del país y migrar hacia Costa Rica, mas su experiencia traumática se extiende más allá del acontecimiento aquí relatado. En capítulos posteriores se expone la situación personal de Carmen y su propio acontecimiento límite y detonante de trauma.

los paramilitares lo [su esposo] querían meter al grupo de ellos [...] ese día le dio por salir a tomar con los amigos, muy cerca del barrio donde estaba esa gente que lo estaba amenazando y resulta que en una de esas llegó un amigo y lo llamó y le dijo “vení que allí te necesitan” y salió con él. Cuando él llegó donde el muchacho, por detrás en una moto lo cogieron y le dieron con un bate

entonces claro, el cayó noqueado, no se acuerda de nada de nada, él ni siquiera se acuerda de haber sentido el golpe, perdió la conciencia totalmente. En el suelo le terminaron de dar y cuando pensaron que estaba muerto lo dejaron y ya los muchachos del barrio fueron y llamaron a los tíos de él, ¡que vea que venga recoja a su sobrino que está muerto lo mataron!

Entonces claro ese día yo estaba en mi casa y me llama la suegra y me dice que él está en el hospital, parece que se cayó o lo hirieron no sé, llegamos al hospital y estaba lleno de policías y no no, fue horrible porque cuando yo lo vi casi me muero, lo dejaron desfigurado. Eso fue un momentito y lo dejaron con la cabeza así, yo no se, cosas de la vida que pasan, cuando yo lo vi el estaba como medio inconsciente todavía, pero el cuando llegó lo primero que decía era ¡llamen a mi esposa, llámela llámela!. El tío que lo llevó me dijo “no haga escándalo porque él no sabe en el estado que está”. Él de cuerpo se veía bien, es que ni un golpe en el cuerpo, yo lo vi y casi me voy al piso viéndolo desfigurado. Él me decía: es que me caí y yo, pero tranquilo yo estoy acá, me quedé toda la noche con el y la cara cada rato mas hinchada, los ojos se le cerraban y él medio se dormía por raticos y se despertaba y me decía “no puedo ver” [...] al otro día hubo que trasladarlo a un hospital más especializado porque le habían fracturado toda la parte de la cara y la nariz y podía perder el ojo, nos sacaron custodiados por la policía porque el hospital queda en el mismo barrio [...] ya después empezaron los rumores de que lo iban a matar porque lo que querían era dejarlo muerto pero como no pudieron ya estaban por ahí rodeando la casa, rodeando todo y como ya sabían que yo era la esposa, estuvimos 5 días en el hospital, el hecho fue de que ya las cosas pasaron y el rumor era que lo iban a terminar de matar entonces ya hablamos con unos familiares de él que tenía dinero y nos dieron los pasajes²⁹.

El caso de Daniela presenta una situación de desplazamiento interno además de la migración transfronteriza. En su testimonio expone el momento traumático del desplazamiento y el detonante a través del mismo acontecimiento

a mi fue por la cosa esta de las vacunas. Yo soy estilista, yo trabajo con cabello y con todo lo de la belleza. Yo tenía mi peluquería allá y me iba muy bien,

²⁹ Entrevista realizada a Carmen 21-03-2017

vivíamos bien y buen, a la gente que es amiga de lo ajeno le estorba quienes si trabajamos y nos va bien en la vida a punta de esfuerzo y trabajo duro. Entonces empezaron a pedirme vacunas, yo me enojé tanto porque es una barbaridad que le estén pidiendo a uno eso todo el tiempo, pero uno por miedo les paga. Yo prefería pagarles antes que me hicieran algo a mi o a mi familia o al negocio y así. Bueno ya después llegó un día en el que yo dije, no, no puedo seguir trabajando para esta gente y cerré la peluquería, la cerré y me fui, punto. Me moví para otra ciudad, ahí estando en el otro lado adivine que, otra vez que llegan y me piden vacuna, y otra vez que va Daniela y les paga. Pero no les bastó y me comenzaron a amenazar para que les pagara más, pero como yo estaba apenas reabriendo no podía pagarles más y un día simplemente llegaron y empezaron a volar bala afuera como a tres cuadras y venían avanzando en motos y corriendo, yo empecé a correr en dirección opuesta a donde ellos venían pero yo vivía en la peluquería que tenía atrás un cuartito porque me fui sola para esa otra ciudad. Entonces yo empecé a correr y ellos venían atrás gritando unos nombres de una gente que estaban buscando y tal, yo estoy segura que ninguno de esos fulanos era de ahí, pero así es como lo desplazan a uno. Yo después de eso resolví fue salir de Colombia porque no podía seguir en eso más, no podía ponerme en esa situación de arriesgar a mi familia por un negocio.³⁰.

El testimonio de Diego presenta una característica particular y es la selección del trauma que no desea ser transmitido. Durante todo su testimonio parece obviar el tema del trauma y comenta sobre su pasado de una manera positiva y jovial. Presenta su experiencia como algo no directamente traumático sin embargo se ve a sí mismo confrontado cuando comenta directamente el acontecimiento límite que lo lleva a detonar el trauma. El testimonio de Diego comienza relatando que no tuvo que brindar servicio militar y a partir de ahí se puede identificar que decide no colocarse a sí mismo como víctima y se considera afortunado a pesar de las vicisitudes

Yo no tuve que prestar servicio militar. Uno cuando está en la edad en la que tiene que prestar el servicio obligatorio, puede optar por comprar por así decirlo su pase de salida. Son muy caros y mi mamá hizo los esfuerzos que pudo

³⁰ Entrevista realizada a Daniela 16-02-2017

para comprar el mío y el de mi hermano, pero solo le alcanzó para uno porque ese año subieron los precios. Y bueno, a mí me tocó entonces resignarme a pasar los dos años de servicio cuando yo estoy en contra de la guerra, los aparatos represivos, la violencia, pero como mi hermano era más joven pues yo decidí ir yo y que él no fuera., A mi hermana que vive en Alemania y con el esposo les estaba yendo muy bien, entonces mi mamá como pudo se comunicó, de eso hace como treinta años entonces no eran las cosas tan fáciles como son ahora. Bueno la cosa fue que mi mamá, justo el mismo día que ya nos teníamos que ir para reclutarnos “voluntariamente” porque usted sabe que de voluntario no tiene nada, yo no puedo entrar a la Universidad sin tener el permiso respectivo de que, o presté servicio o compré el derecho, y bueno, mi mamá llegó con el boleto de pago en el último minuto que había de oportunidad de librarse del servicio. Ese esfuerzo de mi mamá y mi hermana fue lo que me permitió llegar a mí a donde estoy. Porque es que hay que mirar a los ojos a una persona que estuvo en el ejército, las miradas tristes, vacías. Después de eso uno no vuelve a ser el mismo [...] bueno pues en una de esas que le digo que trabajaba con el grupo artístico nos decidimos hacer un performance en una de las ciudades periféricas de Medellín, donde estábamos todos vestidos de blanco e íbamos caminando por las calles de la comunidad en completo silencio y en formación militar y nos íbamos manchando de rojo la ropa con manos pintadas, llegando arriba nos vendábamos los ojos u dejábamos que quienes iban en el centro se fueran cayendo de camino porque otros los empujaban, estos estaban con guantes negros. Eso era pues una manifestación de arte en contra de los paramilitares, porque esos son la mano negra del estado. Entonces pues después de eso me empezaron a llegar a mi casa unas amenazas y antes de que esas amenazas les llegaran a mi mamá y a mi familia yo decidí salir de Colombia. Mi ex novia y mis amigos del grupo artístico se desplazaron internamente, no volví a saber de ellos.³¹

Irma es el caso contrario. Ella siendo profesional en el campo de la psicología se reconoce a sí misma como víctima y parece encarar la realidad de otra manera, ella afirma *a pesar de todo mi situación no es tan difícil, yo no tengo un muerto en mis hombros como*

³¹ Entrevista realizada a Diego 13-02-2017

mucha otra gente, la situación es muy difícil pero yo no voy a aceptar dinero porque hay quienes lo necesitan de verdad, yo sufrí, pero no como otros. Irma explica cómo fue víctima también del cobro de vacunas sobre su negocio y como se vio forzada a salir del país temiendo por su vida y la de su madre.

El Conflicto en Colombia usted sabe está la guerrilla y están los paramilitares y ahora hay otras bandas pero bueno en ese tiempo solo esos dos y no se sabe cuál era peor, los dos eran terribles [...] hace unos años estando en el negocio que nos dejó mi papá, mi papá muere y nosotros seguimos con ese negocio que era una plazoleta de comida donde nosotros teníamos alquilado un negocio y nosotros continuábamos con ese negocio que económicamente nos iba bien. Algún día en ese negocio llegaron los paramilitares a buscarme, cuando yo estaba sentada como era una plazoleta de comida, mi negocio está acá y acá están las mesitas y todas las mesas y yo miraba y eso se les nota a leguas, su imagen es como si dijeran acá, soy paramilitar o soy guerrillero, y cuando yo los vi yo dije ¡miercoles, esta gente viene a buscarme! y yo le dije a la empleada dígame que no estoy aquí pero como son empleados, nada, inmediatamente me llama. Los personajes me dijeron que necesitaban que yo fuera a un lugar que antes era una restaurante, los restaurantes que quedaban a las afueras, de campo ta ta ta, que vendían cachamas que es un pescado frito, era una cosa muy rica pero cuando estos llegaron invadieron eso me imagino que para reunirse con la gente, entonces a mi llegaron y me dijeron en la barra que no, que es que necesitaban que yo fuera a ese lugar que fuera el día siguiente a las dos de la tarde, además se identificaron que eran paramilitares, yo les dije que yo era cabeza de familia, que yo vivía con mi mamá y trabajaba todo el día, así que lo que tengan que decir dígame ahora porque es que yo no me quiero ir a ningún lado porque no tengo tiempo. Y en realidad yo estaba muy molesta y todavía me acuerdo y me da dolor, de que la gente le coge a uno o sea juepucha. Entonces bueno me dijeron que no que yo tenía que ir que me convenía porque sabían dónde estaba mi hermana y mi cuñado aquí en Costa Rica, entonces yo dije bueno, efectivamente el día siguiente yo cancelé todo lo que tenía que hacer, yo trabajaba en la tarde en el consultorio, me fui con la peor ropa o sea unos jeans con tenis viejos, me fui toda como tranquila hasta con un celular que no era el mío, cualquiera de esos prepago y me fui para allá. En una mesa así grande

estaban estos bobos en un lugar de campo iban llamando a la gente, a mi me llamaron me dijeron que cuanto les iba dar pa' cuidarme, yo les dije que yo no necesitaba que me cuidaran, dicen no pero si nosotros la cuidamos, le vamos a dar un numero de celular para que usted cualquier cosa nos llame si nos necesita, ta ta ta, usted sabe que nos tiene que colaborar díganos cuanto, terminamos negociando porque ellos siempre piden mucho, terminamos negociando doscientos mil pesos que eso es un montón de plata, cierto que yo tenía tres trabajos pero eso no significa, yo jamás fui rica, yo vivía al día tranquila pero no vivía pues derrochando como loca porque no daba. [...] tenía que darle el dinero todos los meses en determinada fecha en un sobre con un número marcado. Ellos pasaban a recogerlo al negocio. Mire al principio yo cada vez que escuchaba una moto yo me podía morir o sea entraba en pánico yo psicóloga muy lo que sea pero entraba en pánico me daba rabia me daba de todo [...] ya después llegaron a decir que ya no iban a cobrar, que si alguien llegaba a cobrar que no era de ellos porque habían negociado entrega de armas y todo lo que pasó en esa época. Y bueno a mí me salió la opción de poner en otro lado el restaurante con un amigo que tenía dinero para abrirlo en otro lado en un mejor local y bueno, lo abrimos igualito. Cuando mi mamá cumplió ochenta años a mi me llamaron, ah que ya sabían que yo me había pasado que tenía un mejor local y que era más moderno, que querían saber si retomábamos el negocio y me seguían cuidando. Yo no sé de dónde sacaron el teléfono la dirección ni nada, y yo ahí dije no puedo seguir así.³²

Pamela es una de las que, como dice Irma, carga *un muerto en los hombros*. La narración de Pamela se ve caracterizada por una rapidez verbal a la hora de narrar los hechos, es decir, relata todo de una forma muy rápida, a diferencia de otros no se detiene a tomar aire, a aclarar la garganta ni otras señas de incomodidad. Pamela parece tomar esa distancia emocional que LaCapra (2006) analiza donde se coloca a sí misma en una memoria de un pasado reconstruido a partir del trauma, de modo que existen afirmaciones evasivas no hacia el trauma sino hacia los sentimientos generados a partir de este.

³² Entrevista realizada a Irma 27-03-2017

Mi hermana estaba casada con un policía. Nosotros vivíamos tranquilos en una casita ahí y todo bien, estaba un poco lejos de la ciudad así del centro pero tampoco era la periferia, era como una ciudad de interior pero más modernizada ¿si me entiende? Bueno ahí vivíamos mi hermana y su esposo con mi mamá mi hijo y yo y resulta que ellos tuvieron que hacer una redada de un grupito paramilitar de un lugar por ahí y pues era como de rutina, pero en esa redada resulta que matan a uno de los líderes del grupito. Y ahí fue donde todo ya se descontroló. Mi cuñado llegó a la casa asustado porque pues, ya sabía que iban a empezar a darles cacería a esos del grupo de él. Entonces nosotros todo el tiempo con un miedo de que nos fueran a hacer algo o así y nos dimos cuenta que habían matado a dos de los compañeros de él, entonces nos asustamos un montón porque él había salido y vea, nada que regresaba y nada y nada y nosotras dijimos diay si, ya a este se lo llevaron lo secuestraron o sepa Dios que fue lo que le pasó. Ya nosotras como las más fatalistas así casi nos volvemos locas. Bueno la cosa es que mi hijo estaba dormido y mi mamá mi hermana y yo sentadas en la sala esperando noticias de él y nada. Pasó un día y la noche y al día siguiente ya entrada la tarde, bueno así como tipo cinco una cosa así, nosotras ahí todavía en vilo porque nada sabíamos de él, y nos tocan la puerta. Antes me daba vergüenza contarlo pero ya no, ya después de las terapias y eso ya no me da pena, bueno, mi hermana y yo nos orinamos y mi mamá sollozaba porque solo tocaron una vez y ya y ninguna se atrevía a ir a abrir entonces ya las tres fuimos y miramos por la ventana que no hubiera nadie ni nada y abrimos la puerta y había un montón de moscas y un olor horrible como a sangre y así. Y ahí nos lo dejaron, picadito en una bolsa en la puerta de la casa. Eso es algo que yo nunca voy a poder olvidar. Mi hermana gritaba como si le estuvieran arrancando una parte del cuerpo y se desmayó y yo tratando de que Andrecito³³ se quedara adentro y no viera nada de eso. Es que nadie que no lo ha vivido puede saber lo que es eso, vivir así, en ese pánico todo el tiempo y la cosa.³⁴

Esta coyuntura de sufrimiento enfatizando las desapariciones, secuestro y asesinatos que generan una ola de pánico en colectividades donde las víctimas estaban directamente

³³ El nombre real ha sido cambiado para mantener la seguridad de la víctima.

³⁴ Entrevista realizada a Pamela 26-01-2017

relacionados con familiares y amigos y que se ven obligados a romper abruptamente con ese entorno, no permite un proceso de duelo en el que no se da una elaboración mental de la pérdida (no solo pérdida de personas sino también de identidades, cultura, libertad, trabajo y todo aspecto de un pasado en la memoria) y todo en su medio adquiere un simbolismo siempre ligado al pasado traumático. Como lo menciona LaCapra (2008):

Se trata aquí de que un sitio de la memoria es generalmente también un sitio de trauma y que en la medida en que permanezca investido con las marcas del trauma marca hasta qué punto no ha logrado la memoria aceptar el trauma, sobre todo a través del duelo

Este es el caso de Rodrigo y Ericka. Ambos mantienen la relación con sus hermanos más como un sitio de trauma que como un lugar de memoria en tanto que el pasado como estabilidad emocional se ve interrumpido por la violencia del conflicto donde es justamente esa relación de hermandad lo que les da la seguridad emocional y es repentinamente puesta en entredicho por causa de la guerra. En este aspecto ambas situaciones tienen como común denominador el factor de la familia y como un miembro de esta es víctima del conflicto y ellos, Ericka y Rodrigo como miembros de ese núcleo, sufren las consecuencias de este acontecimiento convirtiéndose también en víctimas del mismo. Rodrigo comenta:

nosotros todo el problema fue por las hijuemas vacunas. Mi papá tenía una tienda y nosotros éramos una tienda así como bastante variada y nos iba bien, daba para vivir. La cosa fue que después de un año de estarles pagando vacuna todos los meses, nos iba subiendo más el precio y subían y subían y un día no pudimos seguir pagando porque si no íbamos a tener que cerrar y ahí que hacíamos? Entonces mi papá les dijo que no les iba a poder pagar ese mes, que se lo perdonaran y el otro él les pagaba un poquito más. Pero ellos dijeron que no, que si quería la protección tenía que pagar, que si no pagaba no iban a poder garantizarle la seguridad ni del negocio ni de la familia. Mi papá se enojó y los corrió de la casa y nosotros dormimos muy asustados, todos juntos en el cuarto del fondo, como la tienda estaba en frente, si llegaban a robarla o algo y se metían a la casa, que no nos hicieran nada. Ya bueno lo que le pasó a mi hermanita no me gusta contarle no me gusta revivirlo, yo eso lo quiero olvidar, solo le puedo decir que a ella se la llevaron, usted se imagina para que, y después nos llegaron a dejar un papel que decía que estaba en algún lugar ahí por si

queríamos ir a recogerla antes que se la comieran los perros [pausa de silencio] nosotros vendimos lo que pudimos en uno o dos días y salimos de allá³⁵.

Ericka por su parte relata lo siguiente

la decisión de nosotros de salir fue muy repentina. A mi hermana se la llevaron los paracos para una casa que ellos tenían donde tenían a las mujeres como mujeres de ellos y les tenían que hacer todo, les lavaban los uniformes, les cocinaban limpiaban la casa y por supuesto las violaban. A mi hermana se la llevaron fue un día en la tarde que ella estaba ahí por la casa y ellos solo se la llevaron y ya. Mi hermana es que ella desde que era una niña siempre fue muy linda muy avispada pero ese día ellos solo se la llevaron y ya. Nosotros sabíamos mi mamá y yo sabíamos que por el pueblo andaban esos paracos reclutando gente pero casi siempre cuando andan en eso no se meten con las mujeres ¿si me entiende? O sea ellos andan es reclutando hombres para que se metan en eso pero aparentemente en esos días pues habían estrenado esa casa que le habían quitado a alguien claro y pues estaban buscando mujeres para trata de blancas. A mi hermanita fue se la llevaron a la fuerza y a nosotros no nos dijeron nada, no nos llegaron amenazas no nada, nosotros creímos que solo había desaparecido y ya, fue una cosa muy horrible imaginarla a ella en quien sabe cual fosa o tirada nadie sabe dónde. La cosa fue que yo ni me acuerdo como porque todo está así como muy confuso, una vecina nos dijo que se había dado cuenta que a ella me la tenían en esa casa entonces nosotras ya preocupadas fuimos ahí por la casa esa en la noche pero como está toda vigilada pues no se puede hacer mucho pero estando ahí afuera como montando guardia fue que vimos una muchacha así como de la edad de mi hermanita que estaba recogiendo una ropa ahí en el patio entonces esperamos y el día siguiente fuimos así como a vigilar otra vez. Mi mamá se las ideó para que la otra muchacha nos volviera a ver y le hicimos señas de que nos hablara o algo pero ella estaba muy asustada entonces mi mamá se acercó en silencio ahí al patio y como era de mañana, bueno como medio día o así, los manes esos pues no estaban andaban ahí en sus cosas y la muchacha estaba como sola. Mi mamá ya fue se le acercó y solo le dijo “María”³⁶y la muchacha esta le asintió con la cabeza. Veo yo no puedo explicarle lo que yo

³⁵ Entrevista realizada a Ericka, 01-04-2017

³⁶ Se cambió el nombre real por María para mantener la seguridad de la víctima.

sentí, ¿si me entiende? Saber que mi hermanita estaba viva, mi muñequita, quien sabe cuánto había sufrido pero estaba viva y la teníamos que sacar de ahí. Yo pasé toda la tarde y la noche pensando en ella, en cómo iba a hacer como íbamos a sacarla de ahí y pues solo le dije a mi mamá que habláramos con la muchacha esta que le dijera a María que nosotras íbamos a estar listas con una maletica para ella y que la esperábamos en el cruce, el cruce era como una parte donde había mucho camino y mucha cosa y uno rapidito se puede perder entre la gente, entonces eso hicimos y yo todos los días me quedaba ahí en el cruce esperando a ver si la veía. Pasaron 4 días y así hasta que llegó un carro y se bajaron unos hombres y se metieron a una casa y de la parte de atrás del carro se asomó María. Vea eso es como una película como una novela yo no sé, pero donde yo la vi yo me quedé calladita y le hice señas de que se bajara del carro, que los manes esos no estaban cerca, a mi me temblaba todo pero no podía gritar ni llorar ni nada porque lo tienen todo vigilado, sí me entiende?. Ya después nosotras salimos huyendo con mi mamá, nos quedamos donde unos conocidos en otro pueblo pero tuvimos que irnos pidiendo aventón porque si usábamos buses no iban a encontrar rápido, es que o sea, ellos podían reponer a mi hermana con cualquier otra muchacha ¿si me entiende? No es porque mi hermana se les haya escapado y se hubieran quedado sin mujer, fue por la humillación de que ella se fuera y eso les hiere el orgullo³⁷

Hay otros testimonios de personas que se ven en conflicto con la guerrilla por diversas razones. Tal es el caso de Lina, Ignacio, Jorge y Lala quienes pasaron por situaciones límite relacionadas a los grupos guerrilleros en Colombia. Lina explica cómo fue víctima de estos grupos en el ámbito económico y emocional sin embargo como se verá en capítulos siguientes, el caso de Lina llama la atención porque estando en Costa Rica sucede otro acontecimiento que se suma a la experiencia traumática de la migración forzada que se explicará en capítulos posteriores. Al respecto de la situación que la lleva a salir de Colombia Lina explica:

Fui amenazada por la guerrilla, tenía un negocio cercano a Bogotá y empecé a pagar vacuna pero no logré pagarla por un año y ya después fue muy complicado para mi seguir pagando porque yo soy madre soltera y para mí era

³⁷ Entrevista realizada a Ericka, 12-02-2017

muy complicado estar sacando de un restaurante que esta apenas empezando a crearse y obviamente para mí fue muy complicado pagar, pagué el primer año pero ya no pude seguir pagando y al no poder seguir pagando me amenazaron de muerte. Después amenazaron a mi hermana que era la que estaba conmigo en el negocio y después ya nos siguieron a donde yo vivía, empezaron a hacerme persecución, nos hicieron un paseo millonario que a mi hermana fue a la que se lo hicieron, un paseo millonario es como que te agarran y te llevan a un montón de partes a sacarte plata y sino entonces te golpean y bueno así fue, y ya por último para ya tomar la decisión de venirme aquí a Costa Rica fue porque dispararon a donde yo estaba y hirieron a personas que yo conocí entonces para mí fue muy complicado, yo no tenía el respaldo de un hombre al lado de una persona, no la tuve, y yo fui siempre mamá y papá y para mí fue muy complicado eso, acá tenía un amigo que me dijo vengase para acá pero una cosa es amistad y otra cosa muy diferente es llegar a un país donde no conoces a nadie, donde tú no tienes ganas de ir, porque yo estaba en Colombia muy bien, en medio de mis necesidades como todos los seres humanos y mis altibajos pero estaba bien y empezar aquí de cero porque yo no conocía absolutamente nada, ni cultura ni nada porque yo ni sabía que existía Costa Rica entonces para mi si fue bastante complicado³⁸

El testimonio de Ignacio se asemeja al de Diego en tanto que ambos padecen persecución durante el ejercicio de su profesión, ambos en un intento por mostrar la realidad a través del arte son perseguidos y su vida puesta en riesgo. El detonante de trauma de Ignacio sin embargo no responde solamente al acontecimiento de su ejecución sino que, como se verá posteriormente, se debate aún hoy entre sí debió salir de Colombia para salvaguardar su vida o debió quedarse y afrontar las consecuencias de, como el afirma “no tenerle miedo a la verdad”. Ignacio indica que después de lo sucedido decide venir a Costa Rica y solicitar refugio sin embargo en ese proceso su hermano es retenido y él decide regresar a Colombia. Posterior a esto regresa a Costa Rica con su madre y su esposa y su hermano es asesinado dos días después de su salida del país. Esto se detalla en el capítulo siguiente empero se muestra a continuación el testimonio de Ignacio respecto a su decisión de salida del país:

³⁸ Entrevista realizada a Lina 28-03-2017

Lo que pasó fue que a raíz de este documental que le digo, iniciamos un proyecto que se llamaba rostros de la guerra y era una exposición itinerante de fotos de niños y niñas reclutados por la guerrilla y los paramilitares y tal. Bueno, en ese pueblo fronterizo yo fui a hacer mi exposición verdad, es un pueblito que queda al sur, casi que limitando con Ecuador. Es un pueblo rural y claro, como todos los pueblos rurales del sur, está ocupado en gran parte por las plantaciones de coca protegidas por los guerrilleros. Eran unas fotos de niños en la guerra. Entonces los guerrilleros, un grupo armado guerrillero llegó acusándome de que yo era paramilitar yo les dije que no que yo no era paramilitar. Y ellos me dijeron sí si vos sos paraco, mire, estas fotos son de efectivos del movimiento, usted las tomó para después agarrarlos y matarlos. Nosotros sabemos que usted es paraco. Entonces me dijeron: tenemos que llevarte y bueno, pues que, no me quedaba de otra. Me taparon los ojos me pusieron una capucha me subieron a una chiva junto con tres compañeros más y me llevaron a la montaña. Calculo que estuve, fueron unas 3 horas en carro hasta llegar a la montaña, una vez ahí nos hincaron en fila, con las manos amarradas y estábamos golpeados también, vea si alguna vez en mi vida he estado resignado a algo, fue esa vez, yo sabía que iba a morir ahí, y no era como miedo, sino resignación. Nos quitaron las capuchas y nos pusieron a la orilla de un foso, ahí le dispararon primero a la persona que pusieron a mi derecha, no sé quién era, no lo conocía. Le dispararon en la nuca y cayó al foso, no era muy profundo, era un foso bajito, como para después echarnos tierra y dejarnos ahí. Y después cuando me iban a disparar a mí, el ejército abrió fuego porque tenían por ahí un grupo de efectivos que estaban haciendo una operación para agarrar guerrilleros de esa zona. Escucharon el primer disparo y por eso abrieron fuego. Detuvieron la ejecución, mataron a los guerrilleros y yo pude regresar a Medellín, pero una vez que llegue allá mi casa estaba toda acribillada de balazos³⁹

Jorge por su parte transmite su detonante en dos sentidos diferentes. Su experiencia traumática está ligada al pasado que deja junto con su trabajo militar sin embargo es dentro de esta experiencia que suceden acontecimientos límite que detonan el trauma. Parte de su

³⁹ Entrevista realizada a Ignacio 13-02-2017

testimonio expone los acontecimientos previos al detonante el cual ocurre durante una operación militar contra narcotraficantes. Sin embargo es a raíz de su trabajo que Jorge es retenido dos veces y cuenta la experiencia sin brindar demasiado detalle.

entonces también surgieron muchos problemas por estar brindado ese servicio militar, que ya vinieron fue amenazas, persecuciones, este... si. También este, videos grabados, cartas, desmovilizamiento que lo sacan a uno huyendo de su tierra, de su casa, le dan ciertas horas para que salga simplemente con la ropa, o si no lo matan a uno. Entonces esa fue una razón de las principales y una de las causas por las cuales yo resolví salir a Costa Rica. Y también porque ya había sido retenido dos veces por un grupo al margen de la ley, las FARC. [...] Fue un momento muy duro porque ya después de estar en Costa Rica y pedir el asilo político, este, me queda muy difícil volver a comunicarme porque tenía intervenidas las llamadas, teléfonos, también mi familia corriendo ahí el peligro, ellos, por medio de ellos querían ubicarme a mi [...] fue un golpe bastante duro en donde uno trata todavía en este tiempo de asimilar, porque ya se vinieron mas amenazas y persecuciones estando yo aquí [...] la primera retención fue que me incorporé a un grupo de la comuna 13 un pandillero que es el que manda todo Medellín, en el cual ahí me incorporé estuve con ellos dos meses en operaciones de carrito, de guardaespaldas, distribuidor, todo eso encubierto. Le incautamos un cargamento entonces ya me descubrieron después, que los traicione que no era bandolero, entonces ya ahí vinieron persecuciones, amenazas, está ligado a la guerrilla. El momento del retén andaba yo como civil, al ser Medellín una ciudad tan grande y tan comunicativa, porque esos grupos son muy unidos y como solamente comanda un grupo en todo Medellín entonces por medio de una foto, videos, grabaciones y así te están buscando están detectando. En el momento que se da la retención estaba yo como civil con permiso del ejercito, permiso de dos días para visitar mi casa mi hogar, pero cuando se dio la detención ya estaba expuesto, entonces ya conmigo empezaron a maltratar mi cuerpo a quererme sacar información sobre lo que eran bases del ejercito, bases clandestinas por ejemplo, por quién fue dirigida la operación tal, que comandante que coronel, le exigen a uno nombres y que les cante como se dio. [...] La liberación se dio de que gracias a Dios yo di con un angelito en el cual era la enfermera porque ya después que se dio el maltrato físico ya le ponen como un proceso de

recuperación para que siga cantando o que usted muera en el sufrimiento, se me presenta la oportunidad y me dice una muchacha que pertenecía esa banda me dice vea, hagamos una cosa, yo llevo 10 años en este grupo yo fui raptada y aquí me tienen a la fuerza, yo quiero dejar esta vida, yo te libero a ti y usted me promete un asentamiento en otro país, usted por medio de su coronel. Yo te libero a ti y te canto sitios clandestinos que nosotros tenemos entonces eso sí, mi nombre no se puede divulgar, denme por muerta para yo poder rehacer mi vida, yo le tomé esa palabra y gracias a Dios y a ella yo me pude salvar, ella me ayudó a escapar, no me liberó de una manera directa sino que más bien buscó al forma y la manera de que yo me liberara por mis propias cuentas para que ellos creyeran que yo me había escapado. La segunda vez este, ya se dio igual, ya no que el mismo grupo pero si fue otro grupo que estaba aliado a ellos. [...] a pesar que uno no quería estar en una misión en la base o la calle le tocaba que estar, y por más que uno se quería encubrir su rostro querer tapar todo pues siempre faltaba como reconocerlo, por la voz, sus expresiones su forma de hablar de caminar, lo están vigilando a ver qué movimientos hace para ellos estar seguros antes de hacer un atentado⁴⁰

El relato de Jorge si bien es el único de carácter militar, presenta elementos que permiten analizar el pasado traumático en contraposición a la realidad actual en Costa Rica. Como se amplía con detalle en apartados posteriores, el caso de Jorge manifiesta una disociación de pasado presente pues el impedimento profesional de Jorge radica en la incapacidad de ejercer en Costa Rica el oficio militar. La experiencia traumática de Jorge tiene varios puntos de quiebre donde hace referencia a las situaciones vividas como militar empero el detonante de trauma como se relata más adelante, se percibe en el momento en que la familia de Jorge se ve amenazada a raíz de su ejercicio militar.

En el caso de Lala se percibe como la experiencia tiene un aspecto evasivo. A través de su testimonio omite las preguntas acerca de su experiencia traumática y cuando puntualiza en el acontecimiento detonante, que es el momento donde es retenida por guerrilleros para cobrar a su padre una vacuna sobre sus tierras, bloquea inmediatamente el acceso al recuerdo afirmando “eso es algo de lo que no me gusta hablar.” A continuación se expone parte del

⁴⁰ Entrevista realizada a Jorge 21-03-2017

relato de Lala en relación al detonante de trauma que la lleva a salir del país en migración forzada:

en Colombia se piden lo que son las vacunas por tierras, yo trabajé en Palmira Valle cuando fui hacer lo que fue mi tesis todo bien, hice mi tesis cuando íbamos a hacer la parte de campo a mi me retuvieron dos semanas. Íbamos en el grupo y en los buses, parece de película pero, en Colombia no hay buses como aquí son chivas se llaman chivas son carritos como Wyllies de los antiguos y ahí se monta uno porque son los carros de los cafetales, ahí llegaron hicieron un retén y me bajaron a mí. Ahí quedé yo porque era la hija de ese señor que tenía esa tierra. De ahí ya empezamos en un conflicto muy, o sea fue algo muy horrible. [...] mi esposo trabajaba en la clínica de Roldanillo. A él también ahí le hicieron un atentado porque como ya teníamos un vínculo [...] ya después nos tuvimos que ir para otro pueblo porque no nos dejaban como salir, mi papa hizo algo como un trueque o algo porque ya después de dos semanas me dejaron salir⁴¹.

Respecto a ese detonante y a la situación límite, Lala evade las respuestas y concentra su esfuerzo en omitir detalles de situaciones previas a su llegada a Costa Rica.

Los casos aquí presentados son parte del colectivo de refugiados colombianos en Costa Rica. Entre estos existe una transmisión inter-generacional del trauma a través de la cual muchas de las personas poseídas por el pasado experimentan síntomas postraumáticos de acontecimientos y experiencias que no han vivido de manera directa (La Capra 2006). Uno de los mejores ejemplos de esta situación es el caso de Débora, quien hereda de su madre el temor hacia las actividades delictivas de su padre y siente la presión de las amenazas y la vigilancia como algo que ya era parte de su cotidianidad y que le despierta en la memoria un conflicto con la selectividad del trauma. Es decir, Débora constantemente hace énfasis en su pasado económicamente viable sin embargo rescata la necesidad de salir del país dadas las actividades delictivas de su padre que le mantenían esa comodidad económica. En este caso podemos identificar no solamente una selección de olvido y memoria sino también una transmisión del trauma hacia situaciones que no se han vivido de manera directa. Débora relata cómo su madre decide salir del país a raíz de conflictos generados por las actividades

⁴¹ Entrevista realizada a Lala, 21-03-2017.

delictivas de su parte. Sin embargo tiene así mismo dificultad para definir las acciones que la llevan a ella y a su familia a salir del país y solicitar refugio. Comenta la inestabilidad de la vida de su hija ante la constante vigilancia y amenaza de las bandas de narcotraficantes en las que su papá está envuelto sin embargo ella propiamente divaga entre su memoria y olvido mencionando las cosas sucedidas a su madre aún antes de ella atravesar su propia situación límite.

ya cuando mi papá iba a salir de la cárcel las cosas se pusieron muy feas. [...] nosotros vivimos fue con mi abuela siempre, ya mi mamá se vino porque no quería nada con mi papá y él se puso loco, mi mamá y mi papá se conocieron desde que estaban pequeños entonces las familias se han conocido siempre y ya mi tío y mi primo estaban con él en lo mismo, los hombres, entonces ya ahí a mi tío lo amenazaron le dieron unos tiros, le dieron cinco tiros, a mi primo le dieron quince puñaladas y ninguno de los dos se murió entonces a raíz de eso de que los dos ataques fueron muy seguidos ya mi abuela no podía seguir allá a nosotros nos daba miedo que le diera un infarto o algo entonces ya tomamos la decisión de mandarla para acá. Mi papá estuvo 15 años entrando y saliendo pero es que eso lo manejan desde allá ese no es ningún impedimento para ellos, ellos hacen lo que les da la gana, tanto así que él está en una cárcel de máxima seguridad y el salía digamos que mi prima hacía la primera comunión y el iba y se devolvía, es que vieras que allá es muy difícil entrar porque vos vas y depende de a quien vayas a visitar, a nosotros no nos requisaban, nosotros pasábamos ni hacíamos fila y habían unas filas enormes de dos horas tres horas para entrar nosotros solo íbamos y le decíamos al guardián que íbamos para tal patio a ver a tal persona y ellos ni sello nos ponían ni nada nos pasaban pero en realidad allá generalmente es muy difícil entrar a una cárcel de máxima seguridad, hay máquinas por toda parte te hacen escaneo de cuerpo un montón de cosas, te ponen los perros no podés ir con brasier de varillas porque te las sacan no podés llevar maquillaje no podés llevar un montón de cosas, es muy tedioso pero no es para todo mundo pero eso nos tenía muy nerviosos el control que tenía desde la cárcel. Las amenazas que nos llegaban era porque no querían ceder un territorio, o porque este había matado al tío de este y este al primo y así, entonces siempre estuvimos amenazados, nosotros salíamos a la calle y en la puerta siempre había un carro afuera esperando, así nos fuéramos a agarrar bue

o metro siempre había gente ahí, a lo último se convirtió en un ambiente pesadísimo, y mi esposo no estaba acostumbrado a eso. [...] por eso fue que nosotros nos vinimos porque él salía en octubre y nosotros viajamos en setiembre porque yo sabía que él no me iba a dejar viajar, mi hija es la única nieta que él tiene, él es una persona que parece loco, es muy obsesivo y compulsivo si me entiende, tiene que hacer las cosas como él diga entonces yo no sé, yo no soy psicóloga pero yo digo que él no es una persona normal y entonces me daba mucho miedo que no me dejara viajar después entonces antes de que saliera yo le dije a mi esposo, va salir y se va convertir en un problema y si así se mantiene mandando gente acá afuera de la casa que uno no puede salir porque están ahí parados, usted se imagina que ese hombre esté afuera? Las amenazas eran de otros grupos, a nosotros nos llevaban libros de esos obituarios, nos mandaban coronas de flores y ese tipo de amenazas, eran ese tipo de cosas o mandaban panfletos que decían que le dijera a su papá que las cosas no se iban a quedar así, que la muerte de tal no se va quedar impune que las va pagar que él sabe quién soy cosas así. Entonces esos fueron dos años horribles. Eso fue muy difícil⁴²

A través de los testimonios anteriormente expuestos se puede identificar varios elementos para el análisis de los estudios de la memoria y el trauma. Se puede reconocer una causalidad de patrón migratorio relacionado directamente con la guerra y el conflicto interno que existe mayoritariamente entre la guerrilla y las facciones paramilitares que, como ya se apuntó con detalle en apartados anteriores, responde a intereses políticos y económicos respecto a una lucha ideológica salpicada de violencia y control de territorios y poblaciones civiles.

A través de los testimonios se puede corroborar que no existe propiamente un perfil de migrante colombiano que llega a Costa Rica sino que más bien estas personas se ven envueltas en un punto de quiebre donde se ven cara a cara con estas acciones represivas, lo que los lleva en algún momento a una situación límite que detona el trauma. No obstante la mayoría de personas que emigran durante su etapa adulta generalmente tienen alguna formación académica concluida o en proceso, por lo que el abandono de su carrera y/o trabajo representa también una situación traumática de ruptura en la continuidad de su vida y de esta

⁴² Entrevista realizada a Débora, 28-03-2017

manera se determina que la causalidad de patrón migratorio está relacionado mano a mano con los conflictos armados y en especial la represión, las amenazas y el cobro de vacunas. En algunos casos son los secuestros a sí mismos y a familiares lo que detona la situación límite y motiva la migración interna y externa por ende se puede afirmar que los casos de migración y desplazamiento están ligados a una alteración en el modo de vida de las personas que se ven víctimas de conflicto armado sin embargo A pesar que son los conflictos paramilitares la principal razón para salir del país, es la petición de refugio lo que llama la atención. La razón principal de la migración forzada, son conflictos directamente con los paramilitares, amenazas de muerte personales o a familiares y pérdida de territorios, negocios y bienes inmuebles y materiales de toda índole empero la solicitud de refugio se realiza, como se verá en el capítulo siguiente, desde la frontera, en algunos casos desde el consulado costarricense en Colombia y en otros casos posterior a la llegada al país en condición de inmigrante.

Capítulo II: “Yo tengo un título en finanzas, y aquí estoy, ayudando a viejitos a dar del cuerpo”

En contextos de experiencia traumática existe la imperiosa necesidad de reiniciar modos de vida y cotidianidades de mano con el proceso de restitución por sobre ese trauma en todas las áreas personales, sociales y culturales de cada individuo y su pertinente colectividad. Al respecto de esto, las poblaciones que se ven envueltas en coyunturas políticas y sociales convulsas que los impulsan a migrar forzosamente ya sea dentro del país o de manera transfronteriza, enfrentan este tipo de procesos desde la inmediatez impuesta en la que se ven envueltos durante dichos procesos migratorios. El presente capítulo enfatiza su estudio en el establecimiento de estas personas en el país y analiza el asentamiento de casos en particular en el nuevo modo de vida estableciéndose además en algunos de los procesos, un trauma transitorio que no cesa con la salida del país o los acontecimientos pasados entendidos como detonantes. Este capítulo además aporta elementos sobre la formación de identidades culturales a la vez que sienta un precedente para el futuro análisis de traumas transitorios en contextos de migración forzada en el país o fuera de este.

A través de un proceso de migración forzada, necesariamente se crean barreras de memoria a través de las cuales se entreteje una red de recuerdos que divagan en la triada de pasado presente y futuro, analizando el pasado a través de la realidad vivida, el presente como proceso de migración y el futuro como visión de esperanza. A través de la migración y la solicitud de asilo y refugio en un país nuevo, las personas se ven envueltas en un proceso de reconfiguración social, cultural, política y económica y es en estos aspectos que se conforma la estructura principal de las memorias de trauma de las víctimas de migración forzada. Es decir, el proceso migratorio se compone de una añoranza al pasado nostálgico, un enfrentamiento traumático al presente en función a la necesidad de reiniciar un modo de vida a partir de una cultura adoptada y una visualización del futuro que envuelve el entorno personal, familiar, social y laboral. Las personas víctimas de migración forzada se ven entonces inmersos en un proceso de reconfiguración de la realidad articulada con la añoranza del pasado y que juntos conforman un lapso de memoria del trauma a través del cual se conforma la imagen del futuro, prometedor y alentador, que se niega sin embargo a soltar el pasado. La añoranza del futuro mejor, se balancea entre la nostalgia del pasado y la realidad conflictiva de la que se escapa sentando un precedente dicotómico entre el pasado como trauma y la narrativa del presente como escape.

En el primer punto de este capítulo se analiza cronológicamente el proceso de llegada al país, enfatizando en los elementos que marcan este acontecimiento como traumático en tanto choque cultural, económico, social, político y emocional se trata. Por su parte posteriormente en el segundo punto del análisis, se aborda ese trauma transitorio y momento de llegada como el precedente que comienza a vislumbrar el proceso de reinicio de modo de vida, consiguiendo además analizar el tema del trauma transitorio y sentando las bases para el análisis de la migración forzada desde la formación de memorias colectivas en diferentes grupos sociales en los que las personas se desenvuelven que será desarrollado en el tercer capítulo.

Como lo menciona el título de este capítulo, muchas de las personas llegadas al país en condición migratoria atraviesan un proceso de asentamiento que difiere en muchos de los casos con el modo de vida que experimentaban en su tierra natal. Sin embargo esto no es un hecho aislado puesto que se puede ver en muchos de los casos que el establecimiento en el nuevo país va de la mano con una nueva experiencia laboral disociada del estudio previo recibido en Colombia y el ejercicio de profesiones, ocupaciones y oficios con los cuales están familiarizados. En este capítulo se verá además, los casos en los que algunas personas con formación profesional de grado y posgrado encuentran imposible el ejercicio de su profesión en el nuevo país de residencia, sentando un precedente para el desarrollo de un modo de vida completamente nuevo, con una estabilidad económica distinta cargado de un sentimiento de fracaso ante la dificultad impuesta de no ejercer su profesión y teniendo a su vez un impacto personal que se suma al proceso traumático en el que se ven inmersos.

Durante los procesos de recolección de testimonios se determina que en el desarrollo de las memorias individuales y colectivas que se forman en torno a la experiencia de migración forzada y coyuntura de guerra civil en Colombia, se mantiene como elemento imperante la dupla de lenguaje-trauma, siendo el primero la manifestación performática del segundo (Jeli, Elizabeth; 2002), de modo que a través de los testimonios expuestos se ostenta por medio del lenguaje verbal y no verbal, una performatividad del trauma, que da señales de complejidad en la comprensión subconsciente de la realidad vivida de estas personas. Surge entonces la interrogante, ¿de qué formas específicas puede denotarse esta performatividad? como se verá en este capítulo mayoritariamente, así como en el siguiente, hay elementos dentro del testimonio que reflejan a todas luces el entretendido de pensamientos y experiencias vividas en torno al trauma y como este, en la mayoría de los casos representa un pasado que no quiere ser recordado ni revivido pero que al deber hacerse por medio del testimonio,

ratifica en cierta medida la necesidad de contar la verdad y sitúa a la víctima como testigo del horror, quien se coloca en la brecha atreviéndose a decir la verdad, aunque esta acción conlleve a un gasto emocional significativo. En la mayoría de los casos dicho gasto emocional está ligado a la experiencia pasada traumática en la cual, una declaración, un testimonio, o simplemente una narración de lo ocurrido desencadena represalias contra las víctimas en un ejercicio de poder y coerción. Es mediante esa performatividad del trauma que se desarrolla este capítulo, que facilita ver en la medida de lo posible el impacto que tiene la migración forzada en su etapa transitoria, recolectando situaciones y experiencias que se suman al ya de por sí proceso traumático impuesto a partir del detonante que se indicó en el apartado anterior, el que sienta un precedente para decidir salir del país a como dé lugar, dando paso a la experiencia que es analizada en esta investigación.

2.1. “Recién llegamos y a mi esposo y a mí nos asaltaron y nos robaron la cartera con casi toda la plata que andábamos”

El estudio de la memoria podría eventualmente brindar junto con el psicoanálisis un intercambio de procesos que permita dotar a la historiografía de herramientas necesarias para tornarle más autocrítica y más auto reflexiva en función al enfoque que esta hace de los problemas que analiza (LaCapra, Dominick. 2006). Siendo así, puede decirse entonces que la historiografía de la mano con el psicoanálisis puede proveer elementos de observación aplicables a los estudios de la memoria desde el trauma, tal y como se realiza en este estudio, permitiendo de este modo ampliar el universo de análisis proveyéndolo de un variopinto de temáticas y aristas de observación con el fin de interpretar los acontecimientos históricos y el estudio de los mismos a través del uso de fuente primaria, con la mayor verosimilitud posible.

Aunado a lo anterior se puede afirmar entonces que la reinserción de un individuo en un modo de vida que hasta un momento determinado le era totalmente ajeno y que abruptamente se ve inmerso sin vuelta atrás en dicho contexto, representa ciertamente un elemento de trauma que para efectos de este estudio llamaremos transitorio. Dicho trauma entonces, si bien no está delimitado de forma cruenta o violenta como aquellos que los impulsaron a salir del país, la incertidumbre en la que drásticamente se ve inmerso el individuo determina un momento traumático que se suma a toda la experiencia emocionalmente compleja que dicho sujeto atraviesa. Es tarea del psicoanálisis enfrentarse al

estudio y tratamiento de estos procesos de trauma transitorio. Sin embargo para la historiografía representa un gran valor teórico, analítico e incluso didáctico el ejercicio de investigación y análisis de estos procesos en función de determinar el impacto social, cultural, económico e incluso político que se desencadena en las distintas culturas y sociedades que se ven inmersas en estos procesos de movilidad demográfica y coyunturas de guerra civil en las distintas regiones del globo, por lo tanto si bien el objetivo de este estudio no es sentar un precedente psicoanalítico o inmiscuirse en campos de estudio de la psique y la sociedad, se determina la necesidad de examinar estas coyunturas desde la historiografía con el fin de analizar la teoría desde la vida práctica, en este caso, desde la experiencia traumática.

Para citar casos específicos relacionados al momento de llegada y los acontecimientos traumáticos dentro de la experiencia, Lala, a pesar que ella es de las pocas personas que consiguen viajar acompañas, apunta cómo la llegada al país fue un momento determinante dentro de su situación, siendo aún hoy más de quince años después, algo que recuerda con molestia. Lala atraviesa un trauma transitorio que se localiza en la esfera traumática general de la experiencia de vida y que a su vez ocurre posterior al detonante propiamente dicho. Lala narra brevemente lo siguiente:

Fue horrible, del aeropuerto en un taxi llegue aquí a San José, nunca se me olvida, lo que son los recuerdos. Llegamos aquí al centro de San José y le dijimos al señor del taxi, porque no sabíamos nada, ni de internet porque en ese tiempo no, nada de nada. Entonces llegamos aquí y le dijimos -llévenos a un hotel baratico no tan caro- llegamos como dicen con los ojos cerrados. Le dijimos llévenos al centro de San José de ahí llegamos y aquí no sabíamos que el primero de enero cierran, el comercio todo cierra, es muy solo. Llegamos al país de la soledad, es solo, ni dónde comer ni nada. Después de eso me dice la muchacha del hotel; era primero de enero teníamos hambre teníamos todo, habían sido unos días muy difíciles no habíamos comido hacía dos días ni nada, teníamos hambre; entonces nos mandó para Zapote⁴³ y nos robaron. Recién llegamos y a mi esposo y a mí nos asaltaron y nos robaron la cartera con casi toda la plata que andábamos. Y es que aquí es muy diferente, como uno aquí no sabe. Fue duro empezar, muy duro. Ya la muchacha del hotel nos

⁴³ Durante la época de navidad y final de año, en la ciudad de Zapote ubicada en la capital de Costa Rica se realiza una feria tradicional con tres semanas de duración. En las mismas se pueden encontrar ventas de comida, eventos musicales en vivo, corridas de toros y juegos mecánicos de todo tipo. Como todo evento concurrido no se acostumbra salir con bolsas grandes por lo que la experiencia de Lala está estrechamente ligada a la situación que experimenta al no conocer el país de llegada ni tener acceso o herramientas para facilitar dicha información.

*recogió, nos dio posada en su casa. Ya después empezamos a trabajar, vendimos pasteles en la calle. Mi esposo lloraba porque él, todo enfermero, dejó su uniforme colgado y venir a vender pasteles, es muy duro*⁴⁴

Resalta en este extracto el elemento de los recuerdos y como ella, a lo largo de su testimonio enfatiza en la frase “*nunca se me olvida*” indicando el proceso complejo de formación de memoria que se ve levemente agitado en el momento en que se conversa sobre el tema. Existe en los procesos de memoria una necesidad operativa de dar sentido al pasado (Jelin, 2002), a través de la reconfiguración del presente en función a dicho pasado traumático. Es decir, que se pueden encontrar, para el caso de este estudio, elementos claves que favorecen la explicación diferenciada entre cómo configura el pasado una memoria de alguien que ha atravesado un trauma directo en contraposición a alguien que atraviesa determinadas experiencias no ligadas estrechamente con el trauma. En este aspecto se abordarán más adelante casos específicos que dejan ver como ocurre esta significancia del pasado de modo diferenciado entre aquellas víctimas del trauma directo y aquellas otras que atravesaron una situación traumática a través de la relación con un individuo y/o su entorno.

En el caso de Lala, como otros que veremos a continuación, se consigue notar con facilidad como el entorno coyuntural en el que cronológicamente se ve envuelto el acontecimiento traumático, se convierte en un lapso de memoria rodeado en su totalidad por el trauma. Es decir, para este caso particular se observa cómo, además de un detonante marcado por un proceso paulatino de destrucción familiar, emocional y económica, la respuesta que se propone a través de la salida del país y solicitud de refugio, termina siendo además una experiencia traumática y difícil, dejando a ella y a su esposo en condición de vulnerabilidad inmediata en un país totalmente desconocido y sin ningún apoyo económico para solventar las necesidades básicas; de modo que el primer contacto con el país de llegada el cual inicialmente se plantea como una respuesta a la situación de violencia y persecución de la que Lala y su esposo huyen, resulta ser en primera instancia una experiencia dolorosa que los coloca en una situación de vulnerabilidad en la que ya de por sí están expuestos.

La mayoría de personas que atraviesan estas situaciones concluyen que una de las experiencias que más se quedan marcadas en la memoria es la salida del país y como en muchos de los casos el viaje se ve inmerso dentro de la clandestinidad puesto que en un

⁴⁴ Entrevista realizada a Lala, 21-03-2017

contexto de salida forzosa en términos de huida, las personas víctimas de persecución por parte de paramilitares, narcotraficantes, policía civil, militares y otras denominaciones coercitivas tienen necesariamente que salir del país sin miras a volver a este y manteniendo como último recuerdo de su pasado en su tierra. Una salida furtiva, en muchos de los casos, de noche, sin maletas, sin dinero y algunos sin oportunidad de despedirse de sus familiares ni la opción de comunicarse con ellos una vez instalados en Costa Rica, por miedo a ser encontrados en el nuevo país o que sus familias en Colombia se vean amenazadas y se comprometa su seguridad.

Uno de los casos que más resuenan respecto a las represalias que atraviesan los familiares, es el testimonio de Ignacio. Como se mencionó en el capítulo anterior, Ignacio fue víctima de secuestro e intento de homicidio por parte de guerrilleros en la zona fronteriza colombiana y a pesar de haber conseguido salvar su vida en esa ocasión, comenta que su familia no corrió la misma suerte. Ignacio llegó al país dos veces, la primera sin compañía después del secuestro y la segunda con su madre y su esposa luego de que su hermano fuera asesinado como medida de presión para que Ignacio se entregara. En palabras de él, esto fue lo sucedido:

Detuvieron la ejecución, mataron a los guerrilleros y yo pude regresar a Medellín, pero una vez que llegue allá mi casa estaba toda acribillada de balazos. Fui a tocar la puerta del consulado costarricense y fueron los primeros en abrirme las puertas y permitirme el asilo político, entonces yo decidí irme para Costa Rica; de eso hace como 10 años. Una vez que yo llegué a Costa Rica me quedé aquí en San José y sólo había pasado apenas una semana cuando me llamaron. Recibí una llamada anónima, no sé cómo consiguieron mi teléfono y me llamaron, y me dijeron que tenían preso a mi hermano y que ellos lo iban a liberar solo si yo me entregaba, entonces decidí regresar a Colombia [...] me dijeron que el intercambio lo iban a hacer en una plaza abierta como Plaza de la Cultura de ustedes, una niña llegó de la mano de mi hermano y me dijo qué el cambio iba a ser que yo me iba con ella y mi hermano quedaba libre. Entonces yo le dije a la niña que yo había ido a la policía que ese lugar estaba lleno de policías todos encubiertos y que si yo me iba con ella, ellos estaban advertidos a abrir fuego contra ella y contra la gente hacia donde ella se iba a dirigir [...] días después asesinaron a mi hermano a sangre fría y llegaron a dejar una carta con la dirección de dónde estaba el cadáver a la puerta de mi casa, fue en

*ese momento cuando mi mamá y yo y mi novia que ahora es mi esposa,, decidimos venirnos para Costa Rica ya en calidad de refugiados los tres*⁴⁵

El proceso de análisis de los hechos sociales que propone Michael Pollack (2006) expone que estos deben analizarse no en si, como concretos llamados cosas, sino como el proceso que atraviesan para convertirse en cosas; puesto en términos de esta investigación, el proceso de construcción de una realidad actual en detrimento de un pasado traumático es el análisis al cual nos lleva la construcción de la realidad a partir de la guerra civil en Colombia entendida como un hecho social e histórico, por lo tanto el análisis de las experiencias de los expulsados es lo que permite analizar estos hechos sociales e históricos no como un concreto sino en torno a los procesos que lo convierten como tal. Uno de esos procesos es la construcción de una realidad social, cultural económica y emocional a partir de un pasado traumático que además se sostiene como un trauma latente por muchas razones, entre ellas las represalias que padecen los familiares que quedan en Colombia y el peligro latente al que están expuestos constantemente.

Es decir, en muchos de los casos, como en el de Ignacio a modo de ejemplo, los familiares de las personas perseguidas que salen del país en condición de migración forzada se ven envueltos en procesos traumáticos de persecución y sufrimiento de represalias por parte de quienes persiguen a los que han emigrado. Lo anterior acrecienta la experiencia de trauma indirecto que atraviesan quienes están lejos, sumado a sentimientos de culpa y en consecuencia a una reconstrucción de la realidad vivida en función a lo acontecido aún a kilómetros de distancia, localizado geográficamente en una realidad a la que no pueden regresar porque su condición migratoria de protección internacional no se los permite. La reconfiguración del presente se desenvuelve entre el pasado latente como un ciclo no resuelto y el futuro al cual se enfrenta el individuo en la reconstrucción de su realidad.

Es aquí donde se centra otro de los traumas transitorios y, en vista de que la memoria se construye con dos elementos base, aquellos vividos personalmente y los vividos indirectamente, queda en evidencia que no solamente se experimenta el trauma directo de quienes salen del país sino el indirecto a través de la usanza de pasado dejada atrás. El cúmulo traumático de transición presenta dos flancos de impacto, desde la experiencia personal y la convulsión del entorno. Para el caso de personas migrantes, el entorno no solo se limita al espacio personal geográfico sino al entorno emocional de personas allegadas que se

⁴⁵ Entrevista realizada a Ignacio 13-02-2017

encuentran lejos de su protección o compañía, por lo que las experiencias vividas de los refugiados colombianos en Costa Rica manifiestan una complejidad emocional ligada directamente a la coyuntura histórica particular en la que están viviendo a propósito de la reconstrucción de la memoria a través de dichos traumas. Para el caso de Ignacio podemos partir del momento de llegada a Costa Rica la primera vez como punto de partida para analizar la transición y el trauma en el que se envuelve puesto que él se ve inmerso en una situación compleja donde debe regresar a Colombia a revivir el pasado traumático para finalmente encontrarse con un punto de no retorno donde se sienta un precedente para no poder regresar a su país en ningún momento. El caso de Ignacio plantea cómo un trauma transitorio (haciendo énfasis en la transición que experimenta ese grupo poblacional en esta coyuntura) puede estar mediado por el trauma inicial de modo que el círculo de afectación emocional no cesa con la salida del país sino que muta hacia otras coyunturas que giran alrededor del trauma y la memoria.

Los traumas indirectos según lo analiza Pollack (2006) tienen un impacto importante en la reconfiguración social y cultural de quienes lo padecen aun no siendo vivido en primera persona, pero sí teniendo injerencia como tal. Para estos efectos pueden notarse traumas indirectos en casi todos los casos aquí presentados. Sin embargo, es importante tener en cuenta que estos traumas indirectos son analizados en esta investigación durante el proceso transitorio de migración y no como el detonante estricto sensu. Por lo tanto lo que se pretende analizar es como una coyuntura histórica tiene impacto más allá de los términos generales como modificaciones culturales, crisis sociales o económicas o los análisis historiográficos de la coyuntura en sí, es decir, si bien el objetivo de esta investigación se basa en el trauma como arista de análisis de las coyunturas, no se pretende manifestar un ejercicio de reconstrucción psicoanalítica sino más bien visualizar el impacto que los acontecimientos y coyunturas históricas tienen en materia de experiencia individual.

Dicho esto es importante mencionar algunos de los casos donde el trauma transitorio indirecto es evidente y determina en gran medida la reconfiguración cultural y social de las personas, la mayoría de traumas indirectos están estrechamente ligados a lo que sucedía en Colombia con sus familiares y su entorno mientras ellos y ellas tenían por delante la tarea de empezar una vida en Costa Rica. Lala pierde a su padre luego de que éste cayera en depresión a consecuencia de la huida de su hija pocos meses después de su partida y en vista de que la condición migratoria regula los viajes de retorno al país de origen, ella no pudo viajar para las honras fúnebres y aún hoy no ha tenido oportunidad de hacerlo. El caso de Ignacio es similar,

puesto que su hermano es asesinado pocos días después de su partida a Costa Rica como consecuencia de la persecución a la que fue sometido, y ni él ni su madre consiguieron viajar a Colombia en ese momento, aún al día de hoy no lo han hecho.

Otro de los casos que llaman la atención respecto a los traumas indirectos es el de Carmen quien desde el detonante *per se* se encuentra envuelta en una situación de trauma indirecto puesto que la decisión de migrar es producto de la persuasión de su pareja sentimental. Incluso ella comenta que la experiencia en sí de la migración fue ligada estrechamente a las decisiones y soluciones que su pareja procesó en el momento, relata respecto a la decisión de migrar *yo no sabía nada de nada porque yo siempre había llevado una vida tranquila [...] el me dijo vámonos para Costa Rica y claro yo enamorada, tenía buen empleo vivía con mi mamá [...] ya llegamos acá a Costa Rica, cuando yo llegue yo dije ¡ay Dios mío para donde me vine!*⁴⁶

Como en el caso de Carmen los acontecimientos indirectos pueden generar una memoria heredada y un discurso del trauma aun no siendo vivido en primera persona, tal como lo analiza Pollack (2006). Esto quiere decir que ella relata sobre su decisión de salir del país, una perspectiva desde la memoria de lo ocurrido a su pareja, la persecución que éste experimentó, el intento de asesinato, la inestabilidad económica, y todos estos como factores decisivos de huida y solicitud de refugio. Se encuentra en entonces en este caso como los acontecimientos ocurridos a otras personas ejercen impacto directo sobre Carmen y su realidad. De este modo, Carmen es un claro ejemplo del impacto de las memorias heredadas y las traumáticas indirectas que, como se verá más adelante, ella en primera persona atraviesa situaciones posterior a la llegada a Costa Rica. Es durante el proceso de asentamiento que se reconfiguran su realidad y sus decisiones futuras desde un trauma que se detonó indirectamente y se transformó en una memoria y una realidad heredada desencadenando una serie de acontecimientos relacionados directamente con un detonante de trauma vivido a través de una tercera persona.

La aparición de los testimonios y los testigos como elemento de análisis de la historiografía y las ciencias sociales es un punto importante de rescatar en esta investigación dado que es gracias a estos que se consigue realizar un estudio coyuntural histórico desde las teorías del trauma. Si bien el objetivo central de esta pesquisa radica en la evocación de la memoria como elemento clave para el estudio de los acontecimientos históricos, como se ha

⁴⁶ Entrevista realizada a Carmen 21-03-2017

mencionado en ocasiones anteriores, no es objetivo central encontrar análisis directamente en el tema de la psicología y la injerencia de la psique en el modo de vida. Sin embargo el acercamiento a los acontecimientos históricos y el desenvolvimiento social y cultural que ocurre de la mano con las coyunturas que cada región experimenta, permite ampliar las perspectivas de análisis teniendo en consideración los aspectos de la vida cotidiana y como estos se desdibujan a través del pasado y como la historia atraviesa estas esferas del pasado no solo como objeto sino además como sujeto de estudio.

Este aspecto se refiere no solamente a los casos aquí presentados sino al incremento del análisis histórico a través de los testimonios y la figura relevante del testigo como fuente primaria. Durante la década de los 60's, Seligmann-Silva (2008) hace la observación al respecto de la esfera latinoamericana y como en esta aparece con fuerza y centralidad la figura de los testigos y los testimonios, misma que en el contexto de resistencia a las dictaduras que asolan la región en dicho período se asocian directamente con elementos que pueden ser analizados desde los estudios de la memoria y el trauma. Encontramos durante este período de atención sobre la figura del testigo, casos particulares ligados directamente a los períodos de dictaduras en el cono sur y como las voces de las víctimas hacen eco en la historiografía latinoamericana y el acceso a la información en las distintas esferas de la sociedad civil. Elementos como los *Informes de Nunca Más* en Argentina, Uruguay, Chile y Brasil así como el descubrimiento y revelación de los *Archivos del Mal* encontrados en Uruguay, abren un portillo para la liberación de las voces de los oprimidos convirtiendo estas coyunturas en verdaderos pilares para el estudio del trauma y las memorias en América Latina. Sin embargo estas esferas de conocimiento sobre las prácticas cruentas y los períodos de guerra y dictadura no se limita al cono sur; el caso centroamericano de los archivos de *La Isla* dejan a la vista el genocidio indígena perpetuado en Guatemala y visualiza una vez más a las víctimas como aspecto medular del análisis científico social de las coyunturas de guerra y paz y sus respectivos estudios circunstanciales tomando como referencia la memoria y el trauma.

Para el caso colombiano llama la atención los esfuerzos llevados a cabo por parte de sectores del gobierno para visibilizar la problemática a su vez que se asume en cierta medida la responsabilidad social y civil por los daños ocurridos. A pesar de estos esfuerzos no se consigue realmente a un cese del conflicto y en términos reales, no se consigue reivindicar el daño causado a la memoria de las víctimas en función a su psique, su memoria traumática y la desintegración moral, familiar, social y cultural que atraviesa el país en este período.

Pollack (2006) afirma respecto a la memoria y a la reconfiguración de los modos de vida, que siempre hay una supervivencia de recuerdos traumáticos que se manifiesta por sobre la memoria de experiencias que son más placenteras, de modo que para el caso de los testigos de esta investigación, la reconfiguración del presente carga con un exceso de pasado que predomina en el acontecer de la realidad actual. Aunque sea redundante afirmar que todos los testimonios aquí recolectados son ejemplo vivo de la supervivencia de recuerdos traumáticos con supremacía en la reconstrucción de la memoria, el caso de Jorge narra precisamente como la capacidad de adaptación en el momento de llegada resulta más compleja que con otros casos pues el impacto se genera recién pasando la frontera, y como el mismo lo relata, la situación de vulnerabilidad en la que se encuentra lo hace sentir desprotegido a pesar de estar armado.

Realmente fue una experiencia que estaba en juego su vida porque en Panamá hay ejército y el uniforme del ejército de Panamá es igual con el de Colombia lo que cambian son las insignias[...] pero a la hora de cruzar el puente hubo mucho miedo, como venía con el uniforme no lo iban a parar en lo que era pues todo el lado panameño pero al lado en entrar a Costa Rica ahí fue lo difícil [...] sin embargo primero que todo yo tenía un rumbo y un ideal, no mirar ni devolverme hacia atrás. [...] Ya salieron los oficiales de migración y les entregué mi equipo de trabajo, armas, cartuchos, las granadas... yo totalmente quedé desarmado. Entonces ya se comenzó los trámites para solicitar el asilo político estando en Sixaola. Desde ahí comencé con todo mis papeles y que me dieran el asilo político⁴⁷.

Jorge es un caso particular donde desde el momento en el que decide salir de Colombia emprende un viaje largo atravesando todo Panamá hasta llegar a Costa Rica por frontera por lo que su experiencia particularmente es un ejemplo clave para entender lo que en este apartado se conoce como trauma transitorio. La situación de Jorge es compartida por cientos de migrantes norte y suramericanos que llegan a Costa Rica por frontera atravesando varios cientos de kilómetros y que en muchos casos se arriesga su vida, la de sus acompañantes y se añade a esto una carga emocional importante que hace mella en la reconfiguración de la memoria individual al respecto del pasado. El fenómeno migratorio

⁴⁷ Entrevista realizada a Jorge 21-03-2017

norte-sur que ocurre en Costa Rica se presenta con características históricas que datan de la década de los 80 con el crecimiento del conflicto armado nicaragüense para lo que la migración hacia país vecino se vuelve una constante a partir de dicho período. En la coyuntura actual, los acontecimientos recientes en la sociedad nicaragüense abren a su vez un portillo a futuras investigaciones desde la memoria, el trauma y las migraciones. En gran parte de la sociedad costarricense posterior a la década de los 80 y hasta la actualidad, se ha generado un sentimiento de rechazo hacia los fenómenos migratorios lo que para la coyuntura actual presenta un conflicto que necesita ser estudiado desde la historiografía y otras ciencias sociales.

Dora Schwarzstein (2001) analiza la reconstrucción de la memoria como un ejercicio mnemotécnico donde el ritual humano de renovación significa re-aprender hábitos de su vida previa. La autora si bien hace referencia a hábitos tales como usar un cepillo de dientes, papel higiénico, sonreír, recordar los olores, sabores y sonidos; el caso de Jorge también atraviesa un ejercicio de renovación a través de la reconstrucción de la memoria inmediata en un proceso donde se ve obligado de manera inmediata a desconectar todo lo que había construido en su cotidianidad durante los últimos años. Esto se refiere a que Jorge particularmente se dedicaba a la milicia y formaba parte del ejército colombiano en escuadrones especiales; esta situación lo lleva a facilitarse el tránsito a través de territorio panameño sin ser detectado pero que en el momento de entrada a Costa Rica recién pasando la frontera, todo este cotidiano conocido queda inmediatamente interrumpido porque Costa Rica no cuenta con ejército ni fuerzas armadas, por lo tanto Jorge tiene como primera experiencia de llegada al país, el despojo de lo que él considera como su identidad, esto se puede interpretar claramente en el momento en el que Jorge dice *todo lo que yo había conocido como trabajo y que se había convertido en mi vida, mi trabajo, mi profesión y mi rutina, es algo que nunca más voy a volver a hacer y que apenas un minuto después de cruzar la frontera, tuve que abandonar sin poder despedirme, ahora me ha tocado es aprender a no ser un soldado*⁴⁸

Teóricos como Bohleber (2007) y la ya mencionada Schwarzstein se han encargado de analizar modelos clínicos formulados sobre la memoria y la reconstrucción de la misma en contextos traumáticos. Se ha encontrado en algunas de sus investigaciones que las relaciones acaecidas entre sujeto que recuerda y objeto de memoria, se almacenan en una memoria

⁴⁸ Entrevista realizada a Jorge 21-03-2017

implícita que no se manifiesta en la práctica, entendiendo (según se describe en Sandler y Sandler, 1998) que estas memorias implícitas se ejercen en la práctica como memorias de procedimiento por lo que la mnémica implícita hace eco en la realidad que se vive y que se vuelve discursiva según las experiencias pasadas. Es decir, el acontecer de la cotidianidad de las personas refugiadas llegadas a Costa Rica generan memorias implícitas que marcan el reinicio de modos de vida y la experiencia de establecimiento en el nuevo país (Pugh, 2002, pág. 1388).

Estos acontecimientos, los detonantes de trauma y los traumas transitorios, influyen en la experiencia y conducta actuales sin representar el pasado como recuerdos accesibles a la conciencia. Por lo tanto, estos recuerdos almacenados resurgen como esquemas actuados y como sistemas de transferencia de memorias por lo que, concluyentemente, la memoria implícita si bien es almacenada en el subconsciente, está siempre ligada a las acciones del presente por lo que los traumas transitorios, los detonantes e incluso las memorias traumáticas no vividas en primera persona son las que determinan junto con la mnemotécnica, el acontecer de la realidad en la actualidad y la experiencia de establecimiento. A continuación se analiza propiamente el reinicio de modos de vida en los casos de trauma aquí presentados, de modo que se abre un portillo de estudio en relación a las experiencias traumáticas en coyunturas de migración forzada

2.2. “A Andrecito en la escuela le dieron los uniformes y los cuadernos”

La reconfiguración social, cultural, económica y socio-afectiva representa en la mayoría de los casos un proceso paulatino de mudanza en el que convergen distintos mecanismos y elementos que facilitan dicha reconfiguración. Los casos aquí presentados si bien atraviesan dicho proceso al igual que todas las personas a lo largo de su vida, tienen la particularidad de que este transcurso de ordenamiento no se presenta de forma paulatina sino más bien se ven envueltos en un acontecer abrupto de cambio de realidad que responde a la necesidad de huida y solicitud de refugio.

En muchos de los casos de personas migrantes, la reconfiguración de la realidad se ve envuelta en un sinfín de procesos emocionales, sociales, culturales y principalmente económicos, que le permiten al individuo acoplarse a su nueva realidad entendiendo esta como una elección de vida determinada por la coyuntura que se vive en su país. Sin embargo

para los migrantes forzados en condición de refugio, el reordenamiento de la realidad está marcado por una serie de traumas como los que anteriormente explicamos, es decir, detonantes, transitorios e indirectos. Si ya de por sí existe dentro de las poblaciones migrantes una dificultad de asentamiento por cuestiones antes mencionadas, el cargo emocional que supone la salida forzada de un país por cuestiones de persecución, peligro de vida y violencia aporta una carga adicional con la que debe reconstruirse la nueva cotidianidad en función a la realidad actual. En apartados posteriores se tratará el tema de la auto percepción como migrante y el papel del refugiado como otredad. Sin embargo en este espacio se dedicará a analizar los procesos de asentamiento de los individuos, el reinicio de modo de vida y situaciones que sientan el precedente para la formación de memorias colectivas de los refugiados colombianos en Costa Rica

Centrando el análisis primeramente en el aspecto económico, es sabido que los procesos migratorios representan una inversión de recursos con las que muchas de las personas no cuentan a la hora de salir del país sin embargo una vez llegados al nuevo destino, uno de los retos principales, según afirman los mismos testigos, lo constituye el inicio de la vida laboral y la necesidad económica que poco a poco comienza a hacer eco en la vida cotidiana de cada uno de ellos. En muchos de los casos la añoranza al pasado está determinada por el aspecto económico y se hace evocación a la prosperidad del pasado en contraposición de las necesidades económicas del presente. En el caso costarricense en particular y con la contraparte colombiana investigada en este estudio, el precio de la canasta básica es 10% más alta en Costa Rica⁴⁹, lo que representa una diferencia importante en la economía pero también en el proceso de asentamiento cultural y social debido a que el cambio abrupto a nivel económico está marcado por el ejercicio de profesiones u oficios así como el costo de vida acostumbrado en contraposición al recientemente conocido.

Particularmente en este aspecto llama la atención el testimonio de Débora quien sale de su país a causa de la persecución que el narcotráfico ejerce sobre su familia y afirma que la prosperidad vivida en Colombia es solamente un recuerdo del pasado y que actualmente si bien la situación económica no es de pobreza, acostumbrarse a vivir sin excedentes de dinero es un reto emocional de todos los días.

“Es muy complicado y nosotros teníamos otro estilo de vida diferente y ha sido muy difícil acoplarnos a esto, mi papá tenía muchas cosas y nosotros vivíamos

⁴⁹ Informe INEC “Precios de Canasta Básica del último quinquenio” 2015. www.inec.go.cr

económicamente muy bien y aquí no puedo continuar la universidad, equiparar el título es demasiado caro, prácticamente es pagar de nuevo la carrera entonces no lo vale”⁵⁰

Casos como el de Débora no son aislados pues como ya se mencionó, la situación del asentamiento en materia económica no es fácil para las poblaciones migrantes y refugiadas. Como lo manifiestan Silva y Pereira (2013) en contextos traumáticos las experiencias vividas son recuperables casi íntegramente mientras que lo recordado siempre requiere un desplazamiento en el tiempo, lo que amerita un esfuerzo que pocas veces se da “al calor” del suceso es decir, experiencia y recuerdo no ocurren mano a mano ni en el mismo momento; de modo que el esfuerzo por recordar no siempre está relacionado a la realidad vivida y en el caso de Débora esto se manifiesta en su testimonio cuando decide rememorar los eventos pasados de carácter “feliz” que terminan siendo añoranzas del pasado en función a una memoria selectiva, por lo que se puede afirmar que la experiencia de asentamiento acarrea una añoranza del pasado que se ve reflejada en el diario vivir de esta familia.

La readaptación vista como concepto de ruptura con el modo de vida conocido y que se ve interrumpido con la llegada a un nuevo país puede reflejarse en las experiencias de todos los individuos investigados en este estudio, pues la readaptación que se experimenta en calidad de refugiado atraviesa además el traumatismo de la coyuntura vivida en cada uno de los casos. Esto puede analizarse desde la experiencia de los liberados de los campos de concentración de la Alemania Nazi y la decisión de emigrar, llevando a cabo este cometido superando el traumatismo o gracias a este (Pollack, 2006.) En muchos de los casos entonces la decisión de migrar y el proceso de solicitud de refugio mantiene una carga emocional que generalmente subsiste junto con la realidad vivida en el país de llegada; como se verá más adelante hay casos que atraviesan situaciones traumáticas disociadas de la realidad coyuntural de Colombia, pero que suman a la calidad de vida emocional de las personas refugiadas en Costa Rica.

Retomando el tema del establecimiento y los reinicios de modo de vida de los refugiados en Costa Rica, es relevante el caso de Lina, quien comenta que a pesar de tener una vida complicada en Colombia, las dificultades acaecidas durante los meses de adaptación en Costa Rica responden a necesidades básicas de subsistencia como alimento, vivienda y transporte. Lina, en el caso particular, rescata como la situación de reiniciar una vida en otras

⁵⁰ Entrevista realizada a Débora 28-03-2017

fronteras y con otros marcos culturales fue una situación de aprendizaje y complejidad emocional a la cual no se termina de adaptar. Al respecto de su experiencia de llegada Lina comenta lo siguiente:

yo fui siempre mamá y papá entonces para mí fue muy complicado, acá tenía un amigo que me dijo vengase para acá, pero una cosa es amistad y otra muy diferente es llegar a un país donde no conoces a nadie, no tienes ganas de ir y empezar aquí de cero porque yo no conocía nada, ni siquiera sabía que existía Costa Rica.⁵¹

El caso de Lina no es un caso aislado y es sabido que un cambio de realidad afecta emocionalmente a quienes lo experimentan y a su entorno. Una casa nueva, una nueva escuela, un nuevo barrio, un nuevo trabajo e incluso una nueva carrera, son elementos que despiertan expectativa en los casos en los que dichos cambios se generan a raíz de decisiones asertivas y en un entorno de familia y apoyo de grupo. Sin embargo, además de la expectativa, el temor a lo desconocido se hace presente en todos estos casos y si además del cambio se suma la necesidad de huida, el detonante de trauma, el viaje sin destino cierto, la incertidumbre del futuro, la ruptura con el pasado conocido, la desintegración familiar y los episodios de violencia constantes; la experiencia de llegada a un país de acogida en función de solicitar refugio para salvaguardar su integridad y en la medida de lo posible, la de su familia, acarrea consecuencias traumáticas que acompañan al individuo a lo largo de su experiencia de vida, antes, durante y después del asentamiento.

El aspecto económico si bien es un reto a enfrentar para las poblaciones migrantes, la adaptación a la cultura, a la sociedad, al clima e incluso a la geografía y la política del nuevo país, son un compendio de cambios con los que la persona refugiada debe lidiar sin oportunidad de hacerlo paulatinamente y el cambio repentino en la cotidianidad produciría alteraciones en los recuerdos como un ejercicio de olvido selectivo. Al respecto de esto puede hablarse de la configuración de una memoria ligada a la identidad nacional que se ve interceptada por el cambio de residencia y que genera como respuesta una evasiva a la memoria.

⁵¹ Entrevista realizada a Lina 28-03-2017

Francisco Sevillano (2003) afirma que para el período franquista español, la memoria social y la reconstrucción de la identidad no tuvieron como protagonistas ni el arrepentimiento ni la reconciliación, por lo que los recuerdos de la memoria franquista colocan a las políticas de memoria dentro de las esferas de análisis profesionales o discusiones académicas y no parecen tener protagonismo entre los individuos de la sociedad civil. Esto puede compararse con el caso colombiano en tanto que el asentamiento de las personas refugiadas si bien responde a una creciente crisis política y social en contexto de guerra civil no declarada. El proceso de establecimiento se ve, en muchos de los casos, ligado a un resentimiento hacia el pasado por una memoria traumada y herida que no se reconoce como tal ante las esferas de poder. Este aspecto entonces dificulta el reinicio de modos de vida en el nuevo país puesto que las víctimas tienen dificultad en reconocerse como tales dado que los victimarios no son un blanco sencillo de identificar. Es decir, aunque se generen espacios de discusión, de análisis y propuestas de reconocimiento y reparación de víctimas de conflicto, estas propuestas y análisis no alcanzan a individuos civiles que se encuentran fuera de las fronteras, víctimas de migración forzada y de desplazamiento interno. Un ejemplo que se acerca al sentimiento de las víctimas respecto a las políticas de reparación es el caso de la introducción del *Gacaca*, una institución jurídica tradicional de Ruanda, un consejo popular que permitía la confesión masiva de los culpables de crímenes de Lesa Humanidad durante el conflicto. Sin embargo este ritual popular no tenía de por medio sanciones penales por lo tanto se termina transformando en un ritual de amnistía que, en palabras de Seligman-Silva (2008), se disfraza de buenas intenciones.

En el último decenio el gobierno colombiano ha conseguido con algunos esfuerzos, mitigar los daños producidos durante este proceso y ha generado estrategias de reparación a las víctimas. Sin embargo, testimonios como el de Lala, Ericka, Rodrigo, Daniela y Débora reflejan que el estigma del refugiado y el intento por reparar daños irreversibles en las víctimas del conflicto es un ejercicio de interés que no responde a las necesidades de los expulsados y migrantes forzosos dentro y fuera de las fronteras del país y que esto dificulta la experiencia del asentamiento. Lala particularmente lo llama *una bofetada a quienes hemos sufrido realmente la violencia* y Ericka y Rodrigo están de acuerdo en que la experiencia vivida en su país, aún ahora casi una década después les ha afectado en el asentamiento en Costa Rica y que el inicio de un nuevo modo de vida está determinado por el pasado y ocurre en función de este.

El proceso de asentamiento y reinicio de cotidianidad y modo de vida se ve inevitablemente mediado por lo que acontece en Colombia, dado que la ruptura con el pasado no se da a nivel subconsciente y la necesidad de regreso a ese pasado determina la capacidad de adaptación de los individuos al nuevo país. Muchas de las personas que solicitan refugio mantienen familiares en Colombia que no pueden reunificar y que por las políticas migratorias entorno a la condición de refugiado no se les permite regresar al país de origen por lo tanto pierden contacto con dichas personas más allá de las comunicaciones a distancia; estos familiares forman parte de una realidad de presente que se entrelaza con el pasado por lo que la experiencia de asentamiento y los procesos de adaptación se ven influenciados por el contacto (o la falta de este) que se tiene con dichos familiares, personas y entornos significativos mediando de esta forma la capacidad de readaptación y la experiencia de cada individuo en sus procesos de establecimiento. Esto conlleva a que la necesidad de olvido se disocia con la necesidad humana de contacto y por lo tanto el asentamiento no se da en una totalidad, en tanto que las relaciones interpersonales con estos familiares continúen formando parte del presente de las personas refugiadas en otras fronteras. En muchos de los casos aquí analizados (que ciertamente representan una muestra de los refugiados colombianos en Costa Rica) se ha sufrido la pérdida de un ser querido (madres, padres, hijos...) y que por el peligro que representa regresar además de la condición migratoria, muchas de esas personas no pueden viajar a Colombia para las honras fúnebres o para llorar a sus muertos y esto acarrea consecuencias traumáticas que ciertamente median a la hora de asentarse y reconstruir un rol de vida lo más sano posible.

Para el cono sur como anteriormente se mencionó, también se dan políticas de memoria y olvido sobre las que estudia Aldo Marchessi (2005) con los informes de Nunca Más. En el caso de Uruguay se da una significación del olvido conveniente para ambas partes. Para los que promovían la amnistía el olvido era algo positivo, una necesidad para no quedar en el pasado, una apuesta al nuevo Uruguay que se quería construir en democracia. Por su parte, los partidarios del referéndum denunciaban el olvido como una estrategia negativa que puede a la postre convertirse en una repetición de la historia y supresión de las víctimas. Alrededor de este uso de la memoria se dan movimientos sociales y de DDHH como es el caso español con la creación de la Asociación de Amigos de las Brigadas Internacionales (AABI) que apoyaba los antifranquistas, o las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo en

Argentina, así como la apertura de archivos y creación de museos que muestren los horrores de la guerra en su contexto.

Sin embargo trayendo estos hechos a la experiencia de reinicio de modo de vida de las víctimas de migración forzosa, las políticas de memoria o más bien, las políticas enfocadas a no olvidar la historia son para las víctimas un recuerdo constante del pasado doloroso y si bien para las comisiones de DDHH el no olvido es una necesidad enfocada en no repetir la historia. Las poblaciones que lo han sufrido y que deben llevar esta memoria a costas a lo largo de su vida desde otras fronteras sienten estas políticas como una intromisión a su proceso de sanación. Todo este aspecto de las políticas de memoria tiene una reacción de la contraparte a la cual responde el trauma de esa memoria. En los casos del cono sur esta contraparte militar se posiciona desde el punto de vista de víctima de su contexto, alegando legitimidad de sus actos en función de la creciente subversión, como el caso argentino con la fundación de FAMUS (Familiares y Amigos de Muertos por Subversión), como un intento de transformar la imagen popular por la FFAA, apoyado por la iglesia católica, e importantes sectores políticos. Se da en los casos de Chile y Brasil una negación completa de la culpabilidad de los actos, alegando desconocimiento de tácticas de presión y labores patrióticas para detener la subversión.

En el caso de los individuos tomados como muestra en este estudio, todos concuerdan que la experiencia de asentamiento se ve mediada por la realidad que se vive en Colombia y que a pesar que su condición migratoria no les permite regresar, la presencia latente del peligro que viven sus familias, el temor a represalias y en algunos casos, el temor a ser encontrados y de nuevo atravesar secuestros, torturas y desapariciones, es una realidad con la que se vive aún una década después de haber salido del país. Sin embargo en medio de esta neblina social y psicológica, la mayoría de las personas procuran buscar actividades más allá del trabajo que les permita enfocar sus esfuerzos en un nuevo norte y que se pueda dejar realmente el pasado atrás. Ignacio es un ejemplo de este proceso de asimilación a través de actividades, en su caso artísticas que le permiten canalizar el pasado en función al presente con miras al mejoramiento del futuro.

el arte es lo que me ha ayudado a mí a salir adelante yo me he agarrado del arte el arte es lo que me hace feliz el arte es lo que me llena de vida y el gracias al arte que conocido con los mejores amigos que tengo aquí gracias agarrarte y a muchos otros

*grupos artísticos ahora tenemos un proyecto que se llama Costa Rica arte y cultura, es un proyecto que pretende lo mismo, mostrar la realidad nacional través del arte [...] Yo soy graduado en artes visuales y soy productor audiovisual, aquí en Costa Rica no puedo ejercer lo mismo sin embargo puedo estar cerca del arte sin que eso represente algún tipo de represión o peligro en mi vida*⁵²

Ericka es otro de los casos de personas que han conseguido establecerse en Costa Rica tratando de encontrar actividades de esparcimiento que le permitan mantener al margen el pasado doloroso para que, en la medida de lo posible este no afecte en la realidad inmediata. Ericka relata que tuvo la oportunidad de conseguir una beca de estudio en la Universidad de Costa Rica sin tener que pagar matrícula diferenciada como persona extranjera, eso, en sus palabras

*...ha sido muy motivador porque apenas llegamos mi hermana y yo solo queríamos llorar todo el día, era muy duro salir a buscar trabajo y como no supimos nada de pedir refugio las primeras semanas, apenas nos alcanzaba en un cuartico para las tres y mi hermana tenía pesadillas todos las noches por todo lo que le pasó. Ella no habla de eso, ninguna de nosotras habla, pero la cosa fue que unos meses, que fue, como 6 meses o así, después de haber llegado, yo fui a preguntar si podía estudiar o así y me metí en la universidad y fue muy bonito todo, aún no he terminado pero el ambiente de ahí, las personas y la música y el arte son cosas muy bonitas que la verdad yo no sé, seguro me hubiera suicidado sino hubiera podido salir de ese hoyo de tristeza*⁵³

Ericka e Ignacio sin embargo no son los únicos ejemplos. Luisa quien en Colombia dedicó su vida a establecer y hacer crecer un negocio y se ve en la necesidad de huir de su país por amenazas sobre el mismo, comenta que el proceso de asentamiento durante los primeros seis meses resulta más complejo por el tema emocional que por la situación económica, pues ella pudo vender los instrumentos de su negocio una semana antes de salir y con el dinero recaudado pudo sobrevivir las primeras tres semanas, momento en el que consigue un trabajo gracias a una persona que conoce en un autobús. Luisa luego de seis meses consigue traer a su familia mediante la reunificación familiar y es en ese momento

⁵² Entrevista realizada a Ignacio 13-02-2017

⁵³ Entrevista realizada a Ericka, 01-04-2017

cuando siente un “*golpe de realidad*” y se da cuenta que jamás va regresar a Colombia y que debe, a partir de ese instante, buscar la manera de sobrevivir en otro país, uno que hasta ese momento le seguía pareciendo ajeno. En el caso de Luisa la experiencia de asentamiento y el inicio de modo de vida se ve inmerso en un proceso más lento que en otros casos. Sin embargo también experimenta un momento decisivo que la obliga abruptamente a cambiar de realidad cuando su familia solicita la reunificación con ella en Costa Rica.

En algunos de los casos los padres que viajan con hijos pequeños o que llegan a tener hijos luego de llegar a Costa Rica, sienten una responsabilidad intrínseca por transmitir un olvido selectivo en respuesta a una necesidad de protección hacia sus hijos, como lo cuenta Débora quien llegó a Costa Rica con su hija de 3 meses de edad y que actualmente lucha, como ella lo manifiesta, porque su hija no olvide que es colombiana pero que no se acerque la tristeza atravesada por su familia en el pasado. Débora comenta que constantemente impulsa a su hija a recordar cosas de Colombia, de las efemérides, comidas y costumbres, sin embargo no comenta con ella hechos del pasado ni memorias de su familia por temor a transmitir un trauma en la niña. LaCapra (2006) analiza que es posible revivir o volver a experimentar síntomas postraumáticos de acontecimientos que jamás se han vivido. Esta manera de revivir suele darse en los hijos de las víctimas o los victimarios pero no se limita a las víctimas de trauma indirecto como los casos que mencionamos en el apartado anterior, sino también se asemeja a las prácticas de personas como Débora que quieren evitar revivir los traumas ni transmitirlos a su hija, aun cuando esta se encuentra ajena y lejana a la realidad experimentada por sus progenitores.

La relación directa que existe entre la transmisión del trauma y el proceso de readaptación y reinicio de modos de vida está estrechamente ligado a la narración de trauma. Para Seligmann-Silva (2008), la acción de narrar surge como deseo de renacimiento de modo que la experiencia traumática al ser narrada obtiene una categorización de pasado que aunque doloroso no es repetitivo. En muchos de los casos aquí presentados se encuentran testimonios que tienen como aspecto en común la necesidad de narrar aún omitiendo lapsos del relato. La apertura que existe para contar la historia procede de una necesidad de escuchar y a través del lenguaje reivindicar el pasado. Esto se entrelaza con lo que afirman Silva y Pereira (2013) respecto a la imposibilidad de narrar el trauma en su literalidad, bien como necesidad primordial de credibilidad del sobreviviente, de modo que el testimonio se convierte en la hibridación que compete la literalidad traumática y la literalidad imaginativa. ¿Cómo se analiza esto desde el caso de los refugiados colombianos en Costa Rica para el período

estudiado? Es sabido que los testimonios como fuente primaria de investigación responden en muchos casos a datos sesgados o que atraviesan el filtro emocional de la memoria sin embargo la verosimilitud del relato para efectos de análisis historiográfico radica en la narración de los hechos en paralelismo con los acontecimientos históricos que ocurrieron en la coyuntura en la que se desenvuelve la experiencia del individuo.

No todos los casos aquí presentados tienen de por medio un detonante de trauma trágico, pues hay personas refugiadas y solicitantes de refugio que se apegan a la cláusula de reunificación familiar de modo que la razón de salida del país y llegada a Costa Rica responde a esta cláusula y al trauma vivido por otra persona. Irma es un ejemplo de lo anterior pues ella a pesar de haber experimentado el cobro de vacunas a su negocio y reuniones informales amenazantes con miembros de grupos represivos, la decisión de salida del país responde a la propuesta de su hermana de viajar a Costa Rica. En su experiencia personal, Irma se mantiene en su natal Colombia en una situación económica muy favorable pero que uno de sus negocios se ve ensombrecido por la inseguridad que se vive en la región y ella personalmente se ve envuelto en un proceso de opresión y cobro de vacunas cuando su hermana le propone la solicitud de refugio. Irma relata con detenimiento el momento de decisión de salida del país cuando su negocio se ve asaltado por bandas criminales después de que ella se negara a pagar un aumento en el monto de las vacunas y esto la lleva a decidir definitivamente la salida de Colombia. El caso de Irma si bien no se asemeja a los demás pues ella llega al país con previa solicitud de refugio por reunificación familiar, no deja de ser una experiencia compleja a la hora de asentarse en el nuevo país, pues el aspecto económico del que ya tratamos en párrafos anteriores hace mella en la experiencia de Irma quien gozaba de prosperidad y relativa estabilidad económica y posterior a la llegada a Costa Rica pasó 18 meses sin poder conseguir empleo.

La particularidad en analizar experiencias de asentamiento y reinicio de modos de vida reside en que la experiencia de Irma, a pesar de cargar con traumas anteriores diferentes que los otros casos presentados, atraviesa un proceso de que se disocia de su vida en Colombia, no solo en el aspecto económico sino también en el área profesional y aquí Irma no es un caso aislado. Situaciones como la de Débora que no pudo continuar la universidad, Lala que no puede equiparar su título universitario y que en su caso particular su estudio iba orientado a dirigir el negocio familiar y que por la violencia vivida en Colombia tuvo que huir sin poder ejercer su profesión en Costa Rica, pues no existe la equiparación del título que

ostenta; Jorge quien solo conocía la vida de la milicia no puede ejercer en Costa Rica pues el estado no cuenta con fuerzas armadas, Pamela de cuyo testimonio se toman los títulos de esta investigación, ostenta un título en finanzas públicas que ciertamente no puede ejercer en Costa Rica y que actualmente se mantiene a ella y a su familia con un salario poco superior al mínimo como asistente de pacientes adultos mayores en hogares públicos para ancianos en abandono; y así centenares de ejemplos de personas que una vez llegadas al país atraviesan procesos de asentamiento que les obligan a desligarse incluso de profesiones y oficios que en su momento significaron tiempo, esfuerzo y recursos que ahora no garantizan ni pueden garantizar ningún tipo de estabilidad económica.

Durante la experiencia de asentamiento intervienen otros actores que no se limitan a las instituciones oficiales y que generan acciones de apoyo en función al establecimiento de las personas refugiadas. En muchos de los casos estas acciones de apoyo desencadenan una experiencia de asentamiento, más aliviada sobretodo cuando se enfocan en solventar necesidades básicas, ayuda a niños y adultos mayores. Pamela rescata que durante su experiencia de asentamiento se sintió *bendecida* por medio de la directora y el cuerpo docente de la escuela pues consiguió que su hijo entrara a la escuela aún sin que los trámites migratorios estuvieran regularizados.

...después de cuatro días de haber llegado, Andrecito y yo conseguimos un cuarto prestado en una casa, era muy pequeño, la verdad apenas y cabíamos nosotros pero como no traíamos nada entonces no había problema. La señora que nos prestó el cuarto me dijo que no me iba a cobrar nada hasta que yo consiguiera trabajo y que me iba a ayudar a buscar mientras tanto. Pero yo estaba muy preocupada, la señora nos prestó el cuarto porque en el hotel que nos quedamos cuatro días ya no podíamos quedarnos más porque yo ya no tenía plata para eso, o pagábamos hotel o comíamos y así no podía, entonces una de las señoritas del hotel me habló de la señora que era una vecina y yo la llamé. Me fui donde ella y muy amable pero yo después de eso apenas y comía una vez al día para que Andrés pudiera comer y yo estaba asustada porque mi hijo es muy inteligente y le iba muy bien en la escuela, vieras, solo notas de 100 todo el tiempo y yo estaba agobiada porque sabía que él quería ir a la escuela y no iba a poder porque no teníamos ni papeles ni nada entonces iba a perder el año completo. Pero yo fui a la escuela con él un día y hable con la directora. Era apenas febrero y las clases llevaban como una semana de haber empezado. Yo

le explique a ella la situación y le dije verdad, que yo estaba esperando los papeles de migración que ya habían durado mucho pero que yo no quería que Andrecito⁵⁴ se quedara solo en la casa y tampoco quería hacerlo pasar por el trauma de abandonar el estudio y ponerse a trabajar, no es justo que los niños pasen por eso, y además ya para él era muy triste haber perdido al tío que lo quería como un papá. Ya mi hijo es todo un muchachote pero en ese tiempo era tan vulnerable que yo lloraba todas las noches y rezaba para que el pudiera olvidar todo eso y estar tranquilo. Entonces fui a la escuela y pregunté y explique y todo. La directora fue muy amable, esa señora es un ángel, y me dijo que lo llevara al día siguiente, aunque no estuviera en lista y no tuviera matrícula ni nada, me dijo que lo llevara y que después ordenábamos lo de los papeles. Usted no sabe la alegría que yo sentí, porque ella y las profesoras organizaron todo y a Andrecito en la escuela le dieron los uniformes y los cuadernos y le dieron un beneficio de comedor y todos los días desayunaba y almorzaba en la escuela, yo abracé a la directora y lloré con ella como 20 minutos sin parar porque no podía creer tanta ayuda y que mi hijo iba poder estudiar y no iba a tener hambre. Esa noticia me llegó en el momento más triste porque yo tenía semanas sin comer bien y supe que mi hijo iba a tener comida todos los días⁵⁵...

El tema del asentamiento y la experiencia de cambio en las costumbres y los modos de vida de las personas refugiadas está estrechamente ligado a la memoria individual y la construcción de una memoria colectiva en función al pasado traumático. En este aspecto es menester tener en cuenta que el análisis de dichos procesos no puede darse dissociado del estudio de las reivindicaciones y como este ejercicio por parte de instituciones civiles y oficiales pretenden en muchos de los casos mantener viva la memoria del pasado con el fin de evitar repetir episodios cruentos así como saldar cuentas pendientes con las víctimas. Como ya se ejemplificó anteriormente con la memoria de la España franquista y las dictaduras del cono sur, muchos ejercicios de evitar el olvido terminan menoscabando en la memoria individual de los colectivos expulsados, como se identifica en los testimonios aquí recolectados, dado que las víctimas de migración forzada no se sienten identificadas con la necesidad de reivindicación, pues el retorno al país no es posible debido a su condición de

⁵⁴ El nombre real del niño se ha cambiado para mantener su privacidad

⁵⁵ Entrevista realizada a Pamela 26-01-2017

protección internacional y muchos de ellos cargan con la memoria de familiares fallecidos, algunos frente a sus ojos por causa del conflicto y otros en consecuencia de su salida del país lo que provoca que la creación de una memoria colectiva responda a las necesidades de reivindicación personal y el testimonio como una herramienta para enfrentarse a esa realidad actual, se vuelve vital en un ejercicio de disociar el pasado aunque este se encuentre ligado al trauma. Seligmann-Silva (2008) rescata que la memoria del trauma se convierte en una búsqueda de compromiso entre el trabajo de la memoria individual y el constructo de memoria elaborado por la sociedad, de modo que esta memoria traumática que se torna tangible a través del testimonio y que, como se verá en el apartado siguiente, injiere con fuerza en la memoria colectiva que insoslayablemente se ve impregnada de la individualidad de sus partes por lo que dicha colectividad está en constante crecimiento y mutación.

Dentro de los aspectos analizados en este capítulo se puede entrever características propias del estudio de las memorias de trauma en experiencias de personas refugiadas y solicitantes de refugio en Costa Rica. Uno de los temas más sobresalientes lo constituye el estudio y la percepción del pasado como trauma y la narrativa del presente como escape, de modo que, como se analizó en párrafos anteriores, la performatividad del lenguaje y el testimonio constituyen parte de la reconfiguración social y emocional de las víctimas de violencia, migración y desplazamiento.

A lo largo del capítulo se visualiza además la expansión de un trauma transitorio ligado al momento de llegada y establecimiento y como éste primer contacto con la nueva realidad desconocida sienta las bases para el desarrollo de la cotidianidad de las personas refugiadas en el nuevo contexto de vida. De este modo, se puede visualizar la relevancia del pasado y como la dificultad de readaptación existe relacionado en contraposición al presente, determinando la necesidad de dar sentido al pasado a través de acciones que reivindiquen dicho pretérito en la actualidad sin dejar intencionalmente en el olvido aspectos de la realidad en Colombia, es decir, que en este análisis no se identifica una negación del pasado sino una fusión del mismo con las decisiones tomadas en el presente y como la fusión de ambos deja a la vista la necesidad de reinicio y resignificación de esa historia de vida anterior y en algunos casos dificulta el reinicio de modos de vida.

Se analizan casos como el de Débora e Ignacio quienes encuentran en la formación del presente una necesidad de significancia de la identidad cultural, de modo que, si bien en muchos de los casos se puede encontrar este proceso, particularmente en la historia de Débora

e Igancio, la conmemoración y celebración de efemérides colombianas así como el acercamiento al arte para dar sentido a la situación del presente, deja claro que la necesidad de resignificancia existe en ambos casos y que la formación de identidades culturales es un espacio emocionalmente seguro para sincretizar el pasado rescatando las memorias no traumáticas y el presente en tanto realidad actual que resulta menos cruenta que el contexto del que se desea escapar en Colombia y los respectivos detonantes de trauma.

La interdisciplinaridad de este estudio, si bien no es el objetivo principal, aporta detalles y teorías de estudio del psicoanálisis para solventar necesidades historiográficas de acercamiento a objetos y sujetos de estudio de modo que desde la historiografía se pueda obtener una visión integral del pasado con aporte de otros elementos de las ciencias sociales que faciliten la comprensión y el desarrollo de dichos análisis. De este modo se puede afirmar que en el caso de las personas refugiadas en Costa Rica existe un proceso de trauma, de readaptación y de contexto económico, social y político que influyen la experiencia de vida de las personas en tanto que individuos de sociedad.

La incertidumbre como elemento traumático se entreteje con la influencia de actores secundarios que merman la experiencia traumática de llegada a un país nuevo a una realidad desconocida y en muchos de los casos indeseada, de modo que como parte de la necesidad de adaptación, el papel desarrollado por terceros en la experiencia individual de cada persona, representa en muchos de los casos un elemento adicional en la historia de vida de cada individuo, que como se ejemplificó en párrafos anteriores, tienden a aliviar la experiencia traumática de los recién llegados.

A lo largo de los testimonios aquí presentados tiene necesariamente que resaltarse la coyuntura histórica dentro de la cual están inmersos tanto en la realidad nacional político social colombiana, como en los fenómenos de oleadas migratorias masivas que ocurren a lo largo de la historia en períodos de dictaduras en el cono sur, gobiernos militares en América Central y crisis económicas y políticas observables a escala planetaria. La restitución y políticas de reparación en contraposición con el presente y el olvido resultan ser, a la visión de las víctimas de desplazamiento, un esfuerzo innecesario por parte de las entidades oficiales pues interpretan el pasado como algo inmutable y que, a su percepción, no hace falta rescatar. De este modo se analizará en apartados posteriores, algunas experiencias traumáticas ocurridas posteriores al asentamiento, la existencia de una añoranza del pasado y los procesos de formación de memoria colectiva.

Capítulo III: “A muchos se nos pega el pura vida”

El objetivo central de este capítulo versa en torno a tres elementos enfocados en la experiencia después del establecimiento en Costa Rica y los elementos que convergen en dicha experiencia. Con el fin de dar continuidad al apartado anterior se exponen casos de situaciones traumáticas que ocurren posteriores a la llegada de estas personas a Costa Rica y su establecimiento. Asimismo se plantea el análisis de la formación de memorias colectivas y la añoranza de regresar como elemento determinante en el cotidiano de las personas refugiadas en Costa Rica. Dentro de este segmento se relatan elementos que determinan al país como destino migratorio para personas colombianas en condición de refugiados y solicitantes de refugio, de la mano con el análisis de la auto percepción y la figura del otro en el contexto.

Como se mencionó en la introducción, Costa Rica es el segundo país de América Latina que recibe mayor cantidad de población refugiada y solicitante de refugio, a pesar de ser uno de los países más pequeños y con un costo de vida que figura entre los más elevados de la región. Dentro de las razones que se pueden encontrar en los testimonios acerca de por qué Costa Rica es el país elegido para comenzar una nueva vida, figuran mayormente razones de corte político y social, muchos de los testimonios aquí recolectados representan el pensamiento colectivo de las personas que solicitan refugio en Costa Rica. Dichos testimonios están de acuerdo en que las razones políticas son las que mueven su decisión a la hora de elegir destino dado que Costa Rica es un país que no cuenta con fuerzas armadas y la sensación de Seguridad Ciudadana interviene en la percepción general que los refugiados tienen una vez llegados al país. En todos los testimonios aquí recolectados, los testigos afirman que la ausencia de ejército les brinda sensación de seguridad a pesar que las cifras de violencia en Costa Rica han aumentado en las últimas décadas⁵⁶. La percepción que existe ante la dicotomía de violencia/seguridad se manifiesta de forma diferente entre costarricenses y extranjeros.

Históricamente la posición geográfica y política de Costa Rica ha cooperado para que el territorio no padezca directamente los alcances de crisis sociales como las dictaduras de los 70 y 80 en América Latina así como no ha atravesado situaciones de violencia social a gran escala como en otras regiones del cono sur y Centroamérica. La historiografía costarricense de mano con otras ciencias sociales han determinado que la abolición del ejército en el

⁵⁶ Informe de Estado de la Nación 2017

período cercano a la segunda Guerra Mundial, favorece el establecimiento de gobiernos democráticos que no presentan oposición armada y que consiguen negociar con facciones de izquierda respecto a propuestas de intervención social y económica. Por lo que este acontecimiento que en su momento sobrevino como movida estratégica ante la creciente amenaza de una continuación de guerra civil en el país (ocurrida durante 1948) despertó en la ciudadanía una sensación de seguridad y presentó en la coyuntura regional de la década de los 80's un eventual escenario infértil para conflictos armados de corte político.

Esto lo convierte en un destino ideal para las personas que están huyendo de violencia en sus países y buscan refugio en aquellos donde no se arriesguen a topar con la misma suerte. Sin embargo la presión social, la xenofobia, la homofobia, el machismo y otros malestares colectivos de la sociedad actual han vuelto a Costa Rica en la realidad algo muy distinto de un paraíso migratorio por lo que las personas refugiadas y migrantes extranjeros en condición irregular, sienten una presión de autopercepción como extraño en tierra de otro.

Muchas de las personas que emigran han tenido que enfrentar situaciones sociales emocionales y culturales que compiten con la necesidad de estabilidad que tienen estas personas refugiadas. En los apartados siguientes se podrá analizar primeramente algunas de estas experiencias traumáticas que han tenido que vivir estas personas distinto de las situaciones o los detonantes de trauma que les llevaron en primer lugar a salir de sus países. También será importante analizar la figura que ellos tienen de sí mismos y el papel de ellos como otredad en la sociedad. Así mismo otro de los puntos importantes que se van a tratar está relacionado con la formación de memorias colectivas en los grupos de refugiados y solicitantes de refugio algunos de ellos que suelen unirse en redes de apoyo para colombianos refugiados así como otros que forman memorias relacionadas a las víctimas y que no quieren reencontrarse con su pasado y que por el contrario entren en conflicto con las políticas de reparación de víctimas que plantea el gobierno colombiano. Finalmente el último punto que se analiza es la añoranza del pasado que tienen las personas refugiadas tomadas en cuenta en este estudio entendiendo además que son una muestra de la población general de refugiados colombianos en Costa Rica llegados al país durante la primera década del siglo 21.

Existe intrínsecamente en el cotidiano del ser humano la necesidad implícita de narrar las cosas no como una remembranza del pasado sino como una interpretación extremadamente compleja que representa a su vez el pasado dentro de los límites de la memoria (Schwarzstein, Dora, 2001). Por otra parte, existe el sentido que se le da al

testimonio como una actividad elemental, lo que Seligmann-Silva (2008) analiza a partir de memoria de los campos de concentración y como la supervivencia en aquellos campos es una situación radical de violencia que implica a su vez esta necesidad de narrar como performatividad del proceso de catarsis de las víctimas. La necesidad de narrar se vuelve menester en el momento en el que la remembranza del pasado es más compleja que la vivencia del presente. Por lo tanto esto puede analizarse desde la percepción de los refugiados colombianos en Costa Rica como una experiencia de alcance de la interpretación de su realidad en tanto que pasado traumático.

Como ya se ha mencionado anteriormente la necesidad de narrar surge como una performatividad de la memoria, sin embargo a pesar de que existe una necesidad de olvido y un conocido olvido selectivo como ha sido por Paul Ricoeur entre otros teóricos de la memoria, la necesidad de olvido selectivo forma parte de la elaboración de memorias colectivas, de la percepción como extranjero, de la apreciación del nacional como la otredad así como la añoranza del pasado que existe en víctimas de migración forzada y desplazamiento interno.

3.1. “Yo solo tengo ganas de vivir por mi hijo”

Seligmann-Silva (2008) analizando los campos de concentración, se plantea como desde los sobrevivientes existe un sentimiento intrínseco de culpa donde paradójicamente se determina que si el colectivo fallecía y el individuo se auto percibe como parte de dicho colectivo, la supervivencia al acontecimiento coyuntural traumático acarrea sentimientos de culpabilidad que están ligados al destino del colectivo como tal. En el caso de los refugiados colombianos en Costa Rica, dicho colectivo a la hora de salir del país y solicitar refugio, se limita a su familia y al entorno inmediato sin embargo la percepción de extranjero y la visualización del otro en el contexto, muta ese colectivo hacia grupos más numerosos formado por aquellos colombianos que tienen elementos de un pasado común más allá del lugar de nacimiento.

Dentro de los testimonios recolectados en este estudio figuran 4 de ellos que atravesaron situaciones emocionalmente complejas y a su vez traumáticas que están dissociadas en sí mismas de las razones de solicitud de refugio, es decir el detonante de trauma. Como ya se analizó anteriormente cada uno de las de los individuos analizados atraviesan contextos de traumas transitorios. Algunos de traumas indirectos y otros parecen un detonante de trauma en primera persona que los mueve a salir del país. Sin embargo una vez

establecidos en Costa Rica algunos de ellos atraviesan otros procesos que implican que esta visión de culpabilidad hacia las víctimas del pasado se vuelva cada vez más fuerte en la psique de estas personas. El caso de Carmen es uno de los más complejos puesto que, además de que el detonante de trauma para ella es indirecto es decir le ocurre a su pareja y ella llega a Costa Rica en función a esta otra persona, los traumas indirectos que se que la movieron a solicitar el refugio se vuelven directos en el momento en el que llegaba Costa Rica atraviesa situaciones como violencia doméstica, aborto, despido de empleo, persecución y peligro de violación:

Empezamos por ahí él y yo a tener problemas dos meses y no me venía el período cuando nos vinimos en medio del estrés de todo no tuvimos precaución de pensar en eso cuando vivíamos en Colombia Si habíamos pensado en tener un bebé y no nos estamos cuidando pero cuando nos vinimos en medio de todo el ajetreo no nos cuidamos, entonces después de los 2 meses yo fui me hice la prueba y estaba embarazada [...] como a los 15 días de haberme dado cuenta que estaba embarazada empecé a sangrar yo le conté a mi cuñada y ella me dijo que eso era normal que a veces las mujeres sangran, pero después de haber sangrado durante todo el día decidí llamar a mi mamá y ella me dijo que eso no era normal que me fuera ya para el hospital porque la mujeres embarazadas no sangran. Entonces fui al hospital y ya me atendieron y no había nada que hacer ya el bebé había fallecido entonces me quedé para que me hicieran un legrado. Yo me quedé 8 días en el hospital, sola, porque cuando yo le dije a él cuando me fue a dejar al hospital, yo le dije ¿mire en tal lugar tengo \$100, vaya los coge y los usa para los pasajes que necesite para venirme a ver y para las cosas que yo ocupe ¿ Pues cómo le parece que sacó los \$100 y se fue a beber. Entonces un día después yo lo llamé y yo le dije aquí no vuelvas y no me trae mi plata entonces un día llegó no llevó la plata y yo me lo llevé para el baño y le dije como usted me hace algo así yo aquí sola en el hospital y usted se va a beber no quiero volverlo a ver y fue como una orden no se volvió aparecer nunca más entonces me la hermana y la mamá iban a verme como para no dejarme tirada después la hermana me fue a recoger y dos semanas después él me echó de la casa pero por dicha yo ya había conseguido empleo 5 días antes de terminar la cuarentena y me pude ir. Yo me separé de él, a los dos meses me volvió a buscar y yo dije no no quiero nada, que yo me viniera para un país sola donde no conocía nada y no tengo nada y que él

me haya echado a la calle como un perro algo que nunca en la vida le va a perdonar, pero él estaba ahí encima que sí que veámonos que Perdón que yo ya cambié. Así me siguió buscando hasta diciembre Yo estaba muy vulnerable y muy sola y así en diciembre que pasar sola navidad y todo un día me dijo que fuera a su casa después de intentar durante 4 meses yo le dije que sí que yo iba a ir pero cuando llegué él ya había estado tomando y empezó a ponerme escenas de celos y yo le dije que sí iba a ser así que yo me iba, entonces se controló hicimos de comer y nos quedamos ahí un rato y de un momento a otro se volvió loco me dijo que yo era suya que no me iba a dejar ir yo le dije que no, que ya yo me quería ir que yo estaba asustada y él me dijo que no me iba a dejar ir y me amenazó con un cuchillo y me metió al cuarto y me dijo, 'yo a vos te voy a matar, usted me robo o qué cree que yo le voy a dar de comer y de beber gratis sin que usted me dé nada a cambio? primero la mato'. Después tenía una chaqueta en el suelo y me empezó a pegar con esa chaqueta que estaba mojada entonces me hinchó el ojo cuando me golpeó con los botones, después me tiraba la cama me daba de patadas y yo tratando de defenderme con todo lo que tenía y él me decía 'perra te voy a matar te voy a matar'⁵⁷

Carmen relata que en la misma semana es despedida de su trabajo y que sufre de acoso sexual por parte de un desconocido que la siguió desde que salió de su trabajo y ella siente peligro al respecto. Cuenta finalmente que toda la experiencia vivida con su ex pareja y la situación de acoso sexual la mueve a solicitar la revocación del refugio y el retorno a Colombia, en vista de que las razones de solicitud de refugio fueron motivadas por lo sucedido a su ex pareja y no directamente a ella. Siente que su vida corre más peligro en Costa Rica estando sola, que en Colombia a las afueras de la ciudad en casa de su mamá:

Ese proceso de adaptarme me duró un año. Yo conozco gente colombianos y casi todo pasan por lo mismo, en diferentes circunstancias y diferentes maneras pero para todo el mundo para adaptarse después de un año ya dice listo, me voy a quedar, pero es que es todo tan diferente, da dificultad. Además que cuando uno está solo, peor. Yo decía, bueno, para mí todo sería más fácil, un apoyo alguien que diga vamos adelante hagamos un proyecto vamos a

⁵⁷ Entrevista a Carmen 21-03-2017

*hacer esto lo otro, uno solo es más difícil. Hasta un país donde no tenga uno trabajo, es difícil. En menos de 3 mesecitos todo se fue dañando y fue el infierno*⁵⁸

Casos como el de Carmen desgraciadamente no son aislados. Muchas de las personas que ingresan al país como compañía, pareja sentimental, hijos, padres o familiares de víctimas directas, acarrean situaciones de violencia fuera de su control y que dificultan la experiencia de asentamiento en el país. Tina experimenta una situación de separación y divorcio a causa de problemas con su esposo y posteriormente consigue establecer un negocio a raíz de esa situación. Tina comenta como el proceso de mudanza e la actitud de su esposo la llevó a idear un negocio propio e intentar salir adelante por sus medios:

“Lo que lo que pasó así sin mucho detalle fue que mi esposo y yo tuvimos una serie de dificultades, de enfrentamientos más que todo emocionales donde no conseguimos ponernos de acuerdo sobre que queríamos hacer de la vida. Yo quería unas cosas mi esposo quería otras yo quería venir a vivir a la capital y él prefería quedarse viviendo donde estábamos [...] después de que nosotros montamos el negocio nos empezó a ir muy bien y a él no le gustó que yo como mujer me encargaste de la empresa, de las relaciones públicas, de hablar con los proveedores, con clientes y también después de hacer la mercadería, entonces en un momento él se molestó mucho por la situación, se molestó mucho porque yo hacía cosas sin preguntarle, él pues nunca había sido un hombre así como autoritario pero a partir de ese momento él sentía como una vulnerabilidad especial porque yo era la mujer que se estaba encargando de las cosas de dinero, entonces yo creo que como ese macho interno se despertó de pronto y fue como una bestia. Un día yo alisté un pedido grande muy grande para unos proveedores que yo había pasado toda la noche confeccionando las piezas [...] mi esposo se molestó mucho porque ese pedido lo gestione yo [...] en la mañana cuando yo me levanté es decir la mañana antes de que llegaran a recoger el pedido, estaban todas las piezas sucias manchadas y pintadas. Lo único que dijo fue que yo tenía que hacer solamente el trabajo que él me [...] Yo no dije nada yo solamente

⁵⁸ Entrevista a Carmen 21-03-2017

recogí las piezas me las lleve de nuevo al taller volví a empezar a hacer todo de nuevo, empecé a trabajar y trabaje exactamente 28 horas seguidas sin parar no me pare ni a comer [...] lo que pasó después de eso fue que me separé pasé por una separación muy complicada muy dura y tuve de nuevo que empezar a formar el negocio desde abajo y pues aquí estoy ya tengo mi negocio tengo mi local. Tengo a mis hijos naturalizados tengo mi nacionalidad costarricense ya estoy naturalizada y puedo también dar trabajo a personas que lo necesiten.⁵⁹

Tina personalmente atraviesa situaciones de abuso de autoridad que no se relacionan con la salida de Colombia. El detonante de trauma o las cosas acontecidas en el pasado sino que incurren en una revictimización que coloca al individuo en un estado de vulnerabilidad particular donde se continúa arrastrando situaciones complejas que no permiten a la persona gozar de plenitud emocional, el arrastre de los traumas define a su vez la actitud hacia el entorno y la capacidad de adaptación al medio. Como se verá más adelante, la experiencia de Tina sienta pilares de redes de apoyo entre personas que solicitan refugio y que atraviesan situaciones de vulnerabilidad laboral, emocional e incluso con los trámites migratorios.

El caso de Lina puede mencionarse también a pesar de que no se relaciona a ninguno de los expuestos en este apartado sin embargo el caso de Lina es particular dado que ella atraviesa una experiencia de Cáncer, tratamiento y recuperación durante un periodo aproximado de un año. Enfrentó así todas las situaciones en total soledad con el único apoyo de sus compañeros de trabajo y su empleador quien decide no reducir los costos de la incapacidad con el objetivo de no afectar el salario con el que ella se mantiene en Costa Rica y envía dinero a Colombia para su hijo.

Las situaciones traumáticas si bien como se ha mostrado e este estudio pueden categorizarse en algunos tipos con características definidas, existen también casos de revictimización que ocurren a través de situaciones que se salen de control y para las que no se prevé una solución. Se ha ejemplificado en este apartado casos de personas que atraviesan otras experiencias traumáticas relacionadas a quienes les acompañaron en la salida de Colombia como es el caso de Tina y Carmen. Sin embargo hay otras personas que se ven revictimizadas por otras circunstancias y se ven a sí mismas sumidas en círculos traumáticos que no están conectados entre sí por lo que el proceso de adaptación resulta más engorroso. A

⁵⁹ Entrevista a Tina 23-03-2018

continuación se expone parte del testimonio de Pamela quien atraviesa una situación traumática disociada de su experiencia en Colombia pero que la coloca en una situación de vulnerabilidad emocional que sienta un precedente de trauma y revictimización.

A mí me pasó personalmente algo que no debería ocurrirle a ninguna persona, yo llegué a Costa Rica hace varios años y aún así me costó adaptarme creo que como a toda persona, mi hijo y yo la pasamos difícil los primeros días los primeras semanas [...] sin embargo hace un año ya yo teniendo 8 años de vivir aquí en Costa Rica, donde no le voy a mentir me ha costado ha sido difícil, pero aún así sé que es una realidad a la que yo no puedo volver y que aquí aún con carencias estoy mejor que estando allá con abundancia de cosas pero con falta de paz pero entonces aquí yo me pregunto si de verdad voy a llegar a tener algún día a tener paz. Hace un año más o menos que yo venía caminando del trabajo nos habíamos pasado a una casa nueva, [...] pero lo que me pasó de esa vez fue que yo pues me bajé del bus un día que me tocó trabajar horas extra, caminando hacia la casa un hombre me arrinconó en lote vacío y ahí me amenazó con un cuchillo, me dijo que no gritara porque si yo gritaba el me iba perseguir hasta mi casa porque ella me había visto ya sabía donde yo vivía, me dijo que me iba seguir y me iba a violar delante de las personas con las que yo viviera. Entonces yo estaba tan asustada que yo no grité, el hombre me amenazó con el cuchillo se quitó la ropa y bueno no le quiero dar más detalles y usted entiende que la cosa fue un poco complicada y por eso yo prefiero tratar como de olvidarlo pero es para que usted me entienda que en realidad yo tampoco me siento segura, que yo estoy muy triste tratando de atravesar esta situación de la mejor manera pero aún así. Yo sé que devolverme para Colombia no es opción yo estoy tratando de salir adelante con eso. Mi mamá me ayudó, fuimos a poner la denuncia y la gente del Ministerio Público fueron muy amables se comportaron con mucha empatía y en realidad yo respecto de eso no tengo qué quejarme porque yo sé que en Colombia la situación hubiera sido manejada de otra manera, y quizá ni siquiera me hubiera dado este interés de ir a poner la denuncia. Pero lo que sí le quiero decir es que además de haberse venido o no la cuestión tampoco es color de rosa aquí porque se pone difícil se pone complicado

y usted entiende que de ahí a veces las cosas por más que uno las intente no salen de la forma que uno quiere”⁶⁰

Pamela atraviesa una situación de violencia que responde a la realidad actual costarricense y en la que muchas mujeres son víctimas a lo largo de su vida. Es posible recalcar que la situación que atraviesa un refugiado responde a la necesidad social y cultural que atraviesa una persona en su tierra natal y que la solicitud de refugio a pesar de ser una condición de protección internacional y lucha por la preservación de los derechos humanos más básicos, no existe una garantía de que la vida de ese individuo no se vea vulnerada por la coyuntura que atraviesa el país de establecimiento. Muchos de los casos estas personas consiguen asentarse en lugares del país donde hay grupos de extranjeros y en muchos de los casos con trabajos poco remunerados o del sector informal generando problemas de vulnerabilidad en el que viven los sectores pobres y la clase trabajadora costarricense. El caso de Pamela se sabe que no es aislado y que muchas personas refugiadas a escala planetaria experimentan revictimización a través del abuso laboral, la xenofobia, el machismo, el adultocentrismo y la violencia social del lugar al que llegan. Ligado a esto a continuación se analiza la formación de memorias e identidades colectivas a partir de la formación de grupos con pasados comunes y características similares que forman colectivos en respuesta a la experiencia de refugio y migración.

3.2. “A muchos se nos pega el pura vida”

Uno de los procesos inevitables en el transcurso de la vida de todo individuo lo constituye la formación de identidades, ya sea personal, colectiva, individual, nacional... las identidades acompañan a los individuos a lo largo de su vida (y en algunos casos trasciende hacia la identidad de otros) y mutan según la experiencia y el entorno. Para comprender los procesos de adaptación de las personas migrantes refugiadas y solicitantes de refugio es importante analizar la formación de memorias colectivas en estos grupos que aunque no se unifique una visión de colectivo; conjuntos de personas con elementos comunes del pasado y el presente conforman esos círculos identitarios permeados de un pasado común y una condición migratoria determinada.

⁶⁰ Entrevista a Pamela 26-01-2017

No es prioritario para este estudio detenerse en discusiones teóricas sobre las identidades, dado que se debería dedicar toda una tesis a su definición y estudio de caso. Sin embargo corresponde analizarlas desde el punto de vista de los refugiados y la formación de estas a partir de memorias traumáticas comunes. LaCapra (2006, pp. 60) plantea que si bien las identidades explican el comportamiento de individuos y colectivos y que en muchos casos significa una búsqueda de significancia de existencia para muchas personas, no se debe idealizar la identidad como algo benéfico *per sé*, pero tampoco demonizarla o reducirla a la causa de todos los malestares políticos del mundo moderno. Se sabe que las discusiones civiles, académicas y políticas entorno a la percepción del otro, están mediadas por la identidad y la construcción de esta como ideología. Se ha visto a lo largo de la historia que las identidades nacionales (nacionalismos) han generado cataclismos demográficos en poblaciones consideradas como minorías o en condición de vulnerabilidad; casos como el genocidio armenio, el régimen nazi en Alemania, la matanza sistemática de indígenas en Guatemala en la década de los 80's y los recientes acontecimientos en torno al tema migratorio en los Estados Unidos son solo algunos ejemplos de cómo las identidades pueden construir y deconstruir realidades que determinan el curso de la vida de individuos y colectivos indistintamente de las diferencias que existan entre ellos.

Una de las hipótesis sobre la que se basa esta investigación, versa en que la construcción de memorias colectivas se constituye un proceso que depende de la experiencia personal de cada individuo y que está mediado por una reestructuración de la memoria histórica. De modo que los procesos traumáticos por los cuales se atraviesan en el momento de emprender una migración forzada, llevan a sus participantes a reincorporarse en la sociedad y cultura del país que les recepta, conformando una nueva identidad cultural híbrida, marcada por el pasado histórico de su memoria colectiva. Elementos del proceso de creación de sitios de trauma y la reconfiguración de la realidad actual vivida en el proceso de renovación de la experiencia de vida, vista desde su punto y el de su entorno. Uno de los ejemplos de esta formación de memoria colectiva relacionada con la construcción de identidad personal es la experiencia de Diego e Ignacio, quienes se conocieron en un festival de Arte donde Diego participaba e Ignacio asistía de público. Al percatarse de que Diego es colombiano, se acerca a él y entablan un vínculo de amistad que más tarde desencadena en un trabajo conjunto de expresión artística. Ignacio, por su parte, trata de expresar su percepción de pasado a través del arte, siendo esta su forma performativa de explicar el conflicto en Colombia y la realidad coyuntural del país. Así como Ignacio, muchos colombianos se han

acercado a la realidad en un ejercicio catártico llevado a término a través del arte y este colectivo de artistas colombianos crece con rapidez y genera espacios de apoyo mutuo en términos laborales y económicos pero también se convierte en un soporte emocional para los recién llegados y aún para los miembros más antiguos⁶¹.

Para construir memorias colectivas existen elementos clave que conforman los procesos experienciales y que a su vez están determinados por la relación que existe entre la realidad vivida y la percepción de esta a través del pasado y las experiencias indirectas (LaCapra 2006). Por lo tanto, la formación de memorias colectivas necesita como elementos clave el pasado y el presente en tanto que el primero se interpreta según se percibe y en este aspecto influye los elementos de pasado común que las personas pueden tener en relación a la percepción de Colombia como un elemento del pasado. Hay aquí entonces dos tipos de memoria colectiva en relación al pasado en Colombia. Una de ellas la conforman aquellas personas con una percepción nostálgica del pasado, aquellas que aún tienen familiares en el país y que permean su realidad con una añoranza positiva del pasado; por otra parte está aquel colectivo formado por quienes perciben el pasado como una necesidad selectiva de olvido y que intentan dislocar la realidad actual del pasado en Colombia aún antes del detonante de trauma. Aquí se debe resaltar que la existencia de memorias colectivas no se limita a esta dupla de añoranza-olvido sin embargo una gran mayoría del colectivo se inclina por una u otra aunque este no sea un ejercicio realizado con premeditación.

Para poder hablar de formación de memoria se debe tomar como norte de análisis los planteamientos de Jacques Le Goff (1991) respecto a los olvidos selectivos y el papel de los silencios en la historia e historiografía. Los olvidos y los silencios son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva por parte de los individuos y los actores externos que influyen la formación de esta memoria pues la elección de olvidar por parte de las víctimas se entrelaza con la acción de elegir *el qué* se recuerda desde las políticas de reparación. La creación de memorias en respuesta a una coyuntura traumática mantiene silencios que directamente se relacionan con la necesidad de olvido, como se ve en las

⁶¹ Existe una creciente comunidad de artistas colombianos que si bien no han formado un colectivo como tal, conforman entre sí una comunidad de apoyo donde convergen elementos como memorias traumáticas, pasados comunes, nacionalidades, e incluso experiencias laborales que hacen crecer dicha comunidad. La mayoría de sus miembros son colombianos que junto con costarricenses realizan festivales, actividades culturales e incluso sociales donde suelen invitar artistas colombianos que vienen al país a exponer su arte desde el punto del “nacional extranjero” más allá que el refugiado que huye. Puede afirmarse que dicho colectivo es un ejemplo de agrupación que forma memorias e identidades colectivas que cuentan el conflicto en Colombia como común denominador.

víctimas de migración forzada en Costa Rica. Al respecto de esto se puede tomar como referencia los campos de concentración nazis y el retorno a casa de los sobrevivientes.

En este proceso de formación de memoria ligado a conflictos armados puede citarse el caso que estudia Alessandro Portelli (1998) sobre la masacre de Civitella ocurrida durante la ocupación alemana en Italia y el crecimiento de la resistencia *partisana* ante la expansión del fascismo. Portelli a través de la recolección de testimonios de sobrevivientes del acontecimiento, consigue analizar como la formación de memoria colectiva puede modificarse y distar abiertamente de la postura discursiva oficial y de las partes del acontecimiento. Como ocurre con el proceso de equiparación de víctimas en Colombia, la formación de memorias colectivas responde a un rol en el que el testigo se vea desenvuelto durante su experiencia, de modo que la perspectiva del testimonio no es estática y le corresponde su estudio a la historia oral y de mentalidades.

Los recuerdos de las víctimas de esta masacre en Civitella varían en función a la etapa de la vida en que vivieron así como la percepción de presente con que se contaba en el momento. Portelli expone que la memoria construida en aquellos que atravesaron la masacre siendo niños o adolescentes repiten historias de pasado que no cambian en el narrador adulto y que la formación de memoria contemporánea se encuentra supeditada a la interpretación de pasado de esos niños y adolescentes. La particularidad principal del estudio de la masacre de Civitella gira en torno a la posición que se le da a los alemanes y a la resistencia. Para los habitantes de la ciudad, el detonante de la masacre se le atribuye a la resistencia que “atacó primero” a los alemanes, aludiendo que la reacción de estos ya había sido advertida y está supeditada a la naturaleza violenta del Nazi.

Asimismo para el caso colombiano, algunas personas caen en una narrativa casi justificativa de los acontecimientos responsabilizando la pobreza y la crisis social al acontecer actual de la realidad colombiana.

Como proceso de superación del trauma en muchos de los casos el retorno a casa genera una expectativa de vuelta a la vida antes del detonante traumático colocando toda la coyuntura de privación de libertad y tortura dentro de un silencio de memoria con afán de olvido. Sin embargo en el caso de los refugiados no hay un regreso a casa ni una forma de retomar el pasado no traumático a su realidad actual. Entonces cabe preguntarse ¿qué injerencia tiene esto en el desarrollo de la memoria colectiva? Según los testimonios de estas víctimas de desplazamiento, el pasado se carga como un peso constante que no se puede dejar

atrás y que se contrapone con las cosas, acontecimientos y personas que quedaron en el pasado y que no se puede conjugar con la realidad del presente. El caso de Rodrigo particularmente despierta esta necesidad de olvido del trauma que se contrapone con la memoria y la figura de su hermana por lo que entre otros casos de víctimas que han perdido familiares a causa del conflicto o que han sufrido amenazas en relación a sus seres queridos, navegan en esa dualidad de olvido selectivo y silencio de memoria en tanto que, por ejemplo, la muerte de la hermana de Rodrigo representa un hecho que desencadena una necesidad de olvido a la vez que la figura de ella debe permanecer viva en la memoria de su familia más allá de reconocerle como víctima.

Otra de las características que se desencadenan en torno al nacimiento de memorias, es la formación de grupos que indirectamente se tornan de apoyo para las personas en condición de refugiados y solicitantes de refugio. En el caso de los colombianos se han creado comunidades de auxilio mutuo que se apoyan en términos laborales, emocionales, psicológicos e incluso sanitarios. La formación de estas comunidades tiene como característica el pasado común traumático y como este se torna un motor que impulsa a la superación de los miembros de dichas comunidades. Se conoce por ejemplo círculos de artistas como el que se mencionó en párrafos anteriores, se sabe de grupos de artesanos colombianos, redes de apoyo de comerciantes refugiados que dan apoyo laboral a otras personas refugiadas. Por lo tanto estos colectivos pueden agruparse en torno a tres categorías: primero, los grupos de apoyo con fines laborales y establecimiento, los grupos cuyo objetivo es compartir experiencias y formar identidades colectivas en torno a la condición de refugiado y aquellos que se forman con el único objetivo de compartir cultura común entre colombianos, dentro de esta última categoría puede ubicarse la agrupación de Ignacio y Diego así como otras que veremos a continuación. Estos colectivos sin embargo, no pueden verse como una estricta individualización de características por lo que se debe entender que la existencia de cada uno de ellos nace por la necesidad común de adaptación a la realidad y la formación de memorias colectivas en torno a su condición de víctimas de violencia y desplazamiento.

Uno de los casos es el de Tina, quien posterior a la llegada a Colombia se enfrenta con dificultades dentro de su núcleo familiar y durante un tiempo su círculo inmediato se ve afectado por la violencia intrafamiliar, el estrés y la necesidad de empleo. Tina luego de un tiempo consigue establecer su propio negocio y en la actualidad es empleadora de jóvenes que llegan en condición de solicitantes de refugio y que tienen necesidad de empleo de modo que

ella se encarga de ayudarles a conseguir trabajo o emplearles en su negocio. La red de apoyo que Tina ha establecido poco a poco alcanza además a niños y personas con quien se establece un vínculo de apoyo que, aunque no haya posibilidad de emplearles en el negocio, se tejen estrategias de apoyo para quienes las necesiten.

Otras de las agrupaciones informales que se crean lo hacen en torno a sentirse parte de una comunidad de personas que atraviesan la misma situación y comparten experiencias y acciones conjuntas. Uno de los casos es el de Jorge, quien comenta que una vez por semana se reúne con otros compatriotas y que él lo considera su *terapia para no extrañar tanto la casa*. Jorge cuenta que estos grupos se contactan por medio de redes sociales por lo que consiguen que las personas se acerquen al grupo que a veces se reúne en parques, en casas o simplemente conversan a través de las mismas plataformas de redes sociales. Muchas veces, por medio de estos grupos, se comparten experiencias respecto a la situación migratoria y se da apoyo en búsquedas de trabajo y otras necesidades básicas para estas personas; como Jorge lo menciona, no es un grupo de colombianos que se reúnen, es *una familia que no sabíamos que teníamos, donde todos nos entendemos y pasamos por lo mismo, es por ellos que yo no me siento tan solo*⁶²

Otros colectivos por su parte se reúnen con el fin de celebrar efemérides colombianas, partidos de fútbol y cualquier tipo de reunión de carácter social aunque esta no se encuentre directamente relacionada con traumas, categorías migratorias o pasados comunes. Estas agrupaciones generalmente son más heterogéneas y cuentan con el apoyo de muchos colombianos y costarricenses que no se limitan necesariamente a su condición migratoria. Es decir, las reuniones ocasionales se dan en torno a situaciones como el mundial de fútbol, los partidos de eliminatorias, festivales gastronómicos y de arte; y consiguen organizarse a partir de las redes sociales, generando entonces contacto con otras personas y sus respectivos entornos sin estar necesariamente relacionados por pasados comunes de trauma o refugio.

La formación de estos colectivos se da al calor de las oleadas migratorias crecientes por las que atraviesa Costa Rica y responden también a la necesidad de generar espacios identitarios en el que el individuo no responda necesariamente al concepto de *otro*. En este aspecto el concepto de otredad entendido desde el individuo que se identifica así mismo como

⁶² Entrevista realizada a Jorge 21-03-2017

*outsider*⁶³ quien con esfuerzos conseguirá acostumbrarse al modo de vida del nuevo país pero que siempre va cargar con el rol de extraño, extranjero, migrante, refugiado y/o aquel que no corresponde a ese lugar. Desde los estudios de la otredad acuñados por la sociología y la antropología⁶⁴, el concepto de otro está relacionado con aspectos sociales, culturales, políticos, religiosos, de género y preferencia sexual por lo que incluso se puede afirmar que mi idea de otro corresponde a todo aquel y aquello que no entra en el círculo de mi cotidianidad que a su vez está compuesta de muchos otros y otredades. Este aspecto la formación de colectivos responde a esa percepción de otredad y permite ser analizada desde este concepto.

Débora en su testimonio comenta que ella se entiende a sí misma como extranjera refugiada, colombiana en un sentido estigmático en vista de que ha atravesado situaciones que la han colocado en este rol.

Acá he sufrido discriminación por ser refugiada, mi esposo si tiene seguro y nos aseguró a nosotras y dos veces fui al EBAIS⁶⁵ porque nunca lo había utilizado y la niña necesitaba unos exámenes de rutina, voy a aprovechar y pedir cita de papanicolau, la señora de la caja muy grosera, le dice a la otra señora, 'acá se vienen los colombianos para que los ticos los mantengamos⁶⁶

sin embargo Débora no es un caso aislado ya que en muchos de los testimonios se escuchan quejas y consternaciones relacionadas al trato que han tenido por parte de algunas personas que los consideran problemáticos por ser colombianos, que cargan con el estigma de narcotráfico y prostitución. Sin embargo dentro de la sociedad costarricense ha existido una cultura de xenofobia solapada en la que muchos de los extranjeros residentes en el país e incluso indígenas y personas de las zonas rurales y campesinos han atravesado, pues el

⁶³ Concepto acuñado por teóricos como Seyla Benhabib haciendo referencia a una persona que a pesar de vivir y conformar una vida en un lugar extranjero, no se aleja para si mismo y para el entorno social, de ser un extranjero, quien viene de “afuera” con el estigma de extraño con el que siempre va cargar a lo largo de su vida. No posee traducción exacta al español ni al portugués. También se desarrolla este término en textos de Norbert Elias y Howard Becker desde la sociología en análisis de la exclusión social. *The Established and the Outsiders* 1965

⁶⁴ Algunos ejemplos de estos estudios son: Krotz E. *La otredad cultural entre utopía y ciencia. Un estudio sobre el origen, el desarrollo y la reorientación de la antropología* 2007, Memmi A. 1972 *The colonizer and the colonized* Zapata, C. 2007 *Cultura, diferencia, otredad y diversidad. Apuntes para discutir la cuestión indígena contemporánea*, Said E. 1998 *Fuera de Lugar*

⁶⁵ En el sistema de salud costarricense. La salud pública se atiende en Hospitales y clínicas públicas diurnas llamadas EBAIS (Equipos Básicos de Atención Integral en Salud)

⁶⁶ Entrevista realizada a Débora 28-03-2017

concepto de otredad impregnado de superioridad ha acompañado a muchas personas de la sociedad costarricense y el caso de los refugiados colombianos no son la excepción.

A lo largo del estudio se ha analizado la situación personal de cada testigo con el fin de comprender la coyuntura colombiana durante la última década del siglo XX y el inicio del siglo XXI y los movimientos de migración forzada a la que muchos colombianos se ven expuestos. Se ha analizado los detonantes del trauma que mueven a esa migración. Asimismo se ha estudiado los tipos de trauma que atraviesan los individuos así como su experiencia de asentamiento y en este capítulo se ha podido realizar una exposición y análisis de situaciones que ocurren en respuesta a la realidad social costarricense y la formación de memorias colectivas e identidades. Sin embargo para cerrar este estudio es menester analizar la percepción del pasado en función a la existencia o ausencia de una añoranza de retorno a Colombia. A continuación se analiza esa añoranza de retorno como punto culminante de este estudio.

3.3. “Nada de lo que necesito está en Colombia, pero nada de lo que quiero está tampoco aquí”

Analizar desde la historiografía experiencias traumáticas que responden a procesos coyunturales es una tarea en la que la memoria y el tiempo van de la mano. Dora Schwarzstein (2001) analiza que el tiempo histórico y biográfico conviven de modo que el segundo se impone al primero tomando en consideración que cuenta con el apoyo de la memoria para su estructuración. El tiempo biográfico entonces está representado por momentos claves del ciclo de vida del individuo y la percepción del tiempo se balancea entre estos dos polos, la nostalgia del pasado y el tiempo futuro en muchos casos encarnado en la ilusión de retorno. Sin embargo todas las narrativas de tiempo, es decir, las que añoran el pasado tanto como las que configuran el futuro están construidas desde el presente y es esa presencia la que las estructura.

La añoranza del pasado, en el caso de los refugiados, no se analiza estrictamente desde una necesidad de retorno geográfico sino más bien desde la sentimentalidad y añoranza al pasado en cuanto tiempo biográfico y de memoria. Se puede afirmar con verosimilitud que quienes experimentaron pasados traumáticos en Colombia vividos en primera persona no manifiestan deseos de regresar al país en función de volver a su vida pasada. Es decir, que la

añoranza de retorno no se encuentra en Colombia como tierra, natal sino en las memorias que se albergan respecto del pasado, antes de que el detonante de trauma apareciera

*Pasaron tantas cosas negativas que yo no tengo ganas de volver, yo no quiero volver a Colombia yo me quiero quedar aquí; la gente me pregunta ¿pero usted colombiana no quiere ir a Colombia? No, yo no quiero volver yo me quiero quedar aquí, han pasado cosas tan duras que yo prefiero no volver, en Colombia yo ya no tengo nada*⁶⁷

Un planteamiento de Seligmann-Silva (2008) afirma que la literalidad de una situación traumática acarrea una sensación absoluta de singularidad respecto a cada caso y que todo alrededor de los relatos trabaja en función a dar nuevas dimensiones a los acontecimientos que antes fueron enterrados. Esto se trae a relucir en este análisis porque se entiende que la necesidad de conquista sobre estas dimensiones de acontecimientos enterrados dota al sobreviviente de capacidad para “regresarle a la vida”. Poniendo estas afirmaciones en contexto, las víctimas de conflictos que se ven en la necesidad de solicitar refugio atraviesan episodios traumáticos que se tratan de dejar atrás pero que la convergencia de tiempo biográfico y tiempo histórico dificultan este proceso de enterramiento del pasado.

Como ya se ha mencionado, un ejercicio de recuerdo a través de la performatividad del relato en muchos casos dota a las víctimas de capacidades de adaptación desde la psique. Esto se puede notar en los testimonios recolectados acerca de víctimas de la Shoah y de las dictaduras del cono sur. Sin embargo retomando el tema de los sobrevivientes de los campos de concentración, se observa que los análisis historiográficos al respecto apuntan que la necesidad de retorno al país nace dado que los acontecimientos traumáticos ocurrieron en los lugares a donde fueron llevados y el ejercicio de volver a un pasado mejor acompaña la decisión de retorno. Sin embargo en el caso de los refugiados colombianos, la coyuntura que atraviesan es lo que los obliga a dejar su país y su tierra por lo que la añoranza de pasado no está relacionada a la geografía sino al concepto de felicidad que se alberga en el pasado. A continuación se detallan extractos de testimonios que exponen como esa añoranza de retorno no se hace presente en referencia a *volver a casa* sino que cualquier idea de retorno hace referencia a un pasado que fue mejor pero que sin embargo se sabe que no es accesible y al que no es posible regresar.

⁶⁷Entrevista realizada a Lina 28-03-2018

*Yo no tengo nada que volver a hacer a Colombia, aquí tengo a mi esposa aquí tengo a mi mamá y a mi hermano lo perdí pero ya no tengo más nada que hacer con eso, la verdad es que en Colombia la situación está muy difícil está difícil el trabajo, está difícil, la vida está difícil la seguridad todo es muy complicado, yo prefiero aquí que me cueste un poquito la vida pero estar tranquilo saber que yo puedo ir al cajero automático sacar plata y no tengo nadie atrás que me esté vigilando, saber que yo puedo caminar y contestar una llamada en la calle con cuidado pero yo puedo hacerlo sin que alguien me está esperando para matarme, yo puedo también decir abiertamente que me parece que la guerrilla es una m***** sin que nadie me persiga que los paramilitares son un cáncer sin que nadie me persigue, que me vengan a amenazar o que me vengan a matar. La libertad de expresión que yo siento que tengo aquí es muy diferente, y yo como artista eso tiene mucho poder, mucha fuerza, mucha injerencia, y sé que tengo una capacidad de llevar a otros el mensaje para que entiendan que es lo que se está viviendo en Colombia, qué es lo que la humanidad está atravesando ahorita y que también en Latinoamérica aún existen dictaduras aunque no estén dichas como tal⁶⁸*

Yo como le digo a pesar de todo lo que me pasó, para mí ha sido muy difícil no le voy a mentir, sin embargo aquí yo pude ir a un psicólogo que me está ayudando a travesar eso y el poder ver que el niño tiene buenas calificaciones, que puede tener oportunidades, que no van a llegar unos guerrilleros a tratar de llevárselo, que no van a llegar este unos paracos a tratar de reclutarlo a la fuerza, que no van a llegar unos de esos a poner a mi hijo a vender cosas que no tienen que vender, el saber que él está seguro que puede tener una infancia adolescencia segura para mí es lo más importante. Yo por supuesto que extraño a mi cuñado, él fue como un Papa para mi hijo el momento en el que él se murió yo eso nunca lo voy a olvidar, yo nunca voy a olvidar a mi hermana llorando dando gritos, descompuesta en la sala de la casa sin embargo yo no me muevo a Colombia. Me hace falta, me hace falta el parece que viene y me dice ¡vámonos

⁶⁸ Entrevista realizada a Ignacio 12-02-2017

allá para la rumba! que me ofrecen unas arepitas para desayunar, extraño el vecino que todos los días me saluda amablemente, muchísimas cosas que voy a extrañar toda la vida pero también sé que si yo me voy de aquí voy a extrañar la seguridad voy a extrañar la paz y para mí es más importante eso que cualquier otra cosa⁶⁹

Yo aquí tengo todo lo que necesito pero en Colombia tengo todo lo que quiero, pero a pesar de que extraño mucho mi comida, mi familia, mi casa, yo sé que ellos están más seguros si yo estoy aquí porque si a mí me persiguen si se dan cuenta que yo regreso y a mí me persigue los van amenazar a ellos y para mí la seguridad de ellos es lo más importante. Yo por eso aunque aquí sea muy difícil, aunque aquí no tenga trabajo a veces, aunque me haga falta un abrazo, me haga falta cariño, me haga falta compañía, sé que la vida de ellos está bien que la mía también está más tranquila y yo la tranquilidad no la cambio por nada⁷⁰

Es muy triste hablar de todo esto para mí, recordar la historia mi hermana es algo que no me gusta hacer es algo que me causa pesadillas. Yo todo el tiempo estoy siempre soñando con ella recordándola y lo más triste es que lo único que siempre recuerdo de ella aún sin quererlo es la imagen de ella fallecida, es algo que a mí no me gusta hablar a mí no me gusta comentarlo y es por eso también que a mí me gusta olvidar el pasado en Colombia. No es que no fuera feliz enténdame que yo desde que era un niño fui muy feliz, para mí fue muy importante ella siempre en mi vida, todo éramos nosotros dos juntos, éramos como los mejores amigos porque yo la cuidaba y ella siempre era muy buena, entonces para mí no tenerla es no necesitar a Colombia. Yo la única razón por la que volvería a Colombia Sería si ella estuviera viva y yo puedo recuperarla alguna forma pero como siempre nos ha dicho mi mamá, la mejor forma de recuperarla a ella es no olvidarnos de ella, siempre tenerla pendiente. Ahí tenemos una fotica en la casa siempre cuando es el cumpleaños de ella nosotros hacemos una oración y la recordamos y tratamos de tener una cerca de tener cerca la memoria de ella porque eso es lo único que nos ocupa en Colombia, ya

⁶⁹ Entrevista realizada a Pamela 26-01-2017

⁷⁰ Entrevista realizada a Jorge 21-03-2017

yo no extraño ni las arepas, yo no extraño el clima, yo no extraño nada porque aquí en Costa Rica si yo no la tengo a ella no necesito Colombia, para mí Colombia solamente es ella y si yo no la tengo no necesito nada de Colombia aquí no lo voy a mentir ha sido muy difícil pero estoy más tranquilo aquí sabiendo que si yo tengo hijos en algún momento no les va a pasar lo mismo que le pasó a mi hermana porque aquí no existe esa violencia⁷¹

Pues qué le puedo decir, yo en Colombia lo único que nosotros teníamos éramos entre nosotras mismas una casita así pequeñita pero era de nosotros aquí tenemos que estar alquilando, teníamos un trabajito que si bien no era el mejor pues era un trabajo que nos dejaba un poquito más de plata que el que tenemos aquí donde hemos tenido que ver cómo salimos adelante pero en esta mente la tranquilidad con la que vivimos nosotros aquí ahora no se compara con lo que estaba pasando en Colombia. Yo sí extraño mucho Colombia no le voy a mentir, yo quisiera volver a veces como a pasear como a recordar el caminar por las calles, saber lo que es ir a comerme una bandeja paisa o simplemente observar el paisaje que se observaba en Colombia que eso me recuerda siempre mi casa pero yo sé que regresar a Colombia yo no regresaría a vivir, yo regresaré Colombia nada más como le digo a pasear a ver qué bonito que era pero nada más porque para mí Colombia ya no es una casa. Colombia dejó de ser un hogar el momento en el que mi hermana desapareció cuando a mi hermana la raptaron Colombia dejó para mí hacer un hogar, cuando nosotros la pudimos recuperar Colombia para mí era nada más un lugar de escape un lugar del que yo necesitaba salir donde sea, donde mi mamá y yo y mucho menos mi hermana iba a poder estar tranquila ni siquiera porque hay muchas personas que atraviesan situaciones así y lo que hacen es irse para otro lugar de Colombia eso es lo que nosotros llamamos desplazados, hay mucha gente que se desplaza y que se va no sé para el Valle del Cauca o que se va para Cúcuta o que se va para otros lugares, pero lo que somos nosotras decidimos no ser desplazadas porque nosotros dijimos, si nos vamos a ir lo hacemos bien nos vayamos donde no peligre que le vaya a pasar otra vez eso mi hermana que me vaya a pasar eso a mí. Porque las mujeres somos muy vulnerables y yo sé que por la cultura que existe en todo el mundo nos

⁷¹ Entrevista realizada a Rodrigo 01-04-2018

vamos a ver este pues en peligro pero es más fácil combatir ese peligro cuando usted sabe que es el único porque la van a raptar contra su voluntad porque la van a obligar a vender droga se lo van a poner a hacer otras cosas, usted sabe que aquí está tranquilito usted se levanta la mañana, se va para su trabajo vuelve en la noche regresa a la casa y sabe que su vida va a estar tranquila que usted puede este respirar tranquila. Colombia es nada más el país que nos vio nacer y yo le agradezco muchas cosas a Colombia pero gracias y hasta ahí⁷²

Como se puede reflejar en los casos anteriores, el retorno al pasado existe intrínsecamente en la memoria de las víctimas sin embargo ese retorno y añoranza del pasado si bien está mediado por Colombia como aspecto común, la idea este no se relaciona al concepto de familia, hogar, patria, ni se asocia con sentimientos de alegría y nostalgia con añoranza del pasado. Bohleber (2007) comenta que el presente no sólo tiene la función de despertar el recuerdo, y por ende el material olvidado del pasado, sino que obliga al suceso psíquico pasado a insertarse en una estructura actual de sucesos, lo configura y, en consecuencia, modifica su significado; lo que se analiza en este estudio a través de la necesidad que existe de olvidar el pasado traumático en Colombia manteniendo ciertos elementos del mismo de modo que la construcción de la memoria del presente ocurre en detrimento de los olvidos y silencios del pasado.

De este modo se puede señalar que la añoranza de regreso está estrechamente relacionada con el proceso de reconfiguración emocional y el pasado sentimental y que dicho deseo alberga un pasado que existe en la memoria en el que la coyuntura de vida no había atravesado el traumatismo detonante. Por supuesto que rara vez algún individuo muestre deseos de volver hacia aquel pasado que le causa dolor y el caso de los refugiados no es una excepción notándose que no existe un deseo de volver a Colombia como, hogar-tierra-patria sino una añoranza por regresar a los momentos en los que fueron más felices, indistintamente de que esos momentos tuvieran lugar en Colombia.

Se muestra entonces en los testimonios aquí presentados que si bien existe un variopinto de razones por las que Costa Rica se convierte en un destino para las migraciones. Se denota que la ausencia de fuerzas armadas y las razones políticas y sociales son las que

⁷²Entrevista realizada a Ericka 12-02-2018

mueven masas con dirección a Costa Rica. Por otra parte existen casos que lamentablemente llegando al país su trauma no termina ahí sino que la reestructuración de la realidad se ve afectada por las circunstancias que se deben enfrentar una vez establecidos. Situaciones de violencia intrafamiliar, abuso sexual, enfermedades terminales entre otros casos son situaciones con las que se cargan muchas de los testimonios de testigos de migración forzada. Se estudia posteriormente la formación de identidades y memorias colectivas en función a pasados comunes así como la elaboración de redes de apoyo, de solidaridad y con fines lúdicos que se configuran al calor de la coyuntura en la que estas personas viven en el cotidiano. Finalmente el estudio del presente visto como una etapa de añoranza del pasado, tiene una fuerte influencia de la memoria emocional y se determina que el tiempo histórico determina en casi todos los casos, las decisiones tomadas en torno al regreso a Colombia y la sensación de seguridad en función a esto. Finalmente es importante mencionar que la añoranza al pasado genera en las víctimas un lapsus de deseo por un pasado que fue mejor pero que en muchos de los casos carece de verosimilitud dado que está mediado por la memoria sentimental y la narración como un ejercicio performativo y si se quiere, mnemotécnico.

CONCLUSIONES

La construcción de la memoria atraviesa una serie de procesos durante la experiencia de vida de los individuos y se alimenta de estos para mudar a lo largo del tiempo en función de la realidad del presente. Las experiencias traumáticas y el papel de la memoria biográfica en coyunturas de conflictos civiles, políticos, culturales y sociales son ciertamente una tarea aún por desarrollar en la historiografía contemporánea. El quehacer de la historia como análisis del tiempo se permite entretejer líneas de estudio que en el ámbito de la interdisciplinariedad se permite desarrollar estudios interconectados que faciliten la comprensión de los acontecimientos históricos desde la historiografía y la experiencia de los individuos y colectivos.

Tomando como consideración la coyuntura actual a escala planetaria y las crecientes crisis sociales que atraviesan comunidades a lo largo del globo, abre una posibilidad de

estudio de los movimientos migratorios y especialmente las poblaciones refugiadas y solicitantes de refugio como foco de análisis; dicho análisis en el presente estudio se realiza desde los estudios de la memoria y el trauma haciendo un esbozo por analizarles desde las perspectivas de su experiencia de vida en aras de comprender el impacto que las crisis políticas y sociales tienen en las poblaciones y como con el pasar del tiempo la historia de estas comunidades se escribe con tinta de dolor, frustración y cargas emocionales que definen el cotidiano de las personas que experimentan esos movimientos migratorios. Es importante para la historiografía estudiar el desarrollo de las memorias traumáticas en personas refugiadas y solicitantes de refugio teniendo como uno de los objetivos analizar el pasado reciente para comprender el presente y visualizar el futuro en relación a estas coyunturas y como los movimientos migratorios injieren en el desarrollo de la economía, la sociedad, la cultura y la política del país que les recepta.

El análisis de los acontecimientos históricos desde la biografía de los individuos permite estudiar la coyuntura a partir de la experiencia como persona, como migrante, como perteneciente a un colectivo sin que se caiga en un intento de cosificación de la figura del refugiado ni un distanciamiento de la realidad emocional. Si bien los estudios historiográficos abogan por el estandarte de la objetividad, el tratamiento de las fuentes orales a partir de testimonios de dolor y trauma atraviesan un tratamiento teórico y práctico. Dicho tratamiento representa ciertamente una tarea en la que el historiador como científico social debe utilizar su arsenal para analizar las coyunturas desde la experiencia personal de los individuos sin caer en la simplificación de las experiencias personales de cada persona entrevistada.

El proceso migratorio forzado se compone de tres elementos que comprenden la dimensión del tiempo biográfico e histórico, la añoranza del pasado nostálgico, el enfrentamiento traumático del presente y la necesidad de reiniciar un modo de vida a partir de una cultura adoptada y una visualización del futuro. Es en esos procesos de adaptación que se enarbola el testimonio como un ejercicio mnemotécnico de la performatividad de la memoria y que el pasado que se manifiesta como necesidad de olvido es traído al presente como un ejercicio catártico de reconfiguración de la memoria emocional. Schwarzstein (2001) asevera con mucha especificidad que la experiencia de sobrevivir no representa necesariamente la superación de un trauma por lo que la experiencia personal de las personas refugiadas está delimitada en muchos de los casos por el pasado traumático sobre todo en aquellas ocasiones en las que familiares fallecidos representan la razón de salida del país. El trauma entonces es

caracterizado por una memoria de un pasado que no *pasa* y que constantemente existe en la memoria vívida del presente.

El papel desempeñado por un investigador del trauma trasciende en muchos de los casos más allá de un simple escucha disociado de la experiencia de los individuos por lo que su trabajo le convierte en un ratificador de la verdad en tanto que el temor a no ser tomado en serio o a que su testimonio sea desacreditado o no represente interés, determina la capacidad que el narrador tenga para abrir su experiencia hacia quien está escuchando. En muchos de los casos existe como lo menciona Seligmann-Silva (2008), la imposibilidad de representar el horror de la experiencia a través de la narración por lo que el ejercicio performativo de narrar está impregnado de un deseo de renacer. Como se analizó en el estudio, existen opiniones divididas respecto a la preservación de la memoria y la reparación de víctimas desde la identificación como víctima y el grado de interpretación que se le dé a esas políticas de reparación; situación que sucede con genocidios y episodios violentos de persecución masiva donde la memoria del trauma de grupos poblacionales se encuentra en una búsqueda constante de compromiso entre la memoria y el trauma y como esto converge en el desarrollo de esas políticas de reparación de víctimas.

En la narración del trauma y el quehacer historiográfico se encuentra el balance del pasado como trauma y la narrativa del presente como escape por lo que episodios como los detonantes de trauma aquí presentados convergen con otros episodios transitorios e indirectos que consiguen formar una unidad de golpe emocional que encuentra en la narración una práctica liberadora. Esto se entrelaza con la formación de identidades culturales que en muchos casos se ve polarizado entre quienes desean mantener su identidad nacional como bandera de guerra y aquellos que determinan el pasado como olvido.

Así como existe una necesidad de dar sentido al pasado a través de diferentes mecanismos de memoria, el presente como incertidumbre se encaja dentro de esta experiencia multitudinaria de mudanza y reestructuración constante donde la estabilidad que se desea lograr al salir de Colombia, en muchos casos, se ve interceptada por dificultades propias del proceso migratorio y el cotidiano del tiempo histórico constante, inmutable, que transcurre al tiempo que la adaptación de las personas está en constante cambio y movimiento. En muchos de los casos la dificultad de readaptación depende del pasado en contraposición al presente por lo que se encuentra en los testimonios muchas remembranzas del pasado que evocan las

bonanzas históricas de la sociedad colombiana en los primeros momentos del conflicto y en coyunturas previas a la crisis social.

Es posible recalcar que la situación que atraviesa un refugiado responde a la necesidad social y cultural que atraviesa una persona en su tierra natal y que la solicitud de refugio a pesar de ser una condición de protección internacional y lucha por la preservación de los derechos humanos más básicos. No existe una garantía de que la vida de ese individuo no se vea vulnerada por la coyuntura que atraviesa el país de establecimiento y en el caso de Costa Rica la coyuntura social cultural y económica forman la triada de complejidad de adaptación que más enfrentan las personas refugiadas y extranjeros en general en suelo costarricense.

A pesar de los esfuerzos de los organismos internacionales de cooperación y el gobierno, la adaptación social y cultural dificulta los procesos de asentamiento en vista de que muchas personas costarricenses enarbolan sentimientos nacionalistas que rayan en muchos casos en la xenofobia y el racismo, colocando en situación de especial vulnerabilidad a las personas refugiadas en temas como la seguridad social y el acceso a la educación superior. El proceso de reestructuración cultural camina de la mano con el ejercicio de autopercepción que los individuos tienen de sí mismos. En un episodio histórico de la sociedad costarricense donde la crisis económica y política enerva los sentimientos nacionalistas. La cotidianidad del migrante y del refugiado se manifiesta como un ejercicio de percepción del otro por. La animadversión hacia el extranjero y la ignorancia generalizada que existe en el tema de las migraciones a escala planetaria, abre portillos para que la imagen del otro como extraño, extranjero, *outsider*, permee la cultura al punto de culpar a los extranjeros de la crisis política, económica y social que atraviesa Costa Rica. La educación en temas históricos y de actualidad, el análisis de las crisis sociales, políticas, económicas, culturales que median los procesos migratorios, así como el estudio de la coyuntura latinoamericana son parte de la sensibilización respecto del tema, que es una tarea aún pendiente y una deuda para con la población migrante en Costa Rica.

Finalmente es importante hacer un llamado a la apertura académica a los temas migratorios, a la interdisciplinaridad y al estudio historiográfico de la contemporaneidad desde los diversos estudios de la memoria, del trauma, de la historia cultural, la microhistoria, el estudio de las cotidianidades, los estudios migratorios etc. Es necesario tomar en consideración que el tiempo histórico acontece sin descanso y muta cada segundo, sabiendo

que el ejercicio historiográfico no es una carrera contra el tiempo, sino un ejercicio constante de análisis que debe trascender a la sociedad en aras de comprender el pasado para accionar en el presente y prepararse así para el futuro.

ANEXOS Y APÉNDICES

APÉNDICE 1 ENTREVISTA INVESTIGACIÓN:

Migración forzada, la construcción de una memoria del trauma en refugiados colombianos en Costa Rica, 2000 – 2010.

Se presenta el siguiente modelo de entrevista, de acuerdo a las características propias de la metodología biográfica de fuente oral a través de una entrevista semiestructurada dividida en 4 secciones, cada una con una pregunta generadora que dará paso a la escucha del testimonio de cada participante.

I Parte:

Objetivo: Identificar un perfil de las personas llegadas a Costa Rica en proceso de migración forzada en el período en estudio con el fin de identificar causalidad de patrones migratorios así como las experiencias de vida de los sujetos para establecer además los primeros rasgos de los patrones de creación de memoria histórica del pasado común

- 1.1. Datos personales: nombre (para efectos de la redacción del escrito principal, los nombres serán cambiados para mantener el anonimato de los participantes) edad, estado civil, profesión.
- 1.2. ¿Me puede comentar de su vida en Colombia?
 - 1.2.1. ¿Donde vivía?
 - 1.2.2. ¿A que se dedicaba?
 - 1.2.3. ¿Con quienes vivía?
 - 1.2.4. ¿Cuándo comienza la situación a ponerse más crítica para usted?
 - 1.2.5. ¿Cómo fue ese momento detonante donde toma la decisión de salir del país?

II Parte

Objetivo: identificar los procesos mediante los cuales las poblaciones colombianas establecidas en Costa Rica en contexto de migración forzada, reinician modos de vida en el nuevo país de residencia

- 2.1- ¿Cómo es el viaje, cuánto dura en salir y de qué modo lo hace?
- 2.2- ¿Cómo es su llegada al país, como fue la primera semana?
- 2.3- Cuénteme un poco sobre su realidad aquí, que hace ahora, si se reúne con otros colombianos
- 2.4- ¿Qué es lo que más extraña de Colombia?

2.5- ¿Si tuviese la oportunidad, regresaría?

III Parte

Objetivo: identificar elementos que determinan a Costa Rica como destino migratorio para personas colombianas en condición de refugiados.

3.1- ¿Por qué Costa Rica?, porque no Ecuador que está más cerca?

3.2- ¿Cómo es esa decisión de migrar a Costa Rica?

3.3- En tema de sociedad y cultura, ¿Cómo se siente ahora?

3.3.1- En tema de economía, ¿Cómo se siente ahora?

3.3.2- En términos generales, que opina de su vida en Costa Rica.

3.4- ¿Qué aspectos de su pasado en Colombia extraña más viviendo en Costa Rica?

IV Parte

Objetivo: analizar el papel de las instituciones gubernamentales y organismos nacionales e internacionales que se involucran en el asentamiento de poblaciones refugiadas en Costa Rica.

4.1- ¿Cómo fue su experiencia personal con respecto a la atención de las entidades competentes para su proceso de solicitud de refugio?

4.2- ¿Se han creado redes de apoyo entre la población colombiana refugiada, más allá de las entidades competentes?

4.3- Si tuviera la oportunidad, ¿Qué recomendaciones daría para mejorar la experiencia de las personas en proceso de solicitud de asilo.

ANEXO 1: PROCESO DE PAZ CON LAS AUTODEFENSAS

Tabla 5: Proceso de paz con las Autodefensas 2002-2006

Nombre del grupo	Año	Cantidad de desmovilizados	Armas entregadas	Unidades de munición	Explosivos	Unidades de comunicación	Otros bienes
Bloque Cacique Nutibara	2003	873	497	44.476	14	0	0
Autodefensas Campesinas de Ortega	2003	168	49	1.517	0	0	0
Bloque Bananero	2004	453	351	41.016	23	63	0
Autodefensas del Sur del Magdalena e Isla de San Fernando	2004	47	38	2.411	72	2	0
Autodefensas de Cundinamarca	2004	147	156	21.552	209	53	0
Bloque Catatumbo	2004	1.437	1.114	287.444	1.335	200	186
Bloque Calima	2004	564	451	68.222	149	81	0
Autodefensas de Córdoba	2005	925	393	46.570	128	96	0
Frente suroeste Antioqueño	2005	127	103	6.351	174	49	0
Frente Mojana	2005	109	103	11.770	99	16	0
Frente Héroes de Tolová	2005	464	256	33.148	44	0	0
Bloque Montes de María	2005	5.944	364	93.230	410	84	4
Bloque Libertadores del Sur	2005	689	596	122.170	540	98	16
Bloque Héroes de Granada	2005	2.033	1.120	101.066	791	0	0
Autodefensas de Meta y Vichada	2005	209	232	22.748	84	35	3
Bloque Pacífico	2005	358	144	29.150	54	13	0
Bloque Centauros	2005	1.135	705	159.719	371	117	17
Bloque noroccidente Antioqueño	2005	222	153	13.178	112	0	3
Frente Vichada	2005	325	282	26.386	63	13	0
Bloque Tolima	2005	207	51	6.997	65	25	0
Frentes Nordeste Antioqueño, Bajo Cauca y Magdalena Medio	2005	1.922	1.386	140.091	546	15	2
Frente Héroes y Mártires de Guática	2005	552	351	20.668	98	13	1
Bloque Vencedores de Arauca	2005	548	399	75.641	142	91	5
Bloque Mineros	2006	2.790	1.433	136.599	611	0	10
Autodefensas Campesinas de Puerto Boyacá	2006	742	316	45.400	177	119	6
Autodefensas del Sur de Bolívar	2006	2.523	1.094	66.725	299	6	7
Bloque Resistencia Tayrona	2006	1.166	597	73.420	352	44	7

Autodefensas Campesinas de Magdalena Medio	2006	990	759	59.636	487	96	15
Frentes P´roceres del Caguán, Héroes de los Andaquies Héroes de Florencia	2006	552	341	92.605	155	8	0
Frente Sur del Putumayo	2006	504	292	33.592	421	11	1
Frente Julio Peinado Becerra	2006	251	179	35.046	357	28	7
Bloque Norte (El Copey - Chimila)	2006	2.215	652	47.640	378	100	11
Bloque Norte (La Mesa . Valledupar)	2006	2.545	853	141.127	637	67	237
Frentes Héroes del Llano y Héroes del Guaviare	2006	1.765	1.006	178.798	1.485	155	30
Frentes Costanero	2006	309	220	59.593	243	74	6
Frentes Pavarandó y Dabeiba	2006	484	350	290.728	1.207	0	3
TOTAL		36294	17386	2636430	12332	1772	577

Fuente: Elaboración propia. Presidencia de La República. Oficina Alto Comisionado Para La Paz. **Proceso de Paz con las autodefensas:** Informe Ejecutivo. Bogotá, 2006

APÉNDICE 3: DISTRIBUCIÓN DE SUJETO DE PESQUISA

Tabla 6: Distribución de sujeto de pesquisa

Nombre	Sexo	Edad	Región procedencia	Estado civil	Status del conyugue	Ocupación del conyugue	Nivel de escolaridad	Ocupación en Colombia	Ocupación actual
Pamela	F	5	Antioquia	Soltera	N.I.	N.I.	Universitaria completa	Economista	Enfermera
Diego	M	45	Medellín	Casado	Holandesa residente	Bailarina	Maestría completa	Promotor cultural	Promotor cultural
Ignacio	M	34	Medellín	Unión libre	Colombiana refugiada	Artista escénico	Universitaria completa	Productor audiovisual	Promotor cultural
Jorge	M	21	Medellín	Soltero	N.I.	N.I.	Secundaria completa	Estudiante - soldado	Comerciante
Lala	F	N.I.	Valle del Cauca	Unión libre	Colombiano refugiado	Enfermero	Universitaria completa	Ingeniera ambiental	Secretaria
Débora	F	N.I.	Medellín	Casada	Colombiano refugiado	Administrador	Universitaria incompleta	Estudiante	Ama de casa
Carmen	F	39	Medellín	Soltera	N.I.	N.I.	Secundaria completa	Secretaria	Desempleada
Tina	F	49	Bogotá	Divorciada	N.I.	Administrador	Secundaria completa	Administradora	Propietaria de negocio
Lina	F	45	Bogotá	Soltera	N.I.	N.I.	Secundaria completa	Propietaria de negocio	Agente de servicio
Irma	F	54	Bogotá	Soltera	N.I.	N.I.	Universitaria completa	Psicóloga docente propietaria	Psicóloga
Ericka	F	32	Medellín	Casada	Nacional	N.I.	Secundaria completa	Estudiante	Fotógrafa
Rodrigo	M	34	Antioquia	Soltero	N.I.	N.I.	Secundaria completa	Estudiante	Propietario de negocio
Daniela	F		Medellín	Soltera	N.I.	N.I.	Secundaria completa	Peluquera	Peluquera

Fuente: elaboración propia. Base de datos “Entrevistas a sujetos de pesquisa” 2017. Laura Rodríguez Calvo.

APÉNDICE 3: DATOS DE INGRESO AL PAÍS DE SUJETOS DE PESQUISA

Nombre	Estatus de entrada	Año de entrada	Forma de entrada	Ingresó con familiares	Cantidad de familiares	Razón de solicitud	Estatus actual	Solicitud de reunificación	Cantidad de solicitantes de reunificación
Pamela	Turista	2005	Avión	Si	2	Paramilitares	Refugiada	No	0
Diego	Turista	2005	Avión	No	0	Paramilitares	Refugiado	No	0
Ignacio	Refugiado	2008	Avión	Si	2	Guerrilla	Refugiado	No	0
Jorge	Inmigrante	2013	Frontera	No	0	Guerrilla	Refugiado	No	0
Lala	Refugiada	2004	Avión	Si	1	Guerrilla	Refugiada	No	0
Débora	Refugiada	2010	Frontera	Si	2	Narcotráfico	Refugiada	Si	3
Carmen	Refugiada	2014	Avión	Si	1	Paramilitares	Refugiada	No	0
Tina	Inmigrante	2002	Avión	Si	2	No indica	Refugiada	Si	3
Lina	Inmigrante	2003	Avión	No	0	Guerrilla	Refugiada	Si	1
Irma	Refugiada	2002	Avión	Si	1	Paramilitares	Refugiada	Si	1
Ericka	Refugiada	2007	Avión	Si	3	Paramilitares	Residente	No	0
Rodrigo	Inmigrante	2001	Frontera	Si	2	Paramilitares	Residente	No	0
Daniela	Inmigrante	2011	Frontera	No	0	Paramilitares	Refugiada	Si	5

Fuente: elaboración propia. Base de datos “Entrevistas a sujetos de pesquisa” 2017. Laura Rodríguez Calvo

REFERENCIAS

Entrevistas:

Alias Pamela, 45 años. Entrevista realizada 26 de enero 2017 en la Sede Central de la Universidad Santa Lucía en Alajuela Costa Rica

Alias Diego, 45 años. Entrevista realizada 13 de febrero 2017 en la Sede Central de la Universidad de Costa Rica en San Pedro de Montes de Oca Costa Rica

Alias Ignacio, 34 años. Entrevista realizada 13 de febrero 2017 en la Sede Central de la Universidad de Costa Rica en San Pedro de Montes de Oca Costa Rica

Alias Jorge, 24 años. Entrevista realizada 21 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Lala, no indica edad. Entrevista realizada 21 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Débora, no indica edad. Entrevista realizada 28 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Carmen, 39 años. Entrevista realizada 21 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Tina, 49 años. Entrevista realizada 23 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Lina, 45 años. Entrevista realizada 28 de marzo 2017 en su lugar de trabajo, San José Costa Rica.

Alias Irma, 54 años. Entrevista realizada 27 de marzo 2017 en las oficinas de ACAI, San José Costa Rica.

Alias Ericka, 32 años. Entrevista realizada 12 de febrero 2017 en su lugar de trabajo, Cartago Costa Rica.

Alias Rodrigo, 34 años. Entrevista realizada 12 de febrero 2017 en su lugar de trabajo, San José Costa Rica.

Alias Daniela, 52 años. Entrevista realizada 12 de febrero 2017 en su lugar de trabajo, Cartago Costa Rica.

REFERENCIAS

ACNUR. **Diagnóstico sobre el grado de integración local de la población refugiada colombiana en Costa Rica, 2003**. San José: Editorama, 2004.

ACNUR. Colombia, fronteras solidarias con población refugiada y desplazada. **ACNUR Noticias**. Bogotá, p. 1-1. Não é um mês valido! 2016. Disponible em: <<http://www.acnur.org/noticias/noticia/colombia-fronteras-solidariascon-poblacion-refugiada-y-desplazada/>>. Acesso em: 12 Não é um mês valido! 2016.

ACNUR. **¿Como solicitar la condición de refugiado en Costa Rica?** San José: Alto Comisionado de Las Naciones Unidas Para Los Refugiados, 2004.

ACNUR. **Programa de enseñanza de derecho internacional de los refugiados: el ACNUR y las universidades de Latinoamérica**. Buenos Aires: ACNUR, 2009.

AMADOR-BAQUIRO, Juan Carlos. El intersticio de la víctima-victimario: un análisis de los procesos de subjetivación de cuatro desvinculados de grupos armados en Colombia. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 1, n. 69, p.163-184, jan./jun. 2010.

Amnistía Internacional. **AMNISTÍA INTERNACIONAL PIDE AL GOBIERNO ESPAÑOL QUE SE OPONGA AL PLAN COLOMBIA**: Comunicado de Prensa. España: Amnistía Internacional, 2000

ARANGO, Óscar Fernando Acevedo. **Geografías de la memoria: posiciones de las víctimas en Colombia en el periodo de justicia transicional (2005-2010)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012. (Intervenciones de estudios culturales).

ARDILA, Erwin Esaú; NOVOA, Diana del Pilar; RUEDA, Juan Felipe. **Trayectorias de vida de veinticinco víctimas del desplazamiento forzado asentadas en el barrio Café Madrid de Bucaramanga**. Santander: Universidad Industrial de Santander, 2013.

ARGUELLO, Ponencia Soraya Gutierrez. **La verdad sobre el proceso de desmovilización paramilitar y su aporte a la paz**. Disponible em: <<https://www.colectivodeabogados.org/La-verdad-sobre-el-proceso-de>>. Acesso em: 5 ago. 2010

ARÓSTEGUI, Julio; GÁLVEZ, Sergio. **Generaciones y memoria de la represión franquista: Un balance de los movimientos por la memoria.** Valencia: Publicaciones de La Universidad de Valencia (puv), 2010. (Història i memòria del franquisme).

BBC MUNDO. **¿Por qué empezó y qué pasó en la guerra de más de 50 años que desangró a Colombia?** Natalio Cosoy. Disponible en: <<http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37181413>>. Acceso em: 24 ago. 2016

BECERRA, Absalón Jiménez. **Infancia: ruptura y discontinuidades de su historia en Colombia.** Bogotá: Ecoe Ediciones, 2012. (Ciencias humanas).

BENHABIB, Seyla. **The Rights of Others: Aliens, Residents, and Citizens.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOHLEBER, Werner. Recuerdo, trauma y memoria colectiva: la batalla por la memoria en psicoanálisis. **Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 29, n. 1, p.43-75, mar. 2007

BURKE, Peter. **La historia como memoria colectiva. Formas de historia cultural.** Madrid: Alianza Editorial, 2000.

CALERO, Francisco Sevillano. Historia La construcción de la memoria y el olvido en la España democrática. **Ayer**, Sevilla, v. 52, n. 52, p.297-319, mar. 2003.

CARNEVALE, Sergio. Historiografía, Memoria, Conciencia Histórica, y enseñanza de la Historia, un vínculo situacional y. In: PRIMERAS JORNADAS DE HISTORIA RECIENTE DEL CONURBANO BONAERENSE NORTE Y NOROESTE, 1., 2013, Sarmiento. **Ponencia.** Sarmiento: Universidad General de Sarmiento, 2013. p. 1 - 20.

CASTILLO, Colleen Ariane Brealey; YODER, Jeffrey Daniel Zamora. **El procedimiento de la determinación de la condición de refugiado en Costa Rica. Implicaciones en la realidad migratoria y la consecuente afectación de derechos humanos.** 2012. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Derecho, Universidad de Costa Rica, San José, 2012.

CASTILLO, Colleen Ariane Brealey; YODER, Jeffrey Daniel Zamora. **El procedimiento de la determinación de la condición de refugiado en Costa Rica: implicaciones en la realidad migratoria y la consecuente afectación de derechos humanos.** 2012. 1 v. Monografía (Especialização) - Curso de Derecho, Universidad de Costa Rica, San José, 2012.

CASTRO, Elena Gómez. **Trauma relacional temprano: Hijos de personas afectadas por traumatización de origen político.** Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2013.

CERTEAU, Michel de. **La escritura de la historia**. Mexico D.f: Universidad Iberoamericana, 1999.

COLOMBIA. Presidencia de La República. Oficina Alto Comisionado Para La Paz. **Proceso de Paz con las autodefensas**: Informe Ejecutivo. Bogotá, 2006.

COSTA RICA. DIRECCIÓN REGIONAL DE MIGRACIÓN Y EXTRANJERÍA. **Migración e integración en Costa Rica**: Informe Nacional. San José: DGME, 2011.

CRESPO, Bernal; GUZMÁN, Julia; MENDOZA, Sandra. **Los derechos humanos, una mirada transdisciplinar**. Barranquilla: Universidad del Norte, 2014.

DÍAZ, Oscar Luis Álcarez. **Estado social de derecho, corte constitucional y desplazamiento forzado en Colombia**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2008. (Filosofía política y del derecho).

DONATIELLO, Paola. **Y aún lo estoy esperando...: immaginari condivisi narrazioni dei desaparecidos di Córdoba, Argentina**. Villa Maria, Argentina: Poliedros, 2012.

EVANS, Richards. History memory in the Law: the historian as expert witness. **History and theory**, v. 41, n. 3, p.326-345, Octubre 2002.

FERNÁNDEZ, José Ignacio Álvarez. **Memoria y trauma en los testimonio de la represión franquista**. Barcelona: Antrophos Editorial, 2007.

FRANCO, Marina; LEVIN, Florencia. **El pasado cercano en clave historiográfica**. Buenos Aires: Paidós, 2007. (Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción).

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

GONZÁLEZ, Rocío Marín. Colombianos conforman grueso de refugiados. **Prensa Universitaria de Costa Rica**, San José, v. 1, n. 76, p.13-16, jun. 2008.

GORTÁZAR, Ignacio Olábarri. **Las vicisitudes de Clío (siglos XVIII-XXI). Ensayos Historiográficos**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

GRAJALES, Jacobo. El proceso de desmovilización de los paramilitares en Colombia: entre lo político y lo judicial. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 2, p.149-194, ago. 2011

HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HARTOG, François. El testigo y el historiador. **Estudios Sociales: Revista Universitaria Semestral**, Santa Fe, Argentina, v. 21, n. 11, p.11-30, ago. 2011

HENDERSON, James D.. **Víctima de la globalización: la historia de cómo el narcotráfico destruyó la paz en Colombia**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2012. (Historia C).

HERSHBERG, Eric; AGÜERO, Felipe (Comp.). **Memorias militares sobre la represión en el cono sur: visiones en disputa en dictadura y democracia**. Madrid: Siglo XXI, 2005

HOBSBAWM, Eric; RENGER, Terrence. **La invención de la tradición**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

IBÁÑEZ, Ana María. **El desplazamiento forzoso en Colombia: un camino sin retorno hacia la pobreza**. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2008.

Instituto Interamericano de Derechos Humanos. **El derecho a hablar y a ser escuchadas: un aporte al Foro sobre Derechos Humanos, Refugiados y Migra**. San José: ACNUR, 1996.

INEC **Precios de Canasta Básica del último quinquenio 2015**. www.inec.go.cr

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito: experiencias, identidad, teoría crítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Representando el Holocausto. Historia, teoría y trauma**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

LEGOFF, Jacques. **El orden de la memoria**. Barcelona: Paidós, 1991.

LIENHARD, Martín. **Expulsados, desterrados, desplazados. Migraciones forzadas en América Latina y en África**.: Expulsos, desterrados, deslocados. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2011. (Nexos y diferencias).

LVOVICH, Daniel. **Historia reciente de pasados traumáticos. De los fascismos y colaboracionismo europeos a la historia de la última dictadura argentina.** Buenos Aires: Paidós, 2007.

MARIN, Jefferson Jaramillo. **Pasados y presentes de la violencia en Colombia: estudio sobre las comisiones de investigación (1958-2011).** Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2014. (Estudios Sociológicos).

MARSHALL, Thomas H.. **Citizenship and social class.** Londres: Cambridge University Press, 1950.

MATAMOROS, Andrea Salas. **Una ida, una llegada: la inserción social de los jóvenes colombianos refugiados en Costa Rica.** 2014. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicología, Universidad de Costa Rica, San José, 2014.

MEDINA, Juan Manuel. **Efectos del conflicto armado colombiano en la vigencia de los derechos humanos y sus repercusiones e.** 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Derecho, Universidad de Costa Rica, San José, 2006.

MORERA, Aletia Morales; SELVA, Gabriela Vargas. **La expresión del eje continuidad-ruptura en la identidad del (a) refugiado (a) colombiano (a) en Costa Rica.** 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicología, Universidad de Costa Rica, San José, 2008.

MUNOZ, Krysia. **Los refugiados en Costa Rica: un proceso coyuntural-político, periodo 1978-1984.** 1985. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, San José, 1985.

NESTROVSKY, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio (Org.). **Catástrofe e representação.** Sao Paulo: Escuta, 2000.

NORÁ, Pierre; CUESTA, Josefina. Las Aventuras de Los Lugares de la Memoria. *Ayer*, Washington, v. 0, n. 32, p.17-34, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41324813>>. Acesso em: 27 out. 2014.

ONCINA, Faustino; CANTARINO, M. Elena. **Estética de la memoria.** Valencia: Publicaciones de La Universidad de Valencia (puv), 2011. (Oberta).

ONU. Resolución nº 2198, de 1970. **Acta Final de La Conferencia de Plenipotenciarios de Las Naciones Unidas Sobre El Estatuto de Los Re.**

ORTEGA, Francisco (Ed.). **Trauma, cultura e historia: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

PÉREZ, Sandra Nájera; CHACÓN, Cindy González. **Aplicación del derecho de refugiados y del derecho humanitario en conflictos armados**. 2003. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Derecho, Universidad de Costa Rica, San José, 2003.

PLAZAS, Yuri A Chávez; RAMÍREZ, Uva Falla. Realidades y falacias de la reconstrucción del tejido social en población desplazada. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 2, n. 2, p.169-187, jan./dez. 2004.

POLLAK, Michael. **Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Al Margen, 2006

RAMÍREZ, Uva Falla; PLAZAS, Yuri A Chávez; BELTRÁN, Gladys Molano. Desplazamiento forzado en Colombia. Análisis documental e informe de investigación en la Unidad de Atención Integral al Desplazado (UAID). **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, n. 1, p.221-234, jan./dez. 2003.

REINSTÄDLER, Janett. **Escribir después de la dictadura: La producción literaria y cultural en las posdictaduras de Europa e Hispanoamérica**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2011.

RETTBERG, Angelika. **Construcción de paz en Colombia**. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2012.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SANFELIPPO, Luis. La noción de trauma. Apuntes para una interlocución entre el psicoanálisis y la memoria social. In: ACHA, Omar; VALLEJO, Mauro (Comp.). **Inconciente e historia después de Freud. Cruces entre filosofía, psicoanálisis e historiografía**. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p. 213-234.

SCHWARZSTEIN, Dora. Historia Oral, memoria e historias traumáticas. **História Oral**, São Leopoldo, v. 4, n. 4, p.73-83, maio 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicología Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.65-82, fev. 2008

SELVA, Gabriela Vargas. Necesidades y vivencias de la población migrante en Costa Rica. **Ístmica**, San José, v. 1, n. 14, p.53-68, nov. 2011

SILVA, Deiver Barros da; PEREIRA, Fernanda Linhares. História, memória e distância: um estudo do testemunho de primo levi sobre os campos de concentração. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 9, n. 5, p.59-72, jul. 2013

TRAVARSO, Enzo. Historia y memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florencia (Comp.). **Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 280-307.

TZVETAN, Todorov. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000

VARGAS, Alejo. **Las fuerzas armadas en el conflicto colombiano. Antecedentes y perspectivas**. Bogotá: Intermedio, 2002.

VELÁSQUEZ, Edgar de Jesús. Historia del paramilitarismo en Colombia. **Historia**, Sao Paulo, v. 26, n. 1, p.134-153, abr. 2007.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana, . **Usos & abusos de la História Oral**. Fundação Getulio Vargas. Brasil. 1998. pp. 103-130.

VILLALOBOS, Randall González; VINDAS, Melissa Hernández. **Las agencias implementadoras de Programas del ACNUR orientadas a las soluciones duraderas de integración a nivel local: análisis del ACAI en Costa Rica**. 2005. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicología, Universidad de Costa Rica, San José, 2005.